

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**O ASSOCIATIVISMO NO PROJETO SÃO FRANCISCO: ESTUDO DE CASO DA  
VILA PRODUTIVA RURAL NEGREIROS**

Fabiane Macedo Borges

Orientadora: Prof. Dra. Nair Heloísa Bicalho de Sousa

Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA

2012

FABIANE MACEDO BORGES

**O ASSOCIATIVISMO NO PROJETO SÃO FRANCISCO: ESTUDO DE CASO DA  
VILA PRODUTIVA RURAL NEGREIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social - UnB - como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof. Dra. Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA

2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**O ASSOCIATIVISMO NO PROJETO SÃO FRANCISCO: ESTUDO DE CASO DA  
VILA PRODUTIVA RURAL NEGREIROS**

FABIANE MACEDO BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB - como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Aprovada em 19 de abril de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Nair Heloisa Bicalho de Sousa – Doutora (SER/UnB)  
(orientadora)

Angela Vieira Neves – Doutora (SER/UnB)  
(examinadora interna)

Maria Salete Kern Machado – Doutora (SOL/UnB)  
(examinadora externa)

*Dedico a Gabriel e Mariane, minhas preciosidades.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por mais esta realização;

À Professora Orientadora, Nair Bicalho, que com seu conhecimento e sabedoria apresentou fundamental contribuição para o aperfeiçoamento deste trabalho;

À Prof.<sup>a</sup> Angela Neves e à Prof.<sup>a</sup> Maria Salete Machado, que aceitaram o convite em participar da banca examinadora e contribuíram com suas ricas observações;

Aos dirigentes da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, que compartilharam um pouco da sua vida e da sua história nesta pesquisa;

Aos técnicos governamentais que participaram da entrevista, pela disponibilidade e apoio;

Ao meu esposo, Marcelo Borges, pela compreensão e pelo apoio constantes;

À minha mãe, Ozilene, à minha irmã, Wandilene, e a todos os familiares e amigos que acompanharam a superação de mais esta etapa vitoriosa.

*O processo participativo é uma formidável aventura histórica.  
(Pedro Demo)*

## RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de constituição da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, tendo em vista sua contribuição para a construção de um espaço democrático de participação. Para melhor compreensão do tema, foram apresentadas as principais polêmicas em torno do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, sendo também analisado o Programa Básico Ambiental de Reassentamento de Populações do Projeto São Francisco e o processo de implantação da Vila Produtiva Rural Negreiros. Para análise da formação da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros e do seu processo participativo, foi analisado o perfil socioeconômico e a trajetória sociopolítica dos seus membros, as formas de atuação dos dirigentes, as relações institucionais, as formas de sociabilidade, as principais lideranças, as dificuldades e os avanços, tendo como referência central os elementos constitutivos do processo de participação dos moradores. A metodologia incluiu a utilização de diferentes técnicas: pesquisa documental, observação participante, entrevista e análise de conteúdo, buscando compreender os sentidos das falas e interpretar as informações à luz da teoria estudada. Como categorias de análise foram trabalhados os temas da democracia, com especial ênfase para a democracia participativa e o processo de redemocratização do Brasil; a participação, com seus limites e potencialidades; o associativismo civil no Brasil, com destaque para a região nordeste e o associativismo produtivo rural. Este estudo considera que a organização das famílias em associações é importante para incentivar a participação da população no processo de tomada de decisões, tornando a associação um espaço potencial para o exercício democrático. O processo participativo da Associação de Moradores da VPR Negreiros ainda que recente, é revelador de conquistas importantes como a descoberta do exercício democrático pelos dirigentes e a superação de alguns desafios cotidianos, demonstrando as potencialidades da vida associativa, sendo o engajamento mais efetivo dos demais sócios um desafio interessante, na medida em que se torna necessário incentivar a participação para o alcance dos resultados coletivos de forma mais democrática.

Palavras-chave: Democracia; Participação; Associativismo; Projeto São Francisco; Reassentamento.

## ABSTRACT

This dissertation examines the process of constitution of the Association of Rural Productive Resettled Village Negreiros, given its contribution to building a democratic space for participation. For a better understanding of the subject are explained the main controversies surrounding the Integration Project of the São Francisco River Basin with the North East, and also examined the Basic Environmental Program Population Resettlement Project San Francisco and the deployment process of the Village Production Rural Negreiros. For analysis of the formation of the Association of Rural Productive Resettled Village Negreiros and its participatory process, we analyzed the socio-political history and socioeconomic profile of its members, ways of acting directors of institutional relations, forms of sociability, main leaders, difficulties and progress , with reference to the central components of the process of participation by residents. The methods included the use of different techniques: documentary research, participant observation, interview and content analysis, seeking to understand the meanings of words and interpret the information in light of the theory studied. As categories of analysis were worked on issues of democracy, with special emphasis on participatory democracy and democratization process in Brazil, the participation, its limits and potentialities, the civil associations in Brazil, especially the northeast and the rural productive associations . This study considers the organization of associations of families is important to encourage popular participation in decision-making process, making the association a potential space for the democratic exercise. The participatory process of the Residents Association of VPR Negreiros still recent, is indicative of important achievements as the discovery by the leaders of the democratic exercise and overcoming challenges everyday, demonstrating the potential of associative life, and more effective engagement of the other partners a interesting challenge, as it becomes necessary to encourage participation for the achievement of collective results of a more democratic way.

Keywords: Democracy, Participation, Associations, San Francisco Project, Resettlement.



**LISTA DE FIGURAS**

FOTO 1 - Vista da escola e das casas da VPR Negreiros .....	45
FOTO 2- Assembléia de Constituição da Associação de Reassentados da VPR Negreiros..	93
FOTO 3 - Reunião entre a associação e representantes de vários órgãos e entidades.....	106
FOTO 4 - Atividade em grupo desenvolvida durante capacitação realizada pelo MI.....	115
FOTO 5 - Inauguração das VPRs Negreiros, Uri, Pilões e Captação.....	121

## LISTA DE QUADRO E TABELAS

QUADRO 1 - Relação das VPRs .....	46
Tabela 1 - Sexo dos reassentados da VPR Negreiros .....	83
Tabela 2 - Faixa etária dos reassentados da VPR Negreiros .....	83
Tabela 3- Escolaridade dos reassentados da VPR Negreiros .....	84
Tabela 4- Idade dos dirigentes da associação .....	85
Tabela 5- Sexo dos dirigentes da associação .....	86
Tabela 6- Motivos para mulheres serem maioria na direção da associação .....	86
Tabela 7- Escolaridade dos dirigentes da associação .....	88
Tabela 8- Renda familiar dos dirigentes da associação .....	88
Tabela 9- Vantagens da criação da associação da VPR Negreiros .....	94
Tabela 10- Motivos para assumir função como dirigente .....	95
Tabela 11- Relação entre a associação e as famílias da VPR .....	107
Tabela 12- Receptividade das famílias .....	107
Tabela 13- Relação entre a associação e o MI .....	111
Tabela 14- Relação entre a associação e a prefeitura .....	117
Tabela 15- Lideranças emergentes na Associação .....	123
Tabela 16- Principais decisões tomadas pela associação .....	127
Tabela 17- Participação dos associados .....	128
Tabela 18- Principais conquistas dos moradores durante o processo participativo .....	131
Tabela 19- Principais dificuldades dos moradores durante o processo participativo ....	133
Tabela 20- Incentivo para a participação dos sócios nos problemas da vila .....	137

## LISTA DE ABREVIATURAS

ARVIPRON - Associação dos Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros

CGPA - Coordenação Geral de Programas Ambientais

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CRO-07 - Comissão de Obras da 7ª Região Militar

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DPE - Departamento de Projetos Estratégicos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pernambuco

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MI – Ministério da Integração Nacional

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações não governamentais

PBA - Projeto Básico Ambiental

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

SIH - Secretaria de Infra Estrutura Hídrica

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

VPRs - Vilas Produtivas Rurais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Etapas da pesquisa.....	14
Metodologia.....	16
Pesquisa qualitativa.....	17
Estudo de caso.....	19
Observação participante.....	21
Pesquisa documental.....	21
Entrevista.....	23
Análise de conteúdo.....	26
CAPÍTULO 1: O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES E AS VILAS PRODUTIVAS RURAIS.....	29
Rio São Francisco.....	29
Projeto de Integração do Rio São Francisco.....	31
Contextualização histórica.....	33
Principais polêmicas do projeto.....	35
Argumentos favoráveis.....	35
Argumentos contrários.....	37
Programa Básico Ambiental de Reassentamento das Populações – PBA 08.....	42
Vilas Produtivas Rurais.....	44
CAPÍTULO 2- O ASSOCIATIVISMO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO.....	47
Teorias democráticas.....	47
Democracia representativa.....	48
Democracia participativa.....	50
Redemocratização do Brasil.....	52
Desafios da participação.....	56
Associativismo civil no Brasil.....	62
Associativismo na região nordeste.....	69
Associativismo produtivo rural.....	72
CAPÍTULO 3 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REASSENTADOS E PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE REASSENTADOS DA VPR NEGREIROS.....	79
A Pesquisa.....	79
Caracterização.....	82
Dados regionais.....	82
Dados socioeconômicos dos reassentados.....	82
Perfil dos dirigentes.....	85
Trajetória social e política dos dirigentes.....	89
Constituição da associação.....	92

CAPÍTULO 4 – A ASSOCIAÇÃO NO CONTEXTO DO PISF E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS .....	99
Visão dos dirigentes sobre o Projeto São Francisco e a Vila Produtiva Rural Negreiros .....	99
Relação entre a associação, a sociedade e o Estado .....	106
Relação entre a associação e os reassentados .....	107
Relação entre a associação e o MI.....	110
Relação entre a associação e a Prefeitura Municipal de Salgueiro.....	117
Relação entre a associação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro.....	118
CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DEMOCRÁTICO NA ASSOCIAÇÃO DOS REASSENTADOS DA VPR NEGREIROS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS.....	120
Principais lideranças .....	120
Processo participativo.....	124
Principais conquistas e dificuldades .....	131
Direitos e cidadania .....	136
CONCLUSÃO.....	139
BIBLIOGRAFIA .....	146
APÊNDICE .....	153
ANEXO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## INTRODUÇÃO

### Etapas da pesquisa

A presente pesquisa trata do processo de formação das associações das Vilas Produtivas Rurais (VPRs) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), utilizando como estudo de caso a Vila Produtiva Rural Negreiros, localizada no município de Salgueiro/PE, onde 26 (vinte e seis) famílias foram reassentadas em novembro de 2010.

Considera-se que a Associação de Reassentados da VPR Negreiros, é uma experiência representativa das demais VPRs inauguradas no âmbito do PISF, por estar localizada no estado do Pernambuco, assim como as demais vilas transferidas, sua população apresentar nível de escolaridade e renda média das demais famílias elegíveis ao reassentamento nas VPRS, e possuir histórico associativo peculiar com liderança ativa já conhecida na região.

A partir de pesquisa socioeconômica realizada pelo Ministério da Integração Nacional (MI, 2008) verificou-se que grande parte da população a ser reassentada não contava com formas de organização social, vivendo e trabalhando de maneira predominantemente isolada. Com a transferência para as Vilas Produtivas Rurais essas famílias têm de compartilhar um espaço coletivo de vida e de trabalho, tornando grande o desafio da organização social. A **justificativa** da pesquisa está na importância de analisar, em aspectos gerais, as principais características das associações formadas no processo de instalação das VPRs, com especial atenção para a VPR Negreiros, com ênfase nas principais dificuldades e potencialidades vivenciadas pelos membros desta associação durante o processo participativo, considerando a amplitude do PISF e o interesse que esse projeto polêmico desperta na sociedade.

Autores como Avritzer, Recamán e Venturi (2004) e Scherer-Warren (1996, 2004) afirmam que o fenômeno da vida associativa na sociedade brasileira ainda tem sido relativamente pouco estudado, sendo os trabalhos a cerca das associações civis em contextos locais, ainda mais raros. Não há registro na literatura, até onde se sabe, de estudos acadêmicos em torno das famílias reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais do Projeto São Francisco e de sua organização social, a não ser a pesquisa que realizei em 2009 durante curso de especialização de 360 horas em *Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais*, do Programa Nacional de Conselheiros Nacionais, iniciativa da Secretaria Geral da

Presidência da República sob coordenação do professor Leonardo Avritzer da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse curso participei como técnica governamental e elaborei análise preliminar da questão do associativismo no Projeto São Francisco, por meio de análise documental (BORGES, 2010).

A partir dessa primeira aproximação ao tema, passei a considerar muito importante ampliar a discussão e o debate sobre o assunto em questão. Todavia, é importante alertar que a presente dissertação não se trata de uma análise exaustiva, mas sim de um estudo preliminar, uma vez que o próprio processo de reassentamento e a consolidação das associações de moradores nas VPRs do PISF encontram-se ainda em fase inicial.

A pesquisa tem como **objetivo geral** analisar o processo de constituição da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, tendo em vista sua contribuição para a construção de um espaço democrático de participação.

**Objetivos específicos:** 1. contextualizar historicamente o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, tendo em vista compreender as polêmicas geradas no debate dessa iniciativa pública; 2. analisar o Programa Básico Ambiental de Reassentamento de Populações do Projeto São Francisco, de modo a compreender o processo de implantação da Vila Produtiva Rural Negreiros, no âmbito desse projeto; 3. investigar o processo de formação da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, de modo a conhecer seu processo de institucionalização, perfil sócio-econômico dos seus membros, formas de atuação, tendo como referência central os elementos constitutivos do processo de participação dos moradores.

A **hipótese** que guia o processo desta pesquisa é que a organização das famílias na Associação de Reassentados na Vila Produtiva Rural Negreiros é importante para incentivar a participação dos moradores no processo de tomada de decisões, tornando assim, a associação um espaço potencial para o exercício democrático.

Como **categorias de análise** foram trabalhados os temas da democracia, com especial ênfase na democracia participativa e o processo de redemocratização do Brasil; a participação, com seus limites e potencialidades; o associativismo civil no Brasil, com destaque para o associativismo no nordeste e o associativismo produtivo rural.

## Metodologia

Para a análise dos dados da pesquisa sobre a formação da associação da VPR Negreiros, utilizaram-se os seguintes métodos: **pesquisa documental**, compreendendo o estudo dos documentos institucionais e da associação; **observação participante**, composta pelas observações realizadas na prática profissional da pesquisadora; e as **entrevistas**, valorizando as falas, os símbolos e os significados dados pelos atores. O método de análise dos dados utilizado foi a **análise de conteúdo**, buscando compreender e interpretar os dados à luz da teoria estudada.

Em relação às entrevistas, foram realizadas: uma **entrevista aberta** no dia 19/05/2011, com a presidente da Associação de Reassentados da VPR Negreiros; uma entrevista **semiestruturada coletiva**, no dia 19/07/2011, com 07 membros da diretoria e do conselho fiscal da associação; e nos dias 27, 28 e 29/09/2011, **entrevista semiestruturada individual** dirigida a nove membros da diretoria e do conselho fiscal da associação e a três técnicos governamentais que desenvolvem trabalhos junto à associação da VPR Negreiros. Sobre a escolha dos informantes, foram selecionados os sujeitos mais diretamente envolvidos no processo, com conhecimento das circunstâncias que envolvem o objeto estudado e com disponibilidade para participar da pesquisa.

Foram incorporadas ao estudo observações oriundas da minha experiência como técnica governamental, desde o ano de 2008, quando atuei como assistente social junto às comunidades a ser transferidas para as VPRs em reuniões sobre o processo de transferência das famílias para as VPRs, sorteio das casas, capacitações e etc. Assim foi realizado o resgate das observações profissionais que registrei durante minhas idas a campo e nas atas das atividades realizadas.

É importante ressaltar que a presente investigação traz consigo um desafio crítico, na medida em que faço parte da equipe técnica do Ministério da Integração Nacional, órgão empreendedor, e atuo no acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Reassentamento de Populações, tendo contato direto com as famílias reassentadas e suas associações e com a equipe técnica governamental. Se por um lado, isso é visto como um desafio, por outro lado, revela algumas vantagens como o maior acesso aos documentos do programa, o acúmulo de observações sobre as experiências vivenciadas junto ao objeto de pesquisa e a proximidade com os sujeitos envolvidos, o que facilitou o acesso e a troca de



informações. Neste caso, tornou-se necessário incrementar o esforço crítico para garantir a perspectiva científica no decorrer do processo de pesquisa.

Para a investigação do tema será utilizada a direção metodológica apontada por Minayo (2010, p. 14):

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

A autora destaca que a metodologia ocupa lugar central no interior das ciências sociais, incluindo as concepções teóricas e as técnicas de pesquisa selecionadas, articulando-as com a realidade empírica e com as categorias analíticas que a sustentam.

### Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa é amplamente utilizada pelas ciências sociais devido a algumas de suas particularidades. Nesse contexto, vários autores (LAPERRIÈRE, 2008; PIRES, 2008; TRIVIÑOS, 2008 e MINAYO, 2006, 2010) discorrem sobre o grande embate da cientificidade das ciências sociais em comparação com as ciências da natureza.

Pires (2008) e Laperrière (2008) enfatizam que no momento do nascimento das ciências sociais, no século XIX, seu reconhecimento era ambíguo, havendo uma clara comparação com as ciências exatas, colocando as ciências sociais em posição marginal. Nesse contexto, uma das grandes preocupações das pesquisas de caráter qualitativo era neutralizar o máximo possível os interesses políticos e éticos do analista, de modo a atingir mais facilmente a realidade objetiva, buscando a validade empírica, aos moldes dos métodos das pesquisas quantitativas.

Para esses autores, hoje vivemos um período de transição que reconhece haver uma inter-relação entre a ciência, o senso comum, a ética e a ação, valorizando, mais que excluindo os recursos da subjetividade presentes na pesquisa qualitativa, em consonância com o referencial teórico escolhido. Além disso, há a valorização da pesquisa em seu

contexto, ou seja, dando sentido ao aspecto da totalidade, considerando a singularidade e a diversidade do fato social a ser estudado.

Haveria, portanto um esforço teórico-metodológico no sentido de interligar as observações empíricas e os objetivos de pesquisa, a perspectiva teórica e a metodologia utilizada, buscando a confrontação sistemática do conjunto das observações empíricas com o processo de interpretação.

Minayo (2010, p. 12) enfatiza que o “objeto das Ciências Sociais é histórico”, ou seja, cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. A autora acrescenta que “a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social.” (MINAYO, 2010, p. 12).

Autores como Roese (1998), Pires (2008), Triviños (2008), Minayo (2006, 2010), defendem não haver uma ciência neutra, sendo que notadamente as ciências sociais perpassam interesses e visões de mundo historicamente criadas, sendo as pesquisas qualitativas guiadas por preocupações científicas e circunstâncias socialmente colocadas. Esses autores também são unânimes em defender a necessidade de superação da dicotomia clássica entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa, reconhecendo que ambas podem, inclusive, se complementar.

Minayo (2010) destaca o caráter especificamente qualitativo das ciências sociais e afirma que a pesquisa qualitativa emprega a metodologia apropriada para reconstruir teoricamente os processos, as relações, os símbolos e os significados da realidade social. Entre os objetivos principais da pesquisa qualitativa estão a descrição, a explicação e a compreensão do foco em estudo, considerando seu contexto histórico, seus significados culturais e sua vinculação com a macro-realidade social.

Pires (2008) aponta algumas características gerais da pesquisa qualitativa: 1. flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento, inclusive no que se refere à construção progressiva do próprio objeto da investigação; 2. capacidade de se ocupar de objetos complexos, como o estudo das organizações ou grupos sociais; 3. capacidade de englobar dados heterogêneos e combinar diferentes técnicas de coleta de dados; 4. capacidade de estudar em profundidade vários aspectos relevantes da vida social, considerando inclusive, a perspectiva dos sujeitos sociais. O autor acrescenta que a pesquisa qualitativa tende a valorizar a criatividade do pesquisador e a capacidade desse em solucionar problemas, contando inclusive, com a participação dos sujeitos sociais envolvidos no processo de pesquisa.

Triviños (2008) destaca que um dos principais objetivos da pesquisa qualitativa é a interpretação da realidade, buscando um conhecimento geral aprofundado do tema que servirá de contexto ao foco em estudo com base nos suportes teóricos principais que guiam a ação do pesquisador, sendo a análise dos dados realizada durante todo o processo investigativo. Acrescenta ainda que uma das vantagens da pesquisa qualitativa é a flexibilidade para formular e reformular hipóteses à medida que se realiza a pesquisa, o que ele denomina de “capacidade de autocorreção do método” (Triviños, 2008, p. 123), adaptando-se às circunstâncias que se apresentam.

Para o autor, o trabalho científico qualitativo deve “ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação” (Triviños, 2008, p. 133). Ressalta ainda que uma das limitações do método qualitativo de pesquisa é o de não poder dar orientações precisas sobre o modo de atuar e proceder do pesquisador, uma vez que cada situação tem suas próprias características e o investigador deve avaliar as circunstâncias e buscar o melhor caminho a pesquisar.

## Estudo de caso

O estudo de caso é uma das técnicas mais utilizadas na pesquisa qualitativa (ROESE, 1998; YIN, 2005; TRIVIÑOS, 2008; GIL, 2009). Como uma das possíveis justificativas para o uso recorrente dessa técnica de pesquisa, Roese (1998), aponta que o pouco tempo disponível para a pesquisa faz com que muitos dos pesquisadores sociais optem por ela. Por outro lado, o autor acrescenta que o estudo de caso diferencia-se do estudo biográfico e da história de vida por tratar, preferencialmente, de instituições ou movimentos sociais e, especialmente, pelo fato de abordar casos com algo novo para o ponto de vista da ciência, o que torna a técnica mais apropriada para alguns estudos específicos, partindo de uma situação real. O autor acrescenta:

O estudo de caso nos permite responder como e porque aquelas características específicas que observamos são possíveis, em um quadro teórico mais amplo, como as grandes tendências se manifestam, ou não em realidades sociais concretas (ROESE 1998, p. 193).

Triviños (2008, p. 134), define esse método de pesquisa como sendo “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. O estudo de caso, enquanto técnica de pesquisa permite o acesso a informações privilegiadas e detalhadas sobre a realidade social, onde os processos sociais se desenrolam concretamente.

Esse autor destaca algumas das técnicas mais utilizadas durante o estudo de caso: revisão de documentos e de publicações, levantamento de história de vida, aplicação de entrevista semiestruturada, observação participante, método de análise de conteúdo, entre outros.

Ao contrário do que se propaga muitas vezes, o uso do estudo de caso como método de pesquisa não é uma tarefa fácil. “Usar os estudos de caso para fins de pesquisa permanece sendo um dos mais desafiadores de todos os esforços das ciências sociais” (YIN, 2005, p. 20). Alguns autores (ROESE, 1998; YIN, 2005; GIL, 2009) consideram que essa é uma das metodologias que mais exigem habilidades do pesquisador como: fazer boas perguntas e interpretar as respostas; distanciar-se de suas próprias ideologias e preconceitos; ser adaptável e flexível durante o processo de pesquisa; ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas; além de ter sensibilidade e apresentar boa capacidade de análise e síntese.

Gil (2009) aponta ainda, algumas características do uso do estudo de caso: 1. é um delineamento de pesquisa, ou seja, não pode ser confundido com método, técnica, estratégia ou tática para coletar dados; 2. preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado, estudando a unidade de caso como um todo; 3. investiga um fenômeno contemporâneo, levando em consideração seus condicionamentos históricos; 4. estuda o fenômeno em seu contexto; 5. estuda um caso em profundidade, considerando suas múltiplas dimensões; 6. permite a utilização de múltiplos procedimentos de coleta de dados; 7. estuda o caso pela perspectiva dos sujeitos sociais; 8. é propício ao estudo de grupos ou organizações.

O estudo de caso, embora caracterizado pela flexibilidade, não deixa de ser rigoroso, uma vez que exige, por suas particularidades, uma elevada disposição de tempo e de dedicação intelectual do pesquisador.

## Observação participante

Minayo (2010) afirma que a observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, sendo considerada por alguns estudiosos não apenas como uma técnica, mas como um método de pesquisa que permite a compreensão da realidade. Acrescenta que a observação deve ser feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente

“Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (MINAYO, 2010, p. 70). Segundo a autora, na observação participante, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, como também é modificado por ele. Para ela, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade. Ela destaca o texto de Malinowski (1984) considerado um clássico sobre o trabalho de campo, o qual trata da importância da pesquisa qualitativa e seu desenvolvimento *in loco*, na situação concreta em que acontece o fato estudado.

Haguette (1987) ressalta que as duas áreas que tradicionalmente mais lançaram mão do uso da observação participante foram a Antropologia e a Sociologia, embora com enfoques diferenciados, ambas conferiram valor à participação do pesquisador no local pesquisado e à perspectiva dos pesquisados. A autora afirma ainda que, embora a observação participante seja considerada a técnica de captação de dados menos estruturada nas ciências sociais, adquiriu status científico, não obstante as limitações impostas tal como o risco da flexibilização levar a interpretações errôneas sobre o fenômeno estudado, exigindo grande envolvimento e capacidade teórico-metodológica do pesquisador.

## Pesquisa documental

Muito frequente na pesquisa qualitativa a análise documental é um dos principais instrumentos de coleta e análise de dados utilizados pelas ciências sociais. “Por realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte

extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais” (CELLARD, 2008, p. 295). O autor acrescenta que a pesquisa documental de natureza qualitativa permite investigar a evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, práticas, mentalidades, etc. Ele ressalta que do ponto de vista metodológico, a pesquisa documental apresenta algumas vantagens significativas como a objetividade e a confiabilidade no processo de coleta de dados.

Para o autor, é necessário um esforço crítico na seleção dos documentos de modo a avaliar sua credibilidade e representatividade, para conferir validade e solidez à investigação. Para exame e crítica do documento seria preciso avaliar algumas dimensões preliminares tais como: o contexto em que foi produzido o documento, considerando a conjuntura política, econômica, social e cultural em que foi escrito; a identidade do autor ou autores, e se fala em nome próprio ou de algum grupo ou instituição; sua relação com o que descreve e os interesses e motivos que levaram à redação do documento; a autenticidade e a confiabilidade do texto, preocupando-se com a qualidade da informação transmitida; a natureza do texto, como público ou pessoal, arquivado ou não; os conceitos-chave e a lógica interna do texto, ou seja, os significados e os sentidos das palavras e dos conceitos.

É importante frisar que os documentos não são neutros, nem tampouco o interesse do pesquisador em eleger este ou aquele registro. É importante também confrontar os dados documentais com outros elementos da realidade empírica:

Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. Além dessa necessária abertura de espírito diante dos dados potenciais também é preciso contar com a capacidade do pesquisador em explorar diferentes pistas teóricas, em se questionar, em apresentar explicações originais, etc (CELLARD, 2008, p. 295).

Ainda sobre a análise documental, o autor afirma que é necessário o encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas da documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir interpretações coerentes e realizar a reconstrução dos aspectos de uma determinada realidade.

## Entrevista

Haguette (1987) destaca a entrevista como um dos recursos do pesquisador qualitativo no estudo de um fenômeno social que se constitui em um grande desafio crítico. A autora enfatiza que a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos *cânones do método científico*, um dos quais a busca da objetividade.

Poupart (2008), chama a atenção para a ambigüidade em torno do uso da técnica da entrevista, embora essa seja um dos instrumentos de pesquisa mais frequentemente utilizados nas ciências sociais. Enquanto alguns pesquisadores citados pelo autor, como Palmer (1928) defendem que a possibilidade de interrogar os atores e utilizá-los como recurso para a compreensão das realidades sociais é uma grande vantagem da pesquisa social, outros autores, tais como Chamboredon e Passeron (1968), alegam o contrário, defendendo que a entrevista coloca o risco da ciência confundir as interpretações que os atores dão da realidade, dessa como tal.

Poupart (2008) aponta algumas características que justificam o recurso à entrevista do tipo qualitativo por parte de vários pesquisadores: 1. de ordem epistemológica: a pesquisa qualitativa seria necessária por oferecer uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais, sendo fundamental para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais; 2. de ordem ética e política: a entrevista qualitativa abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais; 3. de ordem metodológica: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais, mas principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores.

As vantagens do uso da entrevista como método de coleta de dados guardam algumas semelhanças com as vantagens do próprio uso da pesquisa qualitativa e do uso do estudo de caso, já vistos anteriormente. Não obstante isso, Poupart (2008) afirma que a entrevista do tipo qualitativo destaca-se entre as ferramentas de informação por ser capaz de elucidar as realidades sociais, principalmente como instrumento privilegiado de acesso às experiências dos atores.

Finalmente, há uma opinião amplamente divulgada na maioria das tradições sociológicas, segundo a qual o recurso às entrevistas, malgrado seus limites, continua sendo um dos melhores meios para apreender o sentido que os autores dão às suas condutas (os comportamentos não falam por si mesmos), a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação, com os atores sendo vistos como aqueles em melhor posição para falar disso (POUPART, 2008, p. 217).

Além disso, a entrevista permitiria apreender as categorias do senso comum e explorar a maneira como os atores constroem sua realidade, ao longo de suas atividades cotidianas, trazendo à tona, a discussão sobre qual reconhecimento atribuir ao saber leigo em relação ao saber científico. Autores como Pires (2008) e Poupart (2008) afirmam que é preciso redescobrir o senso comum, apreendendo seus simbolismos e significados e confrontando com o saber científico. Defendem, portanto, uma ciência construída com a participação dos sujeitos envolvidos.

Para Poupart (2008), as análises deveriam ser o resultado de uma construção mútua, sendo necessária a produção de um saber que harmoniza as interpretações dos atores com as dos pesquisadores. A autora enfatiza, também, que a entrevista qualitativa, é uma ferramenta importante de informação sobre as entidades sociais, uma vez que os sujeitos entrevistados são considerados representativos do seu grupo, sendo assim imprescindível a seleção criteriosa dos informantes.

Ainda sobre o uso das técnicas de entrevistas no processo de pesquisa qualitativa, Gaskell (2010) esclarece que ele é útil por permitir ao pesquisador social obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos. Além disso, as entrevistas seriam um momento importante de troca de conhecimentos e de interação social entre pesquisador e pesquisados, nas quais as palavras seriam o principal meio, e tanto pesquisador como pesquisados, estariam envolvidos diferentemente na produção do conhecimento. “Desse modo, a entrevista é uma tarefa comum, uma partilha e uma negociação de realidades” (GASKELL, 2010, p. 74).

O autor apresenta, ainda, a aplicação da técnica de entrevista tanto individualmente como dirigida a grupos, o que ele denomina de grupo focal. Sobre as duas técnicas, afirma que ambas oferecem vantagens e limitações e seu uso depende muito dos objetivos da pesquisa e das condições reais que ela oferece. Sinteticamente, no caso da entrevista de grupo a vantagem está na estimulação dada aos participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem, além disso, durante a entrevista é



possibilitado ao pesquisador observar as interações sociais que se estabelecem no grupo, os consensos e as divergências, a atuação das lideranças e a dinâmica social estabelecida, procurando ser o ambiente o mais natural possível e o mais próximo da realidade vivida pelo grupo em seu cotidiano. As limitações impostas à entrevista em grupo são que nela não é possível voltar a atenção para uma pessoa em particular e nem tratar de alguns assuntos em profundidade, havendo necessidade de um maior cuidado com a questão do sigilo e da ética na pesquisa. Já na entrevista individual seria possível conseguir maiores detalhes a respeito das experiências pessoais, decisões tomadas, conflitos e sequência das ações como a percepção individual diante de circunstâncias coletivamente vividas, podendo haver uma maior cumplicidade do entrevistado. A limitação estaria no fato de que aquele depoimento seria menos factível de ser confrontado com a realidade vivenciada pelo grupo.

Entre as técnicas de entrevista, destacam-se algumas: 1. aberta ou livre; 2. não diretiva; 3. estruturada; 4. semiestruturada; sendo essa última uma das mais utilizadas. Sobre a entrevista semiestruturada “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2008, p. 146).

O autor esclarece ainda que as perguntas formuladas pelo pesquisador durante a entrevista semiestruturada são resultados da teoria que alimenta a ação do investigador, e ainda, de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social.

Ainda sobre algumas vantagens da entrevista semiestruturada, Triviños destaca:

Pensamos, entretanto, que a entrevista semi-estruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Este traço da entrevista semi-estruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores. De toda maneira, diante destas últimas situações, é necessário lembrar que os instrumentos de coleta de dados não são outra coisa que a “teoria em ação”, que apóia a visão do pesquisador (TRIVIÑOS, 2008, p. 152).

O autor acrescenta que o processo de pesquisa avança quando se trabalha com grupos representativos de sujeitos, e ressalta que, em geral, a duração da entrevista é

flexível e depende das circunstâncias que rodeiam principalmente os informantes e o teor do assunto em estudo.

Minayo (2010) acrescenta que a entrevista, sempre que possível, deve ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante, considerando as relações, práticas, cumplicidades e omissões que compõem o cotidiano e o ambiente de pesquisa.

### Análise de conteúdo

A análise de conteúdo, uma das metodologias mais utilizadas nas pesquisas sociais, propõe aprofundar a análise e a interpretação dos dados, centrada na busca da compreensão dos sentidos atribuídos pelos atores à realidade que vivenciam.

Guerra (2010) descreve o histórico da análise de conteúdo onde afirma que em 1952, Berelson (apud BARDIN, 1979) apresentava a análise de conteúdo como uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação. Estaria, pois intimamente relacionada ao método quantitativo, centrada na frequência dos acontecimentos sociais. A análise de conteúdo tradicional se estruturava a partir das categorias e subcategorias de análise, partindo de um quadro positivista lógico-dedutivo onde a teoria detinha o comando integral dos resultados da pesquisa e deixava escapar as dimensões e racionalidades dos sujeitos. Já na década de 1980, Krippendorff (apud BARDIN, 1979) retira a dimensão descritiva e quantitativa e define a análise de conteúdo a partir das inferências, como uma técnica de investigação que permite fazer interpretações válidas e replicáveis dos dados do contexto.

Para a autora, surge então uma nova perspectiva, onde a análise de conteúdo propõe o estudo dos acontecimentos sociais buscando sua significação social e cultural, além disso, com esse recurso passa-se a centrar a pesquisa na atuação dos atores, nas relações estabelecidas entre eles, nas suas estratégias, representações e trajetórias, ou seja, nas dinâmicas sociais estabelecidas. Busca-se, assim, a análise do contexto em um sistema de ação socialmente construído onde a compreensão dos acontecimentos transcende as situações imediatas. Sobre o uso das metodologias compreensivas, incluindo o método de análise de conteúdo, Guerra (2010, p. 10) afirma:

Enquanto se aguarda por teorizações mais avançadas na explicitação desta relação entre o sistema e os atores (mesmo estando conscientes da pouca vantagem desta velha dicotomia), vamos desenvolvendo formas de investigação que procuram o sentido da ação coletiva, isto é, conhecer os sentidos e as racionalidades que fazem cada um agir e, por via disso, produzir a sociedade onde todos vivemos. É o aprofundamento dessa racionalidade cultural que permitirá conhecer as formas de produção da sociedade e os contornos da mudança social. Esse conhecimento daria ao cientista social um enorme campo de intervenção e de interação com os atores sociais.

No entanto, a autora reconhece que nesse tipo de análise há vários riscos devido ao grande espaço dedicado à interpretação e à inferência por parte do investigador, e sobre esse aspecto recaem as principais críticas. É preciso um esforço crítico apurado e a aplicação de procedimentos éticos e metodológicos que garantam a confiabilidade dos resultados da análise.

Para Minayo (2006, 2010), a análise de conteúdo pretende descrever as ações, interpretando principalmente o sentido do que foi dito. Busca ainda, compreender, valorizar e interpretar os dados empíricos articulando-os com a teoria que fundamenta a pesquisa e com a lógica interna do grupo social estudado. “É a descoberta dos seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (MINAYO, 2010, p. 27).

Gomes (2010) destaca que na análise de conteúdo o foco recai sobre a análise e a interpretação dos dados, considerando as representações sociais e a dimensão histórica e sociocultural da sociedade a ser pesquisada. “Em outras palavras, através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 2010, p. 84).

Esse autor apresenta uma proposta básica de etapas da análise de conteúdo que inclui a descrição, a análise e a interpretação, na qual descreve a seqüência usual dos procedimentos de análise: 1. decompor o material a ser analisado em partes; 2. distribuir as partes em categorias; 3. fazer uma descrição do resultado da categorização; 4. fazer inferências dos resultados; 5. interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada.

O autor acrescenta ser importante durante a classificação dos dados identificar o núcleo de sentido do conteúdo a ser analisado, buscando a construção de temáticas mais amplas, atribuindo um grau de significação maior aos conteúdos analisados.

Para Guerra (2010) a perspectiva compreensiva torna-se mais pertinente para explicar os períodos em que particularmente se assiste a transformações culturais com

profundas mudanças no nível das práticas sociais. Essa é uma das razões, além das já apontadas, pelas quais foi eleita essa metodologia para análise da associação da VPR Negreiros, considerando que as famílias se encontram em processo de mudança social, econômica e cultural e os vários sentidos atribuídos necessitam ser mais bem compreendidos.

## **CAPÍTULO 1: O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES E AS VILAS PRODUTIVAS RURAIS**

### **Rio São Francisco**

Ao se referir ao rio São Francisco, é importante considerar a região que engloba seus afluentes, ou seja, toda a sua bacia hidrográfica. E ainda, refletir sobre o amadurecimento das relações culturais, econômicas e políticas que se deram em torno do rio, pois esse não é um rio que une apenas estados e regiões, mas o chamado *rio da integração nacional*, une sonhos, esperanças, expectativas, interesses, bem como conflitos e grandes contradições ao longo de sua história.

Segundo o estudo *Reconhecimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia do Rio São Francisco* (SUVALE, 1970), a Bacia do rio São Francisco acha-se localizada na região centro-leste do Brasil, ocupando uma área de aproximadamente 640.000 km<sup>2</sup>. Sua nascente fica situada na parte central do estado de Minas Gerais, na Serra da Canastra, seguindo em direção ao norte, indo desembocar no Oceano Atlântico. O comprimento total do rio é de cerca de 2.700 km, sendo a extensão da bacia de aproximadamente 8% do território brasileiro, envolvendo sete Unidades da Federação: Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Distrito Federal. O estudo acrescenta que, historicamente, acredita-se que a colonização do vale do São Francisco tenha se iniciado logo após o descobrimento do Brasil, em 1500.

No cenário de criação de instituições para o uso e gestão do rio São Francisco, no ano de 1945 foi criada pelo presidente Getúlio Vargas a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) para atuar na geração e transmissão de energia. Menezes (2009) aponta que além da CHESF, foi instituída em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, em 1974, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), sendo essa última uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que gerencia os recursos naturais e a estruturação de atividades produtivas no vale do São Francisco, sobretudo com a implementação de projetos públicos de irrigação, defendendo-os como eixo central para a inclusão econômica e social ao

longo da bacia. A autora destaca que a CODEVASF passou também a atuar na construção de obras de infraestrutura hídrica, eletrificação e transportes.

A dissertação de Mestrado *Conflitos e Gestão de Águas: o caso da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco* (MASCARENHAS, 2008) apresenta a caracterização da bacia do rio São Francisco, a qual abrange 503 municípios brasileiros, e analisa os diversos conflitos na gestão de suas águas. A autora afirma que as águas do Rio São Francisco representam cerca de 2/3 da disponibilidade de água doce da região nordeste. A autora enfatiza que, trata-se de uma bacia com ampla diversidade ambiental, que abrange os biomas do Cerrado e da Caatinga, além de fragmentos de Mata Atlântica, em suas cabeceiras. Sua fauna aquática possui altos índices de diversidade.

Por outro lado, cerca de 54% de sua extensão está incluída no chamado *Polígono das Secas*, território marcado por longos períodos de estiagem, concentrado principalmente na região nordeste e em parte considerável do Norte de Minas. Mascarenhas (2008) caracteriza a bacia, chamando a atenção para a sua divisão em Alto, Médio e Baixo São Francisco, considerando fatores climáticos e de desenvolvimento socioeconômico. No chamado Alto São Francisco, localizado em Minas Gerais, a região é marcada por graves problemas de conservação, aliados à devastação florestal nas margens e nascentes, ocupação desordenada do solo, explorações minerais e poluição industrial e urbana. Nas áreas denominadas Médio e Sub-Médio São Francisco, localizadas na região semiárida, há escassez hídrica e susceptibilidade à desertificação. Já o chamado Baixo São Francisco é composto por características típicas do sertão, com rios intermitentes, vegetação de caatinga e solos rasos.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, Mascarenhas (2008) utiliza os dados do censo do IBGE (ANA ;GEF ; PNUMA ; OEA ; 2000), para demonstrar que a bacia do São Francisco possui acentuados contrastes, com áreas de grandes riqueza e alta densidade demográfica e, outras, de pobreza extrema e de população dispersa. A autora enfatiza ainda, que a bacia é marcada por contradições, sendo caracterizada por algumas regiões com boa disponibilidade de água, favorecendo o desenvolvimento agrícola e, as demais regiões, caracterizadas pela seca e a escassez de recursos naturais.

Os vários usos para atividades econômicas, sobretudo a partir da década de 1960, contribuíram para o comprometimento dos recursos naturais da bacia, causando fortes impactos socioambientais. Segundo o estudo, a população total da bacia é da ordem de 13.297.955 habitantes, dos quais cerca de 74% correspondem à população urbana e 25% à população rural, sendo que a maior concentração populacional estaria na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, cerca de 29,3% da população total.

Os principais usos da água são: industrial, irrigação, dessedentação animal e abastecimento urbano e rural. E ainda, atividades ligadas à navegação, piscicultura, pesca, lazer e turismo, sendo esses dois últimos em menor escala. Em termos de saneamento e abastecimento, a situação na bacia é precária, sendo a distribuição da água feita com qualidade duvidosa e havendo carência de instalação da rede coletora de esgoto. Em termos de geração de energia, Mascarenhas (2008), afirma que a bacia possui uma expressiva capacidade instalada, principalmente na região do Sub-médio São Francisco, onde estão em funcionamento várias usinas hidroelétricas.

Considerando todos os aspectos descritos, constata-se que a Bacia do Rio São Francisco revela um cenário de desigualdade e contraditoriedade entre as várias regiões que ela alcança, sendo um possível reflexo da desigualdade socio regional que marca o cenário brasileiro como um todo.

### **Projeto de Integração do Rio São Francisco**

Para a descrição do Projeto, serão utilizados dados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (MI, 2004b), estudo que apresenta, em uma linguagem objetiva, os aspectos técnicos tratados com mais profundidade no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (MI, 2004 a). Ambos os documentos foram elaborados como exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para fins de licenciamento das obras do PISF.

O RIMA (MI, 2004b) descreve o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional como um empreendimento de infraestrutura hídrica onde dois sistemas independentes, denominados eixo norte e eixo leste, captarão água no rio São Francisco, entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco. Ainda segundo esse documento, os eixos do projeto são compostos de canais, estações de bombeamento de água, pequenos reservatórios e usinas hidrelétricas para auto suprimento, que atenderão às necessidades de abastecimento de municípios do semiárido, do agreste pernambucano e da região metropolitana de Fortaleza.

Segundo dados do RIMA (MI, 2004b), o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para beneficiar a região mais seca do país, propõe a captação de água do rio São Francisco de cerca de 3,5% da sua vazão

disponível. Em outras palavras, dos 1.850 m<sup>3</sup>/s de água do rio São Francisco, 63,5 m<sup>3</sup>/s serão retirados.

As bacias hidrográficas receptoras das águas do Rio São Francisco são as do rio Jaguaribe, no Ceará; do rio Piranhas-Açu, na Paraíba e no Rio Grande do Norte; do rio Apodi, no Rio Grande do Norte; do rio Paraíba, na Paraíba; e as dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida, em Pernambuco, na bacia do rio São Francisco.

### Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional



Mapa 1: PISF  
Fonte: MI/2012



Os objetivos básicos do projeto, apontados no RIMA (MI, 2004b), são: 1. aumentar a oferta de água, com garantia de atendimento ao semiárido; 2. fornecer água de forma complementar para açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão da água; 3. reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre as bacias e as populações.

Estão previstos ainda vários usos da água, entre eles destacam-se: abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, criação de peixes e camarões.

### Contextualização histórica

Utilizando ainda como fonte o estudo técnico RIMA (MI, 2004b), o surgimento da ideia de integrar o Rio São Francisco com regiões semiáridas do nordeste data da época do Brasil Império, por volta de 1859. Porém, naquela época, o projeto não foi iniciado, devido à falta de recursos de engenharia.

Também a autora Said (2009), apresenta uma contextualização histórica do projeto, onde afirma que a transposição das águas do rio São Francisco é uma história longa que remete ao período do Brasil - Colônia, na época de D. João VI (1820), quando se pensava que a solução para a seca no semiárido seria a construção de canais artificiais para levar água para a população carente. No reinado de D. Pedro II, a proposta volta a ser considerada, tendo em vista uma grande seca (1877-1879) que vitimou cerca de 1,7 milhões de pessoas. Na busca de soluções, por ordem do Imperador, foi projetado um canal que interligaria o rio São Francisco ao rio Jaguaribe no Ceará, mas a execução da obra esbarrou na inviabilidade técnica e financeira. A autora continua a narração, afirmando que, ainda no século XIX, houve interesse em seguir o exemplo das transposições realizadas na China e no Marrocos.

No governo de Getúlio Vargas foi criado, em 1943, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Segundo Said (2009), naquele período, passou-se da ideia da transposição para a da construção de açudes, tendo sido construídos no nordeste até o final do século XX, 70 mil açudes, cujo potencial de acumulação é de cerca de 37 bilhões m<sup>3</sup>, constituindo-se no maior potencial volumétrico represado em regiões semiáridas do mundo. Em 1980, técnicos do DNOCS chegaram a elaborar um projeto de transposição em parceria

com um organismo norte-americano especializado em agricultura, irrigação e recursos hídricos, ao qual não foi dado seguimento.

Seguindo o histórico, a autora acrescenta que em 1981, pretendendo ser candidato à Presidência da República, o Coronel Mário Andreazza, então Ministro do Interior do governo Figueiredo, reformulou o projeto e encomendou estudos de viabilidade para transpor 15% das águas do rio São Francisco para os estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, mas sua proposta não foi considerada, tanto em função dos custos, como do tempo previsto para a execução da obra (entre 15 e 20 anos).

Já o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 2001, assumiu a disposição de tocar o projeto a partir de sua política de gestão de recursos hídricos e elaborou o projeto básico, mas as disputas judiciais entre as empresas concorrentes impediram o início das obras. Em 05 de janeiro de 2001, foi aprovado um Decreto criando os Comitês de Bacias Hidrográficas do São Francisco com a perspectiva de fazer a gestão dos recursos hídricos, na qual estava incluído o projeto de conservação e revitalização de toda a bacia hidrográfica.

A autora enfatiza que o presidente Lula, logo no início de seu 1º mandato (2003-2006), retoma o projeto com a criação de um Grupo Interministerial para analisar as propostas existentes e propor medidas para viabilizar a transposição das águas do São Francisco para o semiárido. Menezes (2009) ressalta ainda, que o projeto ganha força no segundo governo Lula como uma das obras de infraestrutura incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em janeiro de 2007, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, no qual foram consideradas prioritárias no orçamento do governo obras de infraestrutura nacional. Nesse contexto, houve também diversas manifestações populares contrárias ao Projeto. Tornaram-se emblemáticas as duas greves de fome realizadas pelo bispo de Barra/BA, Dom Luiz Flávio Cappio. Foram 11 dias de greve, em 2005, e 24 dias, em 2007. A publicação *A vida por um rio* (2008) traz o relato do último protesto, por meio de vários artigos escritos por acadêmicos, artistas e lideranças sociais, afirmando que o jejum atraiu a atenção e o apoio de comunidades indígenas, trabalhadores sem-terra, camponeses, artistas, intelectuais e tantos outros atores sociais para as questões relacionadas ao projeto. Menezes (2009) considera que a greve de fome, apesar de não ter suspenso as obras do Projeto, estabeleceu a necessidade de retomada pelo governo federal do diálogo com a sociedade civil, dando força aos vários movimentos sociais envolvidos na luta contra a transposição. A autora destaca que intensas disputas em torno da questão reaceceram o debate sobre o desenvolvimento da Bacia do São Francisco e várias medidas foram tomadas no sentido de ampliar a discussão, como a instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica, órgão responsável

pela gestão participativa das águas e a criação do Programa de Revitalização da Bacia, mas acrescenta que apesar de toda a manifestação empenhada por parte da sociedade, em dezembro de 2006, o STF suspendeu todas as liminares judiciais que impediam a continuidade do projeto de integração.

Assim, o licenciamento das obras do Projeto foi concedido pelo IBAMA por meio de Licença Prévia, em abril de 2005, e de Licença de Instalação, em maio de 2007. Nesse mesmo ano, o governo iniciou a instalação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, tendo como órgão empreendedor o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Infra- Estrutura Hídrica (SIH) e do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE).

### **Principais polêmicas do projeto**

#### Argumentos favoráveis

O RIMA (MI, 2004b), aponta que a região do projeto São Francisco encontra-se na área do polígono das secas, sendo que o nordeste setentrional (parte do semiárido ao norte do rio São Francisco) é a área que mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. E acrescenta que, o empreendimento viabilizará o fornecimento de água para vários fins (abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão), numa área que, atualmente, possui cerca de 12 milhões de habitantes, público alvo estimado a ser beneficiado pela obra.

O documento acrescenta que a esse projeto estruturante deverão se integrar diversas iniciativas e soluções regionais para convivência com o semiárido, como cisternas, poços e pequenos açudes, entre outras. E ainda, que com o Projeto, a água acumulada nos reservatórios e açudes, poderá ser usada de forma mais eficiente para atender às necessidades humanas, estimulando o desenvolvimento social, o crescimento econômico e proporcionando melhorias consistentes na agricultura, na pecuária, na indústria e na infraestrutura local.

O RIMA (MI, 2004b) defende que uma das grandes vantagens do projeto, é que ele representará uma segurança para as bacias do nordeste setentrional diante das irregularidades

climáticas. E, ainda, que a população, tanto a urbana, quanto a rural, além das indústrias e dos pequenos e grandes agricultores, poderão usar a água disponível nos grandes açudes da região para gerar emprego e renda. Além de haver melhorias nos sistemas de saneamento básico e crescimento das atividades produtivas, que têm na água um de seus mais importantes componentes.

O documento afirma, ainda, que o projeto também deverá contribuir para a fixação da população na região, sobretudo na área rural, sujeita, de longa data, a um processo contínuo de migração, seja para outras regiões do país, seja para outros pontos do nordeste, onde a escassez de água não é tão intensa. Do ponto de vista econômico, a integração contribuiria, ainda, para a diminuição dos gastos públicos com medidas de emergência durante as frequentes secas, uma vez que a oferta de água será maior e o impacto das secas reduzido.

Menezes (2009) realiza análise do cenário político no primeiro e parte do segundo mandato do presidente Lula, na qual aponta os vários movimentos sociais favoráveis e contrários ao projeto.

No grupo dos movimentos favoráveis, a autora aponta o *Comitê em Defesa da Transposição do Rio São Francisco*, que contava com apoio de lideranças governamentais e religiosas como o arcebispo da Paraíba, D. Aldo Pagotto. O discurso dos defensores do projeto de Integração apoia-se na necessidade de desenvolver os estados do nordeste setentrional, carentes de recursos hídricos. Além disso, acusavam os estados beneficiados pela bacia do rio São Francisco de não querer dividir os benefícios da água e, conseqüentemente, suas fontes de desenvolvimento, com os demais estados nordestinos.

Segundo notícia disponível no site do Ministério da Integração Nacional (2011), datada de 27/01/2005, mais de 300 prefeitos de municípios localizados na região semiárida do nordeste setentrional estariam se mobilizando para criar a *Frente Municipalista pela Integração do São Francisco*. O objetivo seria unir forças em defesa do empreendimento do governo federal e contrapor ações aos argumentos dos opositores do projeto. Para dar maior amplitude às suas ações, a proposta da *Frente Municipalista* seria atuar conjuntamente com outros movimentos em defesa do Projeto São Francisco. Para esse grupo, a oferta de água estaria diretamente relacionada ao índice de desenvolvimento humano e econômico da sociedade, sendo de fundamental importância para a região do nordeste setentrional.

Segundo dados constantes do site da Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco (2011), em junho de 2008, foi criada a Comissão Especial destinada a discutir a desertificação, o desenvolvimento sustentável e as obras estruturadoras para o semiárido de Pernambuco. Composta por várias autoridades políticas, entre elas, o deputado Marcondes

Gadelha (PTB-PB), relator da Comissão e defensor do projeto de Integração, a Comissão tinha como um de seus principais objetivos avaliar os efeitos da integração das águas no nordeste, considerando que o maior entrave para a transposição do rio São Francisco seria político e não técnico. Segundo a comissão, o projeto de integração contribuiria para conter o êxodo do povo nordestino e garantiria maior segurança alimentar à região, além de fomentar o controle da erosão e o incremento da atividade pesqueira.

O principal lema utilizado pelos movimentos favoráveis à chamada transposição é *Água Para Quem Tem Sede*, defendendo que o projeto traria inclusão social e inibiria a ação dos que supostamente estariam se beneficiando com a chamada *indústria da sede*, marcada por práticas clientelistas e eleitoreiras, em torno da carência de água no sertão nordestino.

#### Argumentos contrários

Coelho (1985, p. 19) ao tratar da chamada “indústria das secas”, destacou o alto investimento dos programas do governo em obras de grande porte no nordeste como promessa de solução aos problemas das secas na região, mas na visão do autor, essas iniciativas não resolveriam, de fato, os problemas da fome e da miséria, e em alguns casos até os agravariam. Nesse contexto, o autor debate a ideia da transposição do rio São Francisco que a essa época já despertava polêmica. Para ele, sobre o projeto seria importante fazer duas perguntas: para que e a quem irá servir? O autor responde às indagações afirmando que a água do São Francisco não seria suficiente nem para o desenvolvimento do próprio vale. Para o autor, o desvio do São Francisco, assim como ocorreu com a construção das grandes barragens, serviria para concentrar cada vez mais a terra nas mãos dos latifundiários e dos grandes grupos nacionais e internacionais. “As riquezas que as barragens produzem vão quase todas para as mãos dos ricos, dos poderosos, dos donos das fábricas, dos latifundiários” (Coelho, 1985, p. 29). Seria, pois, uma “obra faraônica e um desperdiçador de recursos” (Coelho, 1985, p. 32), contendo metas mirabolantes que revelariam um otimismo exagerado.

Mais de duas décadas depois, as críticas ao projeto seguem nessa mesma direção. Said (2009) aponta que o projeto de transposição do rio São Francisco foi regulamentado, sob forte rechaço de inúmeros setores da sociedade civil e das próprias populações impactadas com a obra. Afirma que, uma das maiores polêmicas é a tese de que a transposição do rio São Francisco resolverá um problema secular que é a seca no semiárido nordestino. Segundo ela,

essa polêmica, coloca no centro das discussões não apenas o modelo de gestão dos recursos hídricos, mas o modelo de desenvolvimento que se deseja para o país.

O projeto de transposição do rio São Francisco se configura como a expressão, o caso emblemático do modelo econômico implementado pelo governo federal, cuja ação política vai de encontro ao projeto econômico, justo e democrático que diferentes setores da sociedade civil defendem, no qual seu horizonte não são os limites da sociabilidade do capital e sim da sociabilidade do trabalho, do socialismo ou qualquer denominação que se queira dar para a construção de uma sociedade que liberte corações e mentes da lógica do mercado e do lucro (SAID, 2009, p. 17).

A autora afirma que o projeto de integração está assentado na perspectiva de fortalecimento e ampliação do poder das transnacionais, do agronegócio, das grandes empreiteiras e das elites favorecidas pela infra-estrutura e que esse projeto prejudicaria o sistema de agricultura familiar que há décadas estaria sendo implementado como modelo no nordeste brasileiro. Além disto, a autora afirma que os estados a ser beneficiados, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, são onde estão concentrados os maiores reservatórios de água da região nordeste, o que colocaria por terra o discurso oficial de que existe um déficit hídrico nesses estados.

Ela aponta dados da publicação *Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Água* (2006), estudo realizado pela Agência Nacional de Águas – ANA, onde são sugeridas 530 obras descentralizadas de pequeno e médio porte, que poderiam ser feitas em 1.356 municípios acima de 5 mil habitantes, a um custo de 3,6 bilhões de reais. Para a autora, essas obras resolveriam o abastecimento de 34 milhões de pessoas dos nove estados nordestinos, não sendo necessário, portanto, o investimento na transposição. Para Said (2009), há inúmeras tecnologias que apresentam soluções mais econômicas e mais eficientes que a transposição e com menores impactos ambientais.

João Abner Guimarães Junior (2007) hidrólogo, doutor em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo e professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande Norte, apresenta críticas ao Projeto de Integração, afirmando que os estudos realizados nas bacias beneficiadas pelas obras revelam um quadro atual bastante favorável em termos de disponibilidade hídrica. Para ele, o Ceará tem potencial para atender com segurança até quatro vezes as demandas atuais por água para todos os usos; o Rio Grande do Norte mais de duas vezes e a Paraíba uma vez e meia. Assim, segundo o autor, poder-se-ia afirmar com

segurança que, ao contrário do discurso oficial, não existiria déficit hídrico nos estados beneficiados que justifiquem um projeto da magnitude do que está sendo proposto para a transposição de águas do rio São Francisco.

Outra crítica apresentada pelo autor é a de que a rota que a água percorrerá está distante dezenas, até mesmo centenas de quilômetros, das regiões mais necessitadas. Segundo ele, na prática, o projeto estaria transferindo águas do rio São Francisco para os leitos, a maior parte já perenizados, dos maiores rios do nordeste setentrional, ampliando os estoques de água dos maiores reservatórios da região. Além disto, o autor considera que com o projeto a água transposta se tornará mais cara e deverá agravar os conflitos pelo uso da vazão na bacia do rio São Francisco, à frente de possíveis interesses políticos e econômicos na obra. Como alternativa ao projeto de integração, Junior (2007) sugere o investimento em soluções locais de baixo custo, como açudes, poços e cisternas. E ainda, que as políticas públicas na área de recursos hídricos no nordeste semiárido sejam baseadas nos seguintes princípios: 1. convivência com o semiárido; 2. democratização do acesso à água no semiárido; 3. planejamento integrado e dinâmico dos recursos hídricos no semiárido; 4. valorização da infraestrutura hídrica existente; 5. controle social dos projetos públicos na área de recursos hídricos.

Na mesma direção Suassuna (2007), engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, localizada no Recife/PE, afirma que utilizar as águas já existentes na região do nordeste setentrional, por meio de uma política adequada de gerenciamento desses recursos, seria mais eficiente que retirá-las das margens do rio São Francisco. Além disto, o autor enfatiza que a área onde estão instaladas as obras do projeto não seria adequada, tendo em vista a má qualidade da terra para a produção e o alto índice de evaporação da água.

Na publicação *A vida por um rio* (2008, p. 18), encontra-se a carta de solidariedade assinada por bispos que compunham a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, regional nordeste, onde é expressa a solidariedade ao bispo Dom Cappio, à época da segunda greve de fome, e ainda são apresentadas críticas ao governo, afirmando que o projeto estaria entre “os interesses de um punhado de empreiteiros e de empresários do hidroagronegócio de um lado e a vida da bacia hidrográfica do São Francisco e da sua população do outro”. Embora o documento ressalte não haver consenso por parte da Igreja Católica acerca do tema em questão.

Khoury (2007), promotora de Justiça da Bahia e coordenadora do *Projeto de Defesa do São Francisco do Ministério Público* apresenta críticas ao projeto, afirmando, entre outras questões, que os procedimentos previstos na legislação para o licenciamento ambiental foram

todos desconsiderados, e acrescentando que o EIA e o RIMA desconsideraram os reais impactos negativos nas bacias doadoras e receptoras, apenas observando as áreas dos canais, sendo omissos quanto aos reais impactos no meio físico, biótico e sócio-econômico. E conclui:

Durante esses anos, a atuação do Ministério Público na apreciação do Projeto de Transposição possibilitou constatar que o problema do Nordeste não é a falta de água, mas sim a sua democratização. Aliás, como tudo nesse país! Percebe-se claramente que as águas do Projeto não se destinam à população difusa do Nordeste que passa sede, mas sim ao Porto Industrial de Pecém, no Ceará, aos criadores de Camarão do Rio Grande do Norte e aos grandes irrigantes dos Estados. Uma outra conclusão que chegamos é a de que a Administração Pública não observou nem pretende perceber que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, pois tanto no aspecto da democracia quanto na submissão do governo às normas que regem o país está longe de exercer essa condição (KHOURY, 2007, p.91).

Menezes (2009), em sua dissertação de Mestrado estuda a atuação do *Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia* e sua proeminência no processo de debate sobre o chamado projeto de transposição. Ela destaca a importância do rio para uma parte significativa da região nordeste, afirmando que é o único rio perene na grande parte da bacia inserida nas áreas semiáridas. Chama ainda a atenção para o destacamento da sociedade civil como força de resistência frente ao projeto de transposição, e ressalta a atuação do governo Lula que destinou volume considerável de recursos ao projeto.

Para a autora, o *Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia* surge como um articulador dos segmentos da sociedade civil em defesa da revitalização do rio e contrário ao projeto de transposição.

O principal questionamento do Fórum é a respeito da destinação das águas do projeto de Integração; apesar de levar água a 12 milhões de nordestinos, a maior parte da água será utilizada para atividades econômicas e para o abastecimento de grandes cidades (principalmente Fortaleza e Campina Grande). Na verdade, a população rural difusa, que é a mais vulnerável às secas, não é a principal beneficiária (MENEZES, 2009, p. 02).



A autora considera que o projeto de transposição só acirra mais a disputa em torno da água e abre vários questionamentos sobre seu uso e distribuição, principalmente para as populações ribeirinhas. A autora chama ainda a atenção para as várias contradições existentes na região da bacia do São Francisco, destacando o desmatamento predatório, as queimadas, o uso e a ocupação inadequada do solo, a alteração do regime hídrico, a exploração mineral sem controle, a pesca predatória, a poluição das águas, a falta de saneamento básico, a miséria, a insuficiência de água mesmo para a população ribeirinha, entre outras questões.

Existem muitas dificuldades a serem superadas para que a distribuição da água seja feita de maneira justa na região do São Francisco. Embora seja uma região com boa disponibilidade hídrica, a água não chega para todos, e, quando chega, possivelmente está marcada por uma política clientelista. Todo esse contexto conflituoso só torna o projeto de Transposição bastante questionável por essa população, que, mesmo estando na beira do rio, não tem acesso à água. Na verdade, legítima essa população a questionar como se dará a distribuição da água que se deseja retirar da bacia (MENEZES, 2009, p. 49).

A autora critica o fato de que o projeto de transposição não traz em sua concepção uma proposta de convivência com o semiárido, não atraindo, portanto, mudanças sociais profundas. E destaca a ação de alguns movimentos contrários ao projeto de integração, como a *Ação de Mobilização Popular*, em meados de 2007, em Cabrobó/PE, onde foi montado um acampamento organizado por movimentos e organizações sociais que, segundo a autora, reuniu cerca de 2.000 manifestantes e gerou o manifesto *O nordeste é viável sem transposição e com ética na política*, no qual constam a participação de vários movimentos organizados da região e nacionais.

Destaca também, que em março de 2008, o movimento social denominado *Projeto de Articulação Popular*, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), apoiado pelo bispo Dom Cappio, reuniu em Brasília vários segmentos relacionados ao rio como os ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas e populações tradicionais de toda a bacia do São Francisco, para a manifestação intitulada *Acampamento pela Vida do Rio São Francisco e do Nordeste*. Na ocasião foram realizadas audiências públicas com o Ministério Público Federal e os manifestantes foram recebidos por ministros do STF e por representantes do Governo Federal, porém a autora reconhece que a mobilização não teve muita repercussão para além dos setores mais específicos que tratavam do assunto.

A autora constata que, com o passar dos anos, os movimentos sociais contrários ao Projeto de Integração foram perdendo força, atribuindo isso, principalmente, ao fato de que várias lideranças, inclusive do próprio fórum, passaram a fazer parte do governo, atuando como assessores e/ou interlocutores com a sociedade, levando muitos participantes dos movimentos sociais a perderem sua capacidade de autonomia e de crítica.

Menezes (2009) afirma que a decisão de pôr em prática a transposição do rio era movida muito mais por um discurso político e emocional do que técnico propriamente. A autora critica, ainda, o fato de ter havido muito mais investimento e apoio político ao projeto da transposição do que ao projeto de revitalização do rio São Francisco.

Observa-se que a necessidade de investimento maciço no projeto de revitalização da bacia do São Francisco, no sentido de que sejam investidos esforços na melhoria dos seus recursos ambientais e da qualidade de vida do seu povo foi também uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais contra a transposição.

Considerando que para melhor compreender a questão do associativismo nas Vilas Produtivas Rurais é necessário evidenciar o contexto sócio-político que cerca a questão, parte da pesquisa será dedicada a compreender como os dirigentes da Associação de Reassentados da VPR Negreiros compreendem o PISF e o processo de reassentamento, de forma a contribuir para o debate da questão sob o ponto de vista das famílias que potencialmente receberão a água.

### **Programa Básico Ambiental de Reassentamento das Populações – PBA 08**

Recorrendo novamente ao RIMA (MI, 2004b), a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da instalação e operação do PISF, levou à elaboração e apresentação ao IBAMA do Projeto Básico Ambiental (PBA) (MI, 2005, b) para fins de licenciamento do projeto.

No PBA são definidos e detalhados 38 programas ambientais, divididos por sua estrutura funcional, associada à implantação da obra. O documento apresenta os critérios, objetivos e metas propostos no sentido de prevenir e reduzir os impactos do projeto. No âmbito do MI, os PBAs são conduzidos pela Coordenação Geral de Programas Ambientais (CGPA). No ano de 2010, após processo licitatório, foi contratada a empresa CMT-Engenharia, para acompanhamento e execução dos PBAs.

O Programa Básico Ambiental de Reassentamento das Populações (PBA-08) (MI, 2005c) compõe o conjunto dos PBAs, sendo previstas nesse documento as diretrizes, os objetivos e as ações a serem empenhadas no atendimento às famílias reassentadas em decorrência da implantação das obras do PISF. Nele é apontado como objetivo principal propiciar às famílias afetadas pelas obras condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual (período anterior à transferência).

Segundo o PBA-08 (MI, 2005c), a definição da metodologia e dos procedimentos adotados teve como base o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003.

No PBA-08 (MI, 2005c) consta a afirmação de que não existem requisitos legais especificamente associados ao Programa de Reassentamento das Populações, sendo regidos pelas questões legais relacionadas à desapropriação de terras e benfeitorias para utilidade pública e de interesse social, estabelecidas no Decreto de 19 de maio de 2004. A área para desapropriação é definida no Programa Básico Ambiental de Indenização de Terras e Benfeitorias, como sendo a faixa de 200 (duzentos) metros ao longo do traçado dos canais e de 100 (cem) metros acima da cota máxima dos reservatórios, a serem construídos na 1ª etapa do empreendimento. O documento acrescenta que o fundamento infraconstitucional está nas diferentes leis e decretos-leis que disciplinam a matéria, com destaque ao Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/1941, com as alterações posteriores; Lei nº 4.686, de 21/06/1965; Lei nº 4.132, de 10/09/1962, que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação; e o Decreto-Lei nº 1.075, de 22/01/1970 que regula a imissão de posse em imóveis residenciais urbanos.

Foi identificado no PBA-08 (MI, 2005c), como sendo o público-alvo do programa, as famílias proprietárias e não proprietárias, residentes nas áreas afetadas pelas obras nos Trechos I e II - Eixo Norte, e Trecho V - Eixo Leste, do PISF. Os municípios diretamente atingidos pela obra são: Cabrobó, Terra Nova, Verdejante, Salgueiro, Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia, em Pernambuco; Penaforte e Jati, no Ceará; Monte Horebe, São José de Piranhas, Monteiro e Cajazeiras, na Paraíba. Ressalta-se que o estado do Rio Grande do Norte, apesar de figurar como um dos beneficiados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, não possui população a ser reassentada, uma vez que o canal do projeto não percorrerá o estado, sendo suas bacias apenas receptoras das águas.

Ainda segundo dados do PBA-08 (MI, 2005c), o cadastro fundiário e a pesquisa socioeconômica, realizados na fase de elaboração do Projeto Básico Ambiental (MI, 2005a)

indicam que seriam afetadas pelo projeto, parcial ou totalmente, 1.889 (hum mil e oitocentos e oitenta e nove) propriedades rurais. Nessas propriedades residiam cerca de 273 (duzentos e setenta e três) famílias proprietárias e 572 (quinhentos e setenta e duas) famílias não proprietárias, pessoas que apenas moravam ou trabalhavam nas terras, totalizando 845 famílias (oitocentos e quarenta e cinco famílias).

No PBA-08 (MI, 2005c), a população beneficiária foi assim classificada: 1. proprietários de terras residentes no lote; 2. proprietários de terras não residentes no lote; 3. morador com benfeitorias; 4. morador sem benfeitorias; 5. benfeitor não residente. Das 845 (oitocentos e quarenta e cinco) famílias cadastradas à época, 207 (duzentos e sete) foram classificadas na modalidade de auto reassentamento, ou seja, proprietários de terra que após serem indenizados pela terra e benfeitorias existentes, se deslocariam para área não atingida e 638 (seiscentos e trinta e oito) famílias, seriam reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais. Atualmente esse número chega a 825 (oitocentos e vinte e cinco) famílias, segundo dados fornecidos pelo MI.

Além da residência na área a ser desapropriada, adotou-se, ainda, como critério de elegibilidade, o valor da indenização devida pelas terras e/ou pelas benfeitorias a ser pago às famílias proprietárias e não proprietárias. Segundo o PBA-08, esse valor foi definido a partir do levantamento do custo médio com o reassentamento por família, em áreas rurais produtivas na região, considerando-se uma casa de alvenaria com 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), infraestrutura associada e área produtiva, que foi estimada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Ou seja, apenas as famílias cujo valor da indenização pelas terras ou benfeitorias fosse inferior a esse valor é que seriam elegíveis ao reassentamento rural coletivo nas VPRs.

Para atendimento das famílias foi montada equipe técnica multidisciplinar que executa e acompanha as ações previstas no PBA-08 sendo composta de assistentes sociais, psicólogos, engenheiros ambientais e agrônomos, pedagogos, técnicos agropecuários, entre outros.

#### Vilas Produtivas Rurais

Para a instalação dos Reassentamentos Rurais Coletivos, foram definidas as Vilas Produtivas Rurais, para as quais foram selecionadas dezoito áreas localizadas ao longo da faixa de 2,5 km a partir de cada uma das margens dos canais. O PBA-08 (MI, 2005b) registra

que a escolha da localização das áreas para o reassentamento foi realizada em conjunto com a comunidade a ser deslocada, por meio de reuniões e visitas, levando em consideração a sua intensa identificação com o local de moradia, sendo definidas prioritariamente, nos municípios de origem. Para a construção das VPRs foi firmado convênio com o Exército Brasileiro por meio da Comissão de Obras da 7ª Região Militar (CRO-07).

Alguns dos benefícios previstos no PBA-08 (MI, 2005b) para as VPRs são: a titularidade dos lotes produtivos e residências; a preservação dos laços de parentesco e de vizinhança nos locais de reassentamento rural coletivo; infraestrutura básica de abastecimento de água, sistema sanitário e eletricidade; infraestrutura social (escola, posto de saúde e centro comunitário); infraestrutura de apoio à produção; assistência técnica para a retomada das atividades produtivas.



Foto 1: Vista da escola e das casas da VPR Negreiros

Fonte: MI/2011

Entre as 18 VPRs previstas, cinco foram inauguradas em 2010, todas no estado de Pernambuco, sendo elas as VPRs Baixio dos Grandes, em maio; Captação e Negreiros, em novembro; Pilões e Uri, em dezembro.

O quadro de distribuição das VPRs por município é demonstrado a seguir:

Quadro 1. Relação VPRs

<b>VPR</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Total de Famílias</b>
<b>Captação</b>	Cabrobó	PE	17
<b>Baixio dos Grandes</b>	Cabrobó	PE	83
<b>Negreiros</b>	Salgueiro	PE	26
<b>Uri</b>	Salgueiro	PE	45
<b>Queimada Grande</b>	Salgueiro	PE	25
<b>Malícia</b>	Salgueiro	PE	20
<b>Pilões</b>	Verdejante	PE	25
<b>Retiro</b>	Penaforte	CE	20
<b>Ipê</b>	Jati	CE	20
<b>Vassouras</b>	Brejo Santo	CE	145
<b>Descanso</b>	Mauriti	CE	80
<b>Bartolomeu</b>	Cajazeiras	PB	20
<b>Quixeramobim</b>	São José de Piranhas	PB	46
<b>Irapuá</b>	São José de Piranhas	PB	100
<b>Jurema</b>	São José de Piranhas	PB	90
<b>Zé Pedro</b>	São José de Piranhas	PB	10
<b>Lafaete</b>	Monteiro	PB	15
<b>Salão</b>	Sertânia	PE	38
<b>TOTAL</b>			<b>825</b>

Fonte: Ministério da Integração Nacional, julho de 2011.

## CAPÍTULO 2- O ASSOCIATIVISMO NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO

### Teorias democráticas

O tema da democracia vem sendo estudado de forma crescente, sobretudo no final do séc. XIX e início do séc. XX. Os autores que estudam o tema dividem as teorias democráticas em basicamente duas grandes correntes: a democracia representativa e a democracia participativa.

A questão da emergência da democracia no século XX é analisada por Avritzer e Santos (2002), os quais apontam duas grandes tendências: a primeira que enfatiza a emergência da democracia e a segunda que registra o processo de esvaziamento da democracia. Ambas as vertentes concordam com o fato do lugar central ocupado pela democracia no século XX. Segundo os autores, na primeira metade do século, o discurso centrou-se na deseabilidade da democracia. Ao final das duas guerras mundiais, teria havido uma espécie de consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos. Já na segunda metade do século XX, prevalece a discussão de incompatibilidade entre democracia e capitalismo, sendo esse período marcado pela chamada “baixa densidade democrática” (Avritzer e Santos, 2002, p. 40).

O modelo de redemocratização marcou o sul da Europa nos anos 1970 e, posteriormente, se expandiu para a América Latina, mudando os termos do debate do pós-guerra, abrindo espaço para a discussão das virtualidades redistributivas da democracia. Por outro lado, o desmonte do *Estado de Bem-Estar Social* e os cortes das políticas sociais a partir dos anos 1980 tornaram questionáveis as teorias que defendiam os efeitos distributivos e irreversíveis da democracia.

Os autores destacam, pois, com bastante ênfase, a disputa entre duas tendências: o elitismo democrático, considerado pensamento hegemônico no pós-guerra, que reduz o processo democrático ao processo eleitoral; e a democracia participativa, movimento contra-hegemônico, entendendo a democracia como processo mais amplo de convivência humana.

## Democracia representativa

Segundo Avritzer (1996, 2000), a democracia representativa, também conhecida como teoria do elitismo democrático, tem seus primeiros e principais representantes em Max Weber (1919, 1946, 1968) e Joseph Schumpeter (1942). O ponto de partida de ambos os autores é a necessidade de enfrentar o legado das teorias clássicas da democracia, especialmente, a relação por elas propostas entre democracia e soberania popular. Ou seja, ambos os autores enfatizaram o caráter formal da democracia e o chamado “realismo político” (AVRITZER, 1996).

Avritzer e Santos (2002) destacam Schumpeter (1942) que traz à tona a clássica contradição entre mobilização e institucionalização, sendo Weber considerado o principal representante dessa vertente que defendia a racionalização da democracia, ou seja, a inevitabilidade da forma burocrática de organização do Estado. Para ele, essa burocracia reduziria os níveis de participação da população no processo decisório e na vida política, de um modo geral, porém aumentaria a racionalidade e a eficiência das decisões governamentais. O autor destaca algumas vantagens da burocracia: racionalidade, precisão, agilidade, uniformidade, continuidade, constância e subordinação. Para Weber, a combinação de todos esses elementos conformaria uma forma mais organizada e eficiente de governo.

Pateman (1992) analisa outros autores defensores da democracia representativa, entre eles Michels (1919) e Mosca (1939). Esses autores defendem uma teoria política moderna de caráter científico e empírico, rejeitando teorias carregadas de valor, como as que reivindicam o aumento da participação popular. A autora destaca no campo dos representantes do elitismo democrático, a ênfase dada ao processo eleitoral como o ponto máximo do exercício democrático e destaca que para essa teoria existe pouca capacidade humana em participar das decisões políticas.

O elitismo democrático é também conhecido como democracia representativa ou democracia de baixa intensidade, onde o grau de participação da comunidade se resumiria apenas ao sufrágio universal (voto) e toda a responsabilidade pela condução da vida política e do processo decisório estaria nas mãos dos representantes legalmente eleitos. Ou seja, a eficiência do sistema seria garantida pela manifestação da vontade dos eleitores durante o ato de votar, e isso daria legitimidade às decisões tomadas por seus representantes no decorrer do processo político.



No contexto da democracia representativa, Pitkin (2006) analisa a origem e os significados do termo *representação* nos vários países do mundo, afirmando que seu significado é altamente complexo e abstrato. Sobre o uso do termo *representação* no sentido político, ela remete aos autores Hamilton, Madison e Jay (1948), que apresentam o governo representativo como um dispositivo a ser adotado no lugar da democracia direta, uma vez que por meio dele seria possível reunir um grande número de pessoas em um único lugar, assegurando o bem público, sem a interferência de interesses particulares conflitantes ou de facções. Para resumir a ideia principal desses três autores, Pitkin (2006, p. 36) afirma que:

A representação funcionaria, pois, como uma espécie de filtro para refinar e ampliar as perspectivas do público, ao passá-las para um corpo eleito de cidadãos, cuja sabedoria poderia discernir melhor os verdadeiros interesses do seu país, e cujo patriotismo e amor pela justiça serão menos suscetíveis a sacrificá-la em nome de considerações temporárias ou parciais.

Assim, a representação não apenas tornaria possível uma grande república, mas também seria um meio para trazer conflitos sociais considerados perigosos para um fórum central único, no qual poderiam ser controlados e tornados inofensivos. Segundo a autora, para Hamilton, Madison e Jay (1948), o equilíbrio necessário aconteceria quando cada representante buscasse de fato os interesses de seus eleitores. A isso seria acrescido o “princípio da deslocabilidade” (PITKIN, 2006, p. 38), em que seria assegurado que os interesses dos representantes fossem identificados com a da sua comunidade, a partir da noção dos legisladores de que isso é necessário para que sejam reeleitos, ou seja, mantidos no cargo. Assim, nessa visão, o voto seria suficiente para promover o interesse universal.

Como visto, o elitismo democrático tornou-se o pensamento hegemônico, ganhando força, de forma particular, no período do pós-guerra, porém a partir dos anos 1970, cresce na cena política a ideia de democracia participativa.

## Democracia participativa

Segundo Avritzer (1996), a democracia participativa tem como um de seus principais representantes, Rousseau (1968), que ainda no séc. XVIII defendia a ideia da *soberania popular*, onde o poder de decisão deveria ser delegado primeiramente ao povo. Para Rousseau (1968) haveria a associação do processo de formação da vontade geral com a vontade da maioria, sendo a decisão dessa última o elemento central do processo. Pateman (1992) analisa a obra de Rousseau (1968), destacando que para esse autor a participação é fundamental para o estabelecimento e a manutenção do Estado democrático. Para ela, na concepção de Rousseau (1968), um dos resultados da participação é o indivíduo ser ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado. Ela enfatiza que para Rousseau, a sensação de liberdade e a liberdade concreta aumentam na democracia, pois por meio da participação na tomada de decisões, cada pessoa é capaz de exercer maior controle sobre sua própria vida e sobre o meio em que vive. Pitkin (2006) destaca que para Rousseau (1974) as pessoas são livres apenas quando se autogovernam, por sua vontade expressa pela participação direta. Nesse sentido, Rousseau defenderia que apenas um povo ativo e com envolvimento político é livre e que as instituições representativas, inicialmente projetadas para abrir o domínio público para o povo, têm, de fato, servido para desencorajar o exercício da democracia.

Avritzer (1996) demonstra que Anthony Downs (1956) e Robert Dahl (1956), ocupam um lugar intermediário entre o elitismo democrático e uma concepção normativa e participativa da democracia. Ao tentar superar a oposição entre idealismo e realismo, Dahl (1956), é um dos primeiros autores do pós-guerra, a romper, ainda que não plenamente, com a teoria do elitismo democrático, abrindo espaço, de certo modo, à possibilidade de participação democrática.

Brandão (1997), em seu artigo sobre a democracia participativa, busca aprofundar essa concepção, na perspectiva de três autores estudiosos do tema: Poulantzas (1982, 1983, 1985), Macpherson (1978, 1979, 1981) e Pateman (1992,1994). O autor está interessado na concepção de democracia participativa que surge nos últimos anos da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, resultante da força dos novos movimentos sociais e de uma crítica à concepção clássica de democracia. O trabalho apresenta um resumo da teoria de cada autor e uma breve exposição das convergências e divergências entre eles.

Para o autor, Poulantzas (1982, 1983, 1985) dialoga com a tradição leninista, Macpherson (1978, 1979, 1981) com a tradição liberal e Pateman (1992,1994) também com a liberal, estando essa última mais relacionada aos novos movimentos sociais (feminista). Poulantzas e Macpherson procuram esboçar modelos institucionais de democracia participativa, o que não ocorre com Pateman. Já Poulantzas e Pateman, são bastante otimistas em relação à possibilidade de constituição de uma democracia participativa, enquanto Macpherson passa do otimismo para um relativo pessimismo. O denominador comum para o qual todos os autores estudados convergem é que gostariam de ver instauradas democracias com ampla participação popular. Poulantzas e Macpherson são os que mais se aproximam em relação à articulação entre a democracia direta e representativa na conformação da democracia participativa.

Pateman (1992) analisa a obra de alguns autores representantes da democracia participativa, tais como Rousseau (1968), Mill (1963) e Cole (1918), destacando que para esses autores a participação tem função mais abrangente, sendo fundamental para o estabelecimento e a manutenção do Estado democrático. Destaca também Willians (1981), que defendeu uma *nova institucionalidade da democracia*, que valorizaria o processo sócio-histórico e os elementos culturais da sociedade.

Segundo a autora, a teoria da democracia participativa sustenta que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente, e que, a existência de instituições representativas em nível nacional não basta para a efetividade da democracia. Para essa teoria a principal justificativa para um sistema de democracia participativa apoia-se nos resultados humanos que decorrem do processo participativo, que contribuem para o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo.

Para Avritzer e Santos (2002), a democracia participativa assenta-se na ideia de que é o povo quem deve definir, acompanhar e autorizar as decisões políticas, indo o exercício da democracia, muito além do processo eleitoral. Nessa visão a participação possui um caráter pedagógico, ou seja, a vida política passa a ter um sentido socioeducativo. Destacam ainda, que nessa concepção, a democracia seria uma *gramática da organização social* e da relação entre o Estado e a sociedade por meio do reconhecimento da pluralidade humana.

Avritzer e Santos (2002) apresentam três teses que, segundo eles, podem levar ao fortalecimento da democracia participativa: tese 1. pelo fortalecimento da demo diversidade, em que não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma, havendo espaço no sentido da deliberação pública ampliada e para o adensamento político, em favor das instâncias participativas; tese 2. fortalecimento da articulação contra hegemônica entre o local

e o global, argumentando que novas experiências democráticas precisam do apoio dos atores democráticos transnacionais; tese 3. ampliação do experimentalismo democrático, pelo qual são construídas novas gramáticas sociais, nas quais o formato da participação vai sendo adquirido experimentalmente, havendo necessidade de multiplicação desses experimentos para a pluralização cultural, racial e distributiva.

Das principais críticas feitas ao modelo do elitismo democrático, pode-se destacar que essa teoria ignoraria a importância dos valores pragmáticos, éticos e morais da sociedade no processo de argumentação e de tomada de decisões. Por sua vez, a teoria da democracia participativa extrapolaria a esfera do interesse individual, alcançando os interesses coletivos, tornando as decisões políticas mais justas e democráticas. Para essa última vertente, passando pela manifestação pública dos interesses da população, as decisões políticas tendem a alcançar maior eficiência e legitimidade (AVRITZER E SANTOS, 2002).

Para Neves (2008), há uma intensa disputa no cenário político brasileiro entre a democracia representativa e a democracia participativa. A autora enfatiza a tensão existente entre esses dois projetos políticos, demonstrando que a democracia participativa estabelece uma cultura mais democrática entre Estado e sociedade, enquanto a democracia representativa estabelece uma cultura antidemocrática, associada ao clientelismo, ao personalismo e ao favor. Nesse sentido são estabelecidas complexas relações entre estas duas vertentes, relações de contradições, de negociação e até de entrelaçamento. Haveria assim, uma imensa complexidade entre a consolidação do processo de construção democrática e os desafios que ela encerra.

Nesse cenário conflituoso, os vários autores estudiosos da democracia participativa defendem que ela está diretamente relacionada ao processo histórico de democratização de vários países, inclusive ao processo de redemocratização do Brasil, marcado pelo projeto participativo e democratizante.

### **Redemocratização do Brasil**

O chamado processo de redemocratização do Brasil segue a tendência histórica iniciada em países do sul da Europa, nos anos 1970, e depois na América Latina, nos anos 1980, recolocando a discussão sobre os significados da democracia.

Avritzer e Santos (2002), destacam que a reintrodução da democracia participativa nos

países do sul da Europa e da América Latina, está intimamente ligada aos processos de democratização pelos quais passaram esses países. Acrescentam que “o que a democratização fez, foi inserir novos atores na cena política, instaurar uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição da nova gramática social” (AVRITZER E SANTOS, 2002, p. 54).

Os vários processos políticos analisados pelos autores nos diversos países como Brasil, Portugal, Moçambique, Colômbia, África do Sul e Índia, que passavam por processos de descolonização, redemocratização e/ou ampliação da democracia em estágios diferenciados, apresentaram em comum a preponderância da teoria democrática contra hegemônica, reivindicando *o direito a ter direitos* e o sentido de pertencimento, com base no ideal participativo e inclusivo. Tudo em nome da denominada soberania democrática. Em geral, esses processos implicavam a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e pertenças, além do aumento da participação.

A história do Brasil, por sua vez, alterna períodos autoritários e democráticos até 1985, tendo o seu processo de redemocratização sido consolidado na Constituição Federal de 1988, conhecida também como *Constituição Cidadã*. Nesse contexto, sob o marco histórico da democratização, é proposta uma forma de governo descentralizada e a institucionalização da participação popular por meio do estabelecimento de novos espaços, entre eles, os conselhos gestores, as conferências, o orçamento participativo e as audiências públicas.

Dagnino (2004, p. 95) aponta para o processo de “alargamento da democracia” que se consagrou tendo como princípio a participação da sociedade civil, expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade nos processos de discussão e tomada de decisões. As principais forças envolvidas nesse processo compartilhariam um projeto democratizante e participativo, ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia.

No contexto da redemocratização do Brasil emergem inúmeras experiências participativas. Essas práticas buscam uma nova forma de governo para a sociedade, em que a perspectiva da democracia passaria a ser a de uma nova cultura política, a qual redefiniria a relação entre Estado/sociedade (NEVES, 2008). Para essa autora, o contexto da democratização nos anos 1980 a partir da emergência de diferentes mecanismos de incentivo à participação busca não só democratizar o Estado, mas, sobretudo, politizar a sociedade civil. A Constituição Federal de 1988 representaria, pois, um divisor de águas, expressando o desejo pela construção de um estado democrático de direitos.

Assim, na década de 1980, do ponto de vista político, a democracia teria sido construída com a participação mais ativa da sociedade civil por meio do direito de os cidadãos tomarem parte na vida pública, de decidirem, de partilharem o poder e de controlarem o Estado. Contudo, se os anos 1980 representaram o advento de uma sociedade mais democrática, em que uma nova cidadania é estimulada – em particular com a Constituição Federal de 1988 – nos anos 1990, o projeto neoliberal entra na disputa pela hegemonia na política, tentando reforçar sua soberania no cenário político nacional. Como parte da estratégia para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e da transferência para a sociedade civil (DAGNINO, 2004). A autora destaca que os anos 1990 foram cenários de numerosos exemplos de cooptação da sociedade civil pelo Estado.

Em perspectiva semelhante, Ganança (2006) aponta que a partir dos anos 1990 com as forças políticas emergentes nos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que aderiram em graus diferenciados às políticas neoliberais, houve certo retorno a uma cultura antiparticipativa já arraigada na história sociopolítica do país. O autor registra a presença de uma imensa contradição entre as conquistas democráticas expressas na Constituição de 1988, fruto da luta dos movimentos organizados da sociedade, e a prática adotada pelos governos seguintes. Para o autor, houve um direcionamento contrário à construção da democracia participativa, com as ações sendo guiadas pela política neoliberal em direção à redução do papel do Estado e à mercantilização das políticas sociais, mascaradas sob a justificativa da redução de custos e da agilidade no repasse dos recursos, além da flexibilidade na prestação dos serviços. Nesse contexto, os movimentos sociais e o chamado terceiro setor foram, por vezes, colocados à disposição dos interesses do grande capital e da política de cunho neoliberal, despolitizando suas ações e reduzindo o conflito e o peso das reivindicações sociais.

Com a chegada do governo Lula (2003- 2010) ao poder, foi observada maior abertura à participação dos movimentos populares e maior investimento em políticas de cunho social, influenciando o rumo das decisões políticas e a organização dos movimentos da sociedade. (AVRITZER, 2009). Apesar dos avanços apontados, autoras como Behring (2008) e Iamamoto (2008), que estudam a relação do Estado com a sociedade durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), consideram que várias tendências encontradas no governo FHC se reafirmam nesse período, como o investimento em ações filantrópicas e o aumento da participação do mercado na execução das políticas sociais, além do incremento do

chamado *terceiro setor* e o conseqüente desmonte do legado de direitos conquistados na Constituição de 1988.

Apesar dos entraves apontados no contexto de redemocratização do país, os vários autores estudados reconhecem os ganhos adquiridos pelos novos espaços participativos que com sua atuação contribuíram para o aumento da transparência dos atos políticos e a melhoria da eficiência dos serviços. O processo de redemocratização do Brasil é marcado pela maior participação da sociedade civil e pelo fortalecimento dos movimentos sociais. “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção de atores sociais excluídos no interior da política” (AVRITZER E SANTOS, 2002, p. 53). O processo de redemocratização guarda algumas características, entre elas o aumento da participação, notadamente no nível local. Nesse contexto, ocorre o crescimento do movimento operário e a formação dos movimentos sociais com causas específicas como o movimento feminista e o da reforma agrária, que desde o final dos anos sessenta ganhavam visibilidade no cenário nacional e internacional (GOHN, 2008; PINTO, 2004; SCHERER-WARREN, 2009).

Para Faria (2007), a institucionalização dos canais participativos e a proliferação dos movimentos sociais são consideradas como um grande avanço na consolidação da democracia brasileira, abrindo espaço para um processo de condução coletiva das decisões de interesse nacional. Trata-se, portanto, da ampliação do debate, da negociação e do fortalecimento das instâncias participativas, como forma de contribuir para que as decisões fossem direcionadas para os interesses e necessidades da população.

Entre as potencialidades da participação, apontadas por Avritzer e Santos (2002), destaca-se a experiência do orçamento participativo, notadamente o caso de Porto Alegre, como exemplo bem sucedido de combinação de elementos da democracia representativa com a democracia participativa.

Ainda no contexto dos movimentos sociais é importante assinalar a discussão sobre a atuação dos movimentos sociais em redes. Scherer-Warren (2008), estudiosa da questão na atualidade, assinala que por meio do processo de formação das redes, os atores coletivos específicos, localizados e com demandas particulares, tornam-se movimentos sociais mais abrangentes do ponto de vista de suas demandas e de seus territórios de atuação, com pautas políticas mais universais. Para a autora, as redes de movimentos sociais representam um avanço no plano do reconhecimento “intersujeitos e interorganizacional”, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas. A autora cita alguns movimentos sociais da América Latina que já estariam inseridos na organização em redes

como os movimentos dos sem-terra, indígenas, feministas, estudantes, negros, pastorais sociais, entre outros que dialogando entre si, traduzem suas especificidades em sentidos comuns da luta de resistência. Para esses diálogos ou manifestações intersetoriais, Scherer-Warren (1999) destaca haver dois tipos de redes: as diretas e as informatizadas. O primeiro tipo decorre dos contatos diretos e das identidades ideológicas, desenvolvidos nas ações coletivas – típicos de ações políticas locais. O segundo tipo é dirigido a uma comunidade virtual (internet, home-pages, etc). A autora considera que as redes eletrônicas têm permitido conectar o local e o global, atuando como canais de difusão de problemas sociais localizados para uma esfera pública planetária, contribuindo para a construção de agendas políticas globais. Scherer-Warren (2008) assinala que a sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã.

No âmbito da atuação dos movimentos da sociedade civil, é praticamente consenso entre os estudiosos que o processo de redemocratização do país criou espaços para o aumento da participação social, contribuindo para o maior controle dos atos públicos e a melhoria da eficiência dos mecanismos de prestação de contas. Nesse contexto, será feita a análise dos desafios impostos ao processo participativo.

### **Desafios da participação**

Brandão (1997) defende que a democracia entendida como soberania popular desloca o centro de suas atenções para a participação cidadã, cujo papel recebe grande destaque no processo democrático. Sobre o processo de participação no jogo democrático, a autora enfatiza:

Entender a democracia como soberania popular é o primeiro passo para colocarmos a participação de volta ao centro da teoria da democracia e permitirmos uma reflexão mais acurada sobre as possíveis formas de expressão da soberania popular, via articulação entre democracia direta e a representativa, na constituição da institucionalidade de uma democracia participativa (BRANDÃO, 1997, p. 130).



Avritzer e Santos (2002), destacam o Brasil como um país onde se pode verificar nitidamente a questão da ambiguidade da participação social, acumulando experiências tanto positivas, quanto negativas de participação. Se por um lado, durante o processo de redemocratização houve um fortalecimento dos movimentos sociais e de sua luta pela conquista de direitos, de outro, há a possibilidade de esses movimentos serem cooptados por setores hegemônicos que se utilizam das bandeiras sociais para o desmonte das políticas públicas.

Pateman (1992) destaca a pouca precisão do termo *participação*, ressaltando que nos anos 1960, a palavra tornou-se parte do vocabulário político popular, tendo sido usada pelos mais diversos movimentos sociais. A autora aborda, ainda, algumas questões interessantes sobre a relação da participação com a teoria da democracia moderna, ressaltando o destaque que o termo assume entre os teóricos da política.

“Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação” (PATEMAN, 1992, p. 35). A participação para Rousseau se constitui no processo de tomada de decisões, assumindo caráter educativo e fundamentando-se por meio de três funções: liberdade, controle e integração. Isto é, a participação aumentaria o valor da liberdade para o indivíduo, entendida como “a obediência à lei que alguém prescreve a si mesmo” (PATEMAN, 1992, p.39).

Pateman (1992) destaca, ainda, alguns aspectos fundamentais da participação na concepção democrática participativa, como o fato de permitir que as decisões coletivas sejam aceitas mais facilmente pelos indivíduos, uma vez que esses tomaram parte do processo decisório, e ainda, maior integração social, na medida em que geraria um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade ou grupo organizado.

Uma vez estabelecido o sistema participativo (e este é um ponto da maior importância), ele se torna autossustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula, quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo. Os resultados humanos obtidos no processo de participação fornecem uma importante justificativa para um sistema participativo (PATEMAN, 1992, p. 39).

Dagnino (2004) considera que a noção de participação constitui o núcleo central do projeto participativo e democratizante do Brasil, mas ressalta a resignificação do termo onde participação é aliada à emergência da chamada “participação solidária” e à ênfase recai no

trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. A autora acrescenta que o princípio básico dessa ressignificação e da apropriação do termo pela política neoliberal conduz à adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social, promovendo a despolitização da participação e deslocando o seu significado político e o seu potencial democratizante. “Estes significados vêm se contrapor ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no interior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p. 103).

Neves (2008) realiza estudo sobre as instâncias participativas no Brasil e seu potencial democratizante em contextos políticos institucionais específicos. Ela analisa a qualidade e os vários significados da participação, refletindo sobre os limites impostos às experiências participativas. A autora analisa, também, os limites impostos à inovação democrática pelos padrões culturais vinculados ao clientelismo e ao personalismo, dominantes na sociedade brasileira como um todo. A autora enfatiza que, nos anos 1980, o termo participação tornou-se palavra de ordem para a esquerda, multiplicando-se experiências de participação em alguns municípios. Nos anos 1990, a participação deixa de ser um confronto ao Estado para se caracterizar como participação negociada na disputa entre projetos distintos, em processo de cogestão entre o Estado e a sociedade, nesses novos espaços públicos.

Várias tipologias mencionam elementos que colocam a participação em perspectiva mais democratizadora ou mais liberal. Nesse contexto, Neves (2008) destaca as várias formas possíveis de participação: 1. a participação pode se caracterizar como assistencialista e negociada no fortalecimento de uma cultura menos democrática e voltada para interesses individuais, reforçando a lógica neoliberal e mercantil, sob a égide do Banco Mundial; 2. a participação negociada, caracterizada como uma forma de troca na política, em uma relação assimétrica na qual existe a dependência entre aquele que pede e, também, a obrigação pontual daquele que doa o serviço. Trata-se de uma participação entre políticos e classes subalternas, populares. Uma vez que reforça a dependência – laços constitutivos de uma cultura baseada no favor e não no campo dos direitos – não conforma uma relação democratizadora, no qual a participação só tem lugar se houver benefício para ambos os atores; 3. a participação social e coletiva apresenta a possibilidade de fortalecer mecanismos deliberativos de partilhamento das decisões, reforçando a cultura participativa na busca da inclusão social e da democratização do Estado com a ampliação da participação popular nas decisões públicas.

Sobre a contraditoriedade e os vários significados assumidos pelo termo participação em determinados contextos políticos, Neves (2008, p. 16) enfatiza:

Assim, se é possível que a participação da sociedade civil seja entendida, de um lado, como possibilidade na construção da democracia, na medida em que ocorre a partilha do poder de decisão entre o Estado e a sociedade, associada ao projeto democratizador, à capacidade de negociação e ao controle democrático sobre o Estado. Por outro lado, existe a possibilidade de se ver aí um limite à construção da democracia e dos espaços públicos, tendo-se em mente que este incentivo do Estado pode representar a transferência de suas responsabilidades à sociedade e o total apoio a matrizes liberais e de caráter privado no trato das questões públicas.

Para a autora, uma vez que o cenário político brasileiro é marcado por traços conservadores – tais como o clientelismo, a tutela, o autoritarismo e o burocratismo do Estado, tudo isso poderia limitar o processo democrático e participativo. Porém, ela considera importante desvendar os entraves colocados à construção democrática como um aprendizado significativo para os sujeitos que nela acreditam, apostando nesse processo participativo como uma das estratégias de enfrentamento ao projeto neoliberal e à cultura política dominante na sociedade brasileira.

Demo (1996), em seu clássico livro *Participação é conquista*, sistematiza algumas ideias em torno do que ele denomina “problema da participação”, contextualizando-a em suas várias dimensões. “A maior inteligência da participação está em mostrar-se tão necessária, quanto viável” (DEMO, 1996, p. 02). O autor destaca que a participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo preexistente, que cai do céu. Aponta também alguns riscos relacionados à participação: tendência histórica à dominação, participação tutelada (de cima para baixo), banalização dos processos participativos. O autor destaca, ainda, a participação como processo, o que implica em não poder ser totalmente controlada nem tutelada, sob o risco de não ser de fato participação.

“Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual” (DEMO, 1996, p.18).

Como uma das suas potencialidades, Demo (1996), destaca o uso efetivo da participação como redutora da desigualdade social, sendo fruto de um processo árduo de conquista e defesa de direitos. Enfatiza, ainda, que isso consiste num grande desafio, na medida em que nossa prática histórica é de um Estado assistencialista e comprometido com um grupo privilegiado dominante. Além disso, a sociedade brasileira, em geral, não teria o hábito de participar, tendendo historicamente a ser reprimida e desmobilizada.

Organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz, é o abecê da participação. Aí a negociação surge não como boa vontade ou concessão, mas como necessidade de sobrevivência. Somente então haverá vantagens comparativas ou cooperação horizontal, não ajudas, favores, tutelas (DEMO, 1996, p.26).

O autor destaca, ainda, a importância da participação como processo de conquista de direitos e como meio e fim das políticas públicas.

Se usássemos outra linguagem, diríamos que a participação é metodologia, algo comum a todas as políticas sociais redistributivas, porque é o caminho fundamental de todas. Não haveria sentido em imaginar uma determinada política social que fosse participativa e outra não, já que, não sendo participativa, também não seria social (DEMO, 1996, p.66).

Demo (1996) aponta alguns objetivos da participação como: 1. a autopromoção, característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que possam cogerir a satisfação de suas necessidades para superar a situação assistencialista; 2. a realização da cidadania, que pressupõe Estado de direito, porquanto processos participativos acentuam a cidadania organizada; 3. a implementação de regras democráticas do jogo, tendo a participação como exercício democrático, sendo importante saber discutir os problemas politicamente; 4. o controle do poder por algumas formas mais tradicionais como o voto, e outras formas mais efetivas de controle, como a rede de organização da sociedade civil, e o controle feito pelos meios de comunicação; 5. o controle da burocracia, sendo fundamental para isso a cidadania organizada, capaz de reivindicar, pressionar, desburocratizar; 6. a negociação, que acarreta compromisso mútuo, dentro do qual a participação passa a ser metodologia fundamental; 7. cultura democrática, que significa a naturalidade do funcionamento de processos

participativos, marcados pelo acesso aberto ao poder, tornando a democracia uma prática cotidiana.

Pinto (2004) ressalta que vários são os limites impostos ao processo participativo, destacando que participar não é um processo fácil, pois exige certo grau de flexibilidade e criatividade, além de uma capacidade mínima de comunicação, disposição e comprometimento, inclusive com os resultados inesperados do processo, bons e ruins. Seria preciso um mínimo de autoconfiança e de confiança mútua nos demais integrantes.

A autora enfatiza, ainda, haver uma espécie de resistência natural das pessoas em participar, uma espécie de cultura da desconfiança, além de um despreparo para exercer as funções associativas, de aceitar o papel de liderança, de dividir responsabilidades, compartilhar objetivos e projetos, em suma, de atuar de forma efetiva no processo participativo e aguardar que o processo político de tomada de decisão transcorra.

Ganança (2006) estuda o conceito de participação na teoria democrática e destaca que a ideia da participação dos indivíduos na esfera pública, debatendo e deliberando acerca de questões coletivas que dizem respeito às suas vidas, sempre foi um dos elementos essenciais da democracia e da política. Para ele, além dos princípios de igualdade e liberdade, a democracia pressupõe ação, participação, corresponsabilidade e interação entre diferentes. No entanto, ressalta alguns limites da participação, afirmando que ao longo dos séculos as diferenças entre as pessoas sempre foram a origem das desigualdades, e a própria ideia de participação como elemento fundamental e constituinte do espaço público foi abandonada pela versão liberal, em razão de se considerar seu potencial como desestabilizador do sistema político. O autor destaca que na democracia participativa, a participação é considerada em seu sentido mais amplo, como processo de fortalecimento da sociedade em defesa de seus direitos, levando ao estabelecimento de conexões e influências mútuas entre a esfera pública e a privada.

Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos/as aqueles/as que integram processos participativos. É uma verdadeira educação republicana para o exercício da cidadania, ampliando o espaço público real, em que a construção dialogada do interesse público passa a ser o objetivo de todos (GANANÇA 2006, p. 19).

Para o autor, a interação social no espaço público produz solidariedade e identidades comuns, agrega grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos com perspectivas e construções próprias, reivindicando reconhecimento, direitos, redistribuição de renda e de poder perante as estruturas de interesses dominantes na sociedade e no Estado.

Admitindo a importância de todas as questões levantadas pelos diversos autores que estudam o tema da participação e defendem que o processo participativo é de extrema importância para a consolidação da democracia, será feita a análise do associativismo civil no Brasil, com ênfase para o associativismo na região nordeste e para o associativismo de caráter rural.

### **Associativismo civil no Brasil**

Historicamente, Avritzer (2004), explica que o Brasil foi considerado até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constitui uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social, gerada pela esfera privada. Esse autor destaca a literatura sobre o associativismo no Brasil, a qual demonstra um país com pouca prática associativa no período 1946-1964, e que após sua primeira experiência democrática registra aumento, ainda que pequeno, nas experiências associativas, em geral, associações comunitárias na cidade do Rio de Janeiro (CONIFF, 1975; BOSCHI, 1987). Para ele, a cidade que talvez tenha tido o associativismo comunitário mais organizado e menos clientelista nessa época foi Porto Alegre, onde a Federação das Associações Comunitárias antecipou certas características do associativismo comunitário do período da redemocratização dos anos 1970 e 1980.

Seguindo a trajetória histórica, para Avritzer (2004) a partir de meados de 1970, começa a ocorrer no Brasil o surgimento do que se convencionou chamar de *onda de democratização*, seguindo a tendência histórica de redemocratização dos países latino-americanos e da luta dos movimentos organizados da sociedade pela garantia de direitos. Para ele o processo de redemocratização e do aumento no nível de participação na década de 1980, permitiu o crescimento do número de associações de forma exponencial nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, e em outras grandes cidades brasileiras, sendo o foco da sua pesquisa a cidade de São Paulo.

O autor destaca que durante o processo de democratização, surgem predominantemente nesse estado, três grandes tipos de associações: 1. associações religiosas, sobretudo ligadas à Igreja Católica; 2. associações de classe média, que a partir dos anos 1990 se tornaram ONGs e se concentraram em áreas específicas como direitos humanos, meio ambiente, criança e adolescente; 3. associações populares concentradas em áreas como associativismo comunitário e o associativismo ligado a temas específicos (saúde e habitação).

Segundo o autor, na cena política do Brasil, surge uma sociedade civil que se organizou autonomamente em relação ao Estado no final dos anos 1970, reivindicou parceria nas políticas públicas nos anos 1980 e expandiu fortemente a sua presença nessas áreas nos anos 1990. No entanto, essa mesma sociedade civil reproduz desigualdades e heterogeneidades, tal como a própria sociedade brasileira.

Scherer-Warren (1996), por sua vez, realiza um mapeamento das organizações voluntárias (associações civis), na cidade de Florianópolis e discute seu papel na construção da sociedade civil ativa e analisa em que medida essas organizações são capazes de desencadear processos de transformação social, além do desenvolvimento da consciência coletiva.

A autora destaca as noções de associativismo e participação voluntária, clássicas nas ciências sociais e bastante antigas no senso comum, e que por isso mesmo não estão livres de sentidos diversos, ambiguidades, nem sempre sendo bem delimitadas. Observa que as organizações pesquisadas possuem uma imensa variedade de ações: o associativismo a serviço da comunidade; do interesse público; da resolução de questões e problemas sociais prementes na sociedade civil, como as carências sociais, a degradação ambiental, a saúde; a gestão dos equipamentos coletivos urbanos; as ações para a cidadania e as questões de natureza semelhante.

Em sua pesquisa, a autora aponta três categorias centrais de associativismo: ONGs; grupos de mútua-ajuda e associativismo de bairro. As ONGs são definidas como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parcela de seus membros como voluntária. Os grupos de mútua-ajuda referem-se a agrupamentos coletivos com algum grau de formalização, hierarquia pouco estruturada e transitória, tendo como objetivo a prestação de apoio e serviços de ajuda recíproca. O associativismo de bairro é formado por entidades locais, especialmente referenciadas a um bairro ou comunidade residencial, possuindo certo grau de institucionalização (estatuto, regimento, cargos de direção) com a finalidade de produzir

melhorias de infraestrutura urbana, de bens e serviços públicos urbanos e/ou qualidade de vida de uma determinada localidade, contando com a participação de seus moradores.

A autora demonstra no estudo que, de uma forma geral, o conjunto das organizações voluntárias pesquisadas na cidade de Florianópolis objetiva resolver problemas relativos a carências urbanas e humanas, relacionadas aos direitos de cidadania e ao bem-estar dos indivíduos no seu meio social, criando direitos civis e sociais, melhorando a qualidade de vida, do meio ambiente e as condições psicossociais de seus moradores, fiscalizando o Estado e contribuindo para a construção de uma esfera pública mais democrática.

Em 2004, Chaves e Scherer-Warren organizaram estudo semelhante, que guarda certas particularidades, no qual apresentam dados da pesquisa realizada sobre o associativismo civil em Santa Catarina, feita por meio de cadastramento do conjunto de organizações civis institucionalizadas (isto é, com registro em cartório civil e publicadas em diário oficial), registradas no período de 1930 a 2000, nos municípios de Florianópolis e Blumenau, e tratadas teoricamente como associativismo civil.

Scherer-Warren (2004) apresenta artigo, no qual analisa o banco de dados sobre o associativismo civil em Florianópolis no período histórico de 1964 a 1993, dividido em três momentos principais, que permitiram equacionar as tendências históricas da realidade local de Florianópolis à luz das transformações ocorridas no processo político nacional: a. de 1964 a 1973: período de fechamento político do regime ditatorial, quando muitas organizações civis foram reprimidas politicamente, desmanteladas e/ou extintas; b. de 1974 a 1983: período de abertura e transição à democracia, em que há uma retomada das mobilizações sociais e uma revitalização do espírito associativista, com o surgimento dos novos movimentos sociais e de organizações pela defesa da democracia; c. de 1984 a 1993: período de institucionalidade da democracia, em que há o surgimento de um novo tipo de associativismo vinculado à ampliação dos direitos de cidadania, à participação na esfera pública e à realização de parcerias com a esfera governamental.

O enfoque do artigo recai na análise da evolução do associativismo civil nesses três momentos históricos, ou seja, as tendências temáticas que predominaram em cada período, com o objetivo de verificar em que medida ou de que forma a institucionalização do associativismo civil esteve relacionada ao fechamento ou à abertura democrática do sistema.

Para a autora, no período da repressão política (1964-1973), a organização da sociedade civil que já se mostrava de certo modo incipiente, passou a ser reprimida no contexto do fechamento político. No período de transição à democracia (1974-1993), aponta que no cenário nacional, várias iniciativas da sociedade civil começaram a se projetar a partir



de meados dos anos 1970, tais como os movimentos contra o autoritarismo do regime, contra a carestia, pela anistia e por melhorias urbanas, surgindo o novo sindicalismo no movimento operário e a emergência de grupos denominados novos movimentos sociais, especialmente os feministas. A partir de 1978, a sociedade civil florianopolitana começou a se revitalizar por meio da defesa das questões de cunho mais social e político.

Os novos movimentos sociais, ainda que em pequeno número, passaram a ocupar um lugar de expressão política e de criação de novos valores no cenário local. Destacaram-se as organizações de direitos humanos e cidadania, causas femininas, de comunicação de filosofia pessoal, ecológicas e étnicas (CHAVES e SCHERER-WARREN, 2004, p. 25).

A autora aponta o ápice do crescimento do associativismo em Florianópolis, no período de 1984 a 1988, período que denomina de “institucionalidade da democracia” (SCHERER-WARREN, 2004, p. 21), destacando-se nessa fase, por seu crescimento relativo, os novos movimentos sociais, as associações acadêmicas e de pesquisa e as de defesa comunitária e assistencialistas.

Scherer-Warren (2004, p. 33) afirma que “parece haver uma relação entre a institucionalidade democrática e o crescimento do associativismo civil”. Demonstrando haver uma relação direta entre o aumento no número dos registros das associações e o processo de democratização. A autora constata que em regimes democráticos, o associativismo de cunho político ou mais contestatório cresce e se institucionaliza, buscando inclusive atuar em parcerias com a esfera governamental, respondendo aos mecanismos de constitucionalidade do sistema e à institucionalidade da democracia. Conclui que nos sistemas políticos autoritários tende a predominar um associativismo não político e nos sistemas políticos democráticos cresce o associativismo institucionalizado, frequentemente, ligado a um movimento cidadão mais amplo, da esfera local, à nacional e à global.

Alguns autores afirmam que o associativismo civil pode ser compreendido como a emergência de práticas democráticas – ou simplesmente como “o próprio movimento da sociedade civil pelo controle de sua historicidade” (CARMINATI; VASCONCELOS; CORRÊA, 2004, p. 46). Os autores abordam a questão levantada por muitos estudiosos do tema de que haveria uma suposta crise vivenciada por várias organizações associativas, passada a euforia otimista que inundou as teorias sobre os movimentos sociais no auge do processo de redemocratização dos anos 1980. Os autores destacam Gohn (1997) que assinala

como fatores dessa crise, entre outros, o desgaste das práticas participativas, a expansão do associativismo institucional, o surgimento das grandes centrais sindicais e de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais, a profissionalização das lideranças, e, principalmente, o surgimento e a expansão das organizações não governamentais. A questão colocada pelos autores é que, de modo geral, e não só para o caso de Florianópolis, o que vem se chamando de crise seria simplesmente a mudança e a emergência de novas relações “organizativas, identitárias e de engajamento” estabelecidas entre os atores do associativismo civil e a carência de instrumentos teóricos por parte dos pesquisadores que poderiam dar visibilidade e compreensão a essas novas formas de relação.

Ganança (2006) examina o fenômeno da ação coletiva institucionalizada no Brasil por meio da análise do associativismo civil. Além de mapear, caracterizar e classificar tais organizações, sua pesquisa estuda o universo associativo e seu crescimento em anos recentes. O autor analisa a denominada gramática associativa e as novas institucionalidades da ação coletiva na sociedade brasileira, em uma perspectiva democrática participativa. O estudo tem como base a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (IBGE, 2004), em parceria com duas redes de organizações da sociedade civil.

Ganança (2006) considera importante estudar o fenômeno das associações sob a ótica do direito, uma vez que o rigor da legislação e a imensa burocracia exigida na formalização das associações são apontados como fatores que criam dificuldades aos grupos mais vulnerabilizados e ligados às classes populares em constituir associações civis, na medida em que muitos não se percebem capacitados para dar conta das exigências impostas, podendo ser, portanto, um desestímulo ao processo participativo.

No Brasil, do ponto de vista jurídico, a figura associativa é definida no Código Civil e na Lei de Registros Públicos como “uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos Cartórios de Registro Civil de pessoas jurídicas, constituídas livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa” (GANANÇA, 2006, p. 31). O autor destaca o associativismo em sua definição legal na Constituição Federal de 1988, Título II, referente aos Direitos e Garantias Fundamentais e no Novo Código Civil – Lei 10406/2002, em seu capítulo II, Das Associações.

Os dados da pesquisa (IBGE, 2004) confirmam a constatação de vários outros autores sobre a imensa pluralidade e heterogeneidade do universo associativo: igrejas, hospitais, escolas, universidades, entidades de assistência social, associações patronais e profissionais,

associações de produtores rurais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, associações de moradores, organizações de defesa de direitos, entre outras.

Ganança (2006) chama a atenção para o exponencial crescimento do associativismo no Brasil, a partir da década de 1990. Segundo a pesquisa do IBGE (2004), as associações civis no Brasil cresceram 157% entre 1996 e 2002. O autor aponta alguns possíveis fatores que contribuíram para o crescimento: 1. o processo de abertura política, redemocratização e posterior consolidação da democracia; 2. a existência de programas e fundos públicos que são direcionados para associações civis; 3. as condicionalidades impostas pelo Estado, de formalização de grupos populares ou de trabalhadores, para o exercício de certos direitos ou acesso a certos benefícios; 4. a existência de uma imensa estrutura institucional participativa, formada por milhares de conselhos de políticas públicas, com o papel de exercer democraticamente o controle social das políticas públicas; 5. um processo progressivo de institucionalização de lutas e movimentos sociais e uma opção privilegiada que o formato associativo vem adquirindo na expressão dessas lutas, como o movimento ambientalista e o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente; 6. o crescimento do associativismo produtivo, que pode ter sido causado pela estagnação econômica vivenciada pelo Brasil nas últimas duas décadas, sendo o mesmo considerado como uma alternativa ao desemprego e como uma nova forma de organização do trabalho.

Sobre esse grande crescimento, o autor afirma que a criação de uma estrutura institucional participativa dessa magnitude, dentro do Estado brasileiro, é um dos fatores que explicam o fenômeno, em especial nos segmentos mais relacionados, em sua prática política e associativa com a perspectiva participativa: associações de moradores e grupos comunitários, meio ambiente e defesa de direitos. O autor destaca o caráter participativo dessas associações:

Acreditamos que o aumento da organização autônoma de cidadãos e cidadãs em associações, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, assim como o aumento da participação política das pessoas, permite que aos poucos elas possam tomar o destino de suas vidas nas próprias mãos, eliminando progressivamente as arraigadas estruturas de desigualdade presentes em nossa sociedade, que gera e reproduz uma classe de subcidadãos/ãs, que ocupam certos lugares sociais subalternos correspondendo a lugares políticos invisíveis (GANANÇA, 2006, p.16).

Por outro lado, questiona se os avanços institucionais conquistados num curto período correspondem, com a mesma força, a avanços na criação de uma gramática associativa real na

sociedade brasileira. Nesse sentido, apresenta críticas contundentes à forma como vem se dando o processo de proliferação das associações no Brasil:

Contudo, com relação ao associativismo, nosso objeto de estudo, a simples existência de uma estrutura associativa não significa necessariamente um avanço democrático no sentido aqui já exposto. As associações civis são apenas estruturas formais que podem tomar certas configurações e adquirir certas cores e tonalidades, somente a partir da dinâmica social que as sustenta. Se a dinâmica social que sustenta uma associação ou um campo associativo for uma dinâmica conservadora, essas organizações assim o serão (GANANÇA, 2006, p. 17).

O autor chama, ainda, a atenção para o fato de haver um verdadeiro desequilíbrio com relação às diversas expressões associativas no país, na medida em que, de um lado, encontram-se grupos associativos que detêm maior possibilidade de acesso a recursos e ao poder e, de outro, poucas e frágeis associações constituídas por grupos socialmente vulneráveis, não garantindo, de fato, a democratização do acesso dessas associações ao sistema político.

As mudanças institucionais promovidas pelo Estado provocam realinhamentos e profundas mudanças das culturas, práticas e valores das próprias organizações. Mudança, por exemplo, da perspectiva da filantropia, caridade, para uma perspectiva de direitos e de garantia de políticas públicas universais. Contudo, essas inovações democráticas trazidas pela Constituição de 1988 ainda não provocaram mudanças no marco legal do associativismo no Brasil e na relação das associações civis com o Estado Brasileiro, que ainda segue uma lógica instrumental (GANANÇA, 2006, p. 118).

Ganança (2006) aponta como uma de suas constatações que, embora a ação coletiva institucionalizada associativa no país tenha contribuído para o avanço, a conquista e a efetivação de direitos civis, políticos e sociais, por meio da expressão autônoma de diversos grupos sociais na esfera pública, ao mesmo tempo, reproduz estruturas de desigualdades presentes na nossa sociedade. Essa reprodução se dá, principalmente, pela existência de segmentos associativos conservadores, pela baixa presença relativa de grupos populares no universo associativo brasileiro, em razão das barreiras burocráticas e jurídicas, e pela criação e manutenção de estruturas associativas, além da existência de custos administrativos que inibem a formalização e a manutenção de associações civis de caráter mais popular.

Com base no estudo dos vários autores do associativismo foi possível constatar a existência de uma imensa variedade de tipos de associações no Brasil. Objetivando uma maior aproximação ao tema será abordada a questão do associativismo na região nordeste, com especial destaque para o associativismo rural.

### Associativismo na região Nordeste

Avritzer (2007) estuda o fenômeno da participação social no nordeste, por meio de pesquisa sobre conselhos de políticas e orçamentos participativos nos estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, demonstrando um quadro detalhado da participação no nordeste, onde busca fugir da dicotomia *sudeste, moderno, participativo x nordeste, não moderno, e não participativo*. O autor usou como amostra vinte e dois municípios da região nordeste, sendo que, em cada um dos municípios foram estudados os conselhos de saúde, da criança e do adolescente e os orçamentos participativos.

Para o autor, essa pesquisa é capaz de oferecer um quadro sofisticado e multifacetado sobre a participação no nordeste. “Um quadro enfim, que permita superar preconceitos e substituí-los por análises concretas sobre a especificidade das práticas participativas na região” (AVRITZER, 2007, p. 11).

O autor analisa a suposição de que a região nordeste é uma região menos participativa, afirmando que essa prerrogativa é parte do senso comum das ciências sociais brasileiras, assim como de obras clássicas sobre a região nordeste, citando Chilcote (1990).

Segundo Avritzer, um estudo mais detalhado da região nordeste, mostra uma imagem mais complexa e multifacetada dessa realidade. O pressuposto do estudo está baseado na diferenciação interna entre aquilo que mais comumente se chama de região nordeste. Essa diferenciação se deu tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político-cultural. Chama a atenção o fato de que Pernambuco foi o único estado da região nordeste cuja dinâmica participativa acompanhou o chamado *boom associativo* das regiões sul e sudeste. Essa presença de movimentos associativos se manifestou tanto no número de associações civis presentes no estado do Pernambuco, como nas práticas vigentes no interior dessas associações.

O caso do Ceará é bastante diferente do de Pernambuco, porque a presença de movimentos sociais urbanos no estado durante o período da redemocratização não foi

significativa. O autor considera que o início de um acentuado processo de participação no estado, no começo dos anos 1990, foi provocado pela disputa intraoligárquica que levou a uma forte presença do PSDB no estado.

No caso da Bahia, assim como no Ceará, os movimentos urbanos na cidade de Salvador não foram significativos no período da redemocratização devido à forte presença de grupos políticos mais tradicionais. Em segundo lugar, isso ocorreu, devido à dominação política de longo prazo exercida pelo grupo ligado a Antônio Carlos Magalhães, que tornou a Bahia um estado com uma administração antiparticipativa. O autor destaca a participação em cidades como Vitória da Conquista e Alagoinhas, onde o Partido dos Trabalhadores foi introduzindo instituições participativas à medida que foi elegendando os seus prefeitos.

Avritzer aponta a existência de três modelos de participação no nordeste: um primeiro que emerge a partir de demandas dos próprios atores sociais; um segundo que emerge do incentivo estatal; e um terceiro no qual o Estado e principalmente a sociedade política, adota postura antiparticipativas (AVRITZER, 2007, p. 21).

O autor afirma ser falso o contraste participativo entre a região nordeste e as regiões sul e sudeste do Brasil, uma vez que existem tradições participativas variadas na região nordeste. Além disto, considera que a quantidade de instituições participativas dificilmente determinaria a qualidade de suas práticas e a capacidade dessas instituições de distribuir bens públicos para a população. O que se pode destacar é que as instituições participativas seguem a lógica da política estadual, acentuando em alguns casos essas características.

Oliveira (2006) realizou estudo que tem como base sua tese de doutorado defendida em 1999 na Universidade de Sherbrooke, Faculdade de Educação Quebec-Canadá, com o título *Formation en associativisme et développement local dans Le Nord-Est Du Brésil*. Trata-se de pesquisa que teve como objeto a análise do processo de formação do especialista em associativismo, no quadro do então projeto de parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Instituto de Pesquisa e de Ensino para as Cooperativas, da Universidade de Sherbrooke.

A autora destaca que no mundo globalizado, onde muitos fatores, sobretudo o grande índice de desemprego impulsiona as sociedades a se organizarem na busca de um novo paradigma, a chamada nova realidade do associativismo orienta-se em direção à produção de bens e serviços, à criação de oportunidades de emprego para revitalização econômica e do bem estar social das comunidades.

Segundo Oliveira (2006), existe, portanto, uma nova dinâmica associativa, onde as comunidades mais carentes tomam a si o poder na busca de alternativas para sobrevivência,

que resulta no surgimento de novas experiências associativas. Essas experiências populares, notadamente no nordeste do Brasil, apresentam-se como pequenas associações econômicas e produtivas, como por exemplo, as associações de pequenos agricultores, de artesãos, de pescadores, de grupos de consultores, entre outros.

A autora destaca, ainda, que notadamente, na região nordeste, vai ser encontrado um movimento associativo peculiar, no qual pequenos grupos se organizam para buscar soluções para o desemprego, a fome e a miséria. Oliveira (2006) considera o associativismo como a alavanca do desenvolvimento local para a região nordeste, através das suas diferentes formas de organização. Seria um modo de organização adequado a uma revitalização econômica, social, educacional e política, no contexto da democratização das comunidades locais, entendendo o associativismo como “uma forma de organização popular, produtiva ou não, direcionada ao crescimento durável das condições de vida de uma comunidade; sendo, portanto, um instrumento de mudança sociopolítica, econômica e educacional” (OLIVEIRA, 2006, p.166).

Sabourin (2001), ao estudar as associações do nordeste, afirma que dada à sua flexibilidade constituem o modelo de organização local que foi mais desenvolvido nos últimos vinte anos. As associações foram criadas essencialmente para captar recursos e/ou para assegurar a defesa de interesses comuns ou a gestão de bens coletivos. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores, corroborados por outros autores já estudados: a. necessidade das comunidades de dotar-se de representações jurídicas; b. intervenção de atores externos: Igreja, ONGs, extensão universitária, projetos públicos; c. existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários, geralmente com finalidade produtiva, estando esses fatores correlacionados. O fenômeno de proliferação das associações rurais na região nordeste surge também, como necessidade de representação sócio profissional dos agricultores familiares e das comunidades.

Também sobre a região nordeste, Ganança (2006), aponta o alto número de associações de moradores e de centros e associações comunitárias nessa região, uma vez que, segundo pesquisa do IBGE (2004), 41% das associações desse tipo no Brasil estão localizadas no nordeste, sendo boa parte no meio rural. O autor aponta que esse segmento é formado por organizações relativamente novas, a grande maioria, 75,6%, constituídas a partir de 1990, pelos motivos já apontados.

O autor destaca, também, o segmento associativo denominado de *associações de produtores rurais*, que na pesquisa do IBGE (2004) é apontado como de preponderante presença na região nordeste. Segundo a pesquisa, um conjunto de 12.590 associações, ou

praticamente 50% do segmento, encontra-se localizado nessa região. O autor destaca que na região nordeste, sobretudo no meio rural, o associativismo voltado para o desenvolvimento ou facilitação de atividades produtivas, foi uma das modalidades associativas que mais cresceu no Brasil nos últimos anos.

Considerando a informação sobre a significativa presença do associativismo produtivo rural na região nordeste, *locus* da presente pesquisa, será oferecido especial relevo ao estudo da questão.

### Associativismo produtivo rural

É inegável a importância da agricultura para o desenvolvimento do Brasil, sobretudo da região nordeste. Ganança (2006) ressalta que o associativismo produtivo brasileiro tem uma característica eminentemente rural, sendo sua organização muito influenciada pelo Estado.

Pode-se dizer que o associativismo produtivo é uma forma de organização social para o trabalho diferente das tradicionais estruturas produtivas baseadas na relação capital - trabalho. Esse segmento se aproxima da organização cooperativa do trabalho e da produção, e tem uma grande identidade com ela (GANANÇA, 2006, p. 62).

De acordo com os dados da pesquisa do IBGE (2004), em 1996 o Brasil tinha 4.412 associações de produtores rurais; em 2002, esse número passou para 24.897 (um crescimento de 464,3%), o maior crescimento registrado em um campo associativo no período indicado. Esse segmento corresponde hoje a 9% do universo associativo brasileiro. Em outra pesquisa recente realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2006), em 2005, foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios do Brasil, 54% constituídos sob o formato associativo (GANANÇA, 2006).

Três dos principais motivos apontados na pesquisa do IBGE (2004) e destacados por Ganança (2006), para a constituição das associações produtivas no Brasil são: uma alternativa ao desemprego (45%), uma fonte complementar de renda para os/as associados/as (44%) e



condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios (29%). Somente na região nordeste, 38% dos empreendedores entrevistados pelo IBGE afirmaram que um dos principais motivos para a sua constituição foi a condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios.

No nordeste, 66% dos empreendimentos são constituídos sob o formato associativo, o que levou Ganança (2006) a inferir que os incentivos públicos são a principal causa motivadora do associativismo produtivo rural no país.

A questão da participação e da organização social rural é ressaltada na Constituição Federal, em seu artigo 187, quando determina que “a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como os setores de comercialização, de armazenamento e de transportes” (BRASIL, 1988).

Tanezini (2004) apresenta uma retrospectiva histórica dos movimentos sociais rurais que remontam aos anos 1950/1960 e ressalta que seu surgimento esteve ligado, principalmente, ao movimento sindical e à inauguração do debate sobre a reforma agrária no Brasil.

Seguindo a tendência histórica dos demais movimentos organizados da sociedade, no contexto da redemocratização do Brasil, a autora destaca que houve uma desaceleração da atuação dos movimentos rurais durante o período da ditadura militar. Seu ressurgimento e maior visibilidade no cenário nacional ocorreram a partir dos anos 1970/1980, motivados pelo crescimento da luta operária e pela proposta de um sindicalismo menos relacionado ao governo e mais voltado para as causas sociais, incluindo o fortalecimento dos sindicatos rurais.

Nas décadas de 1970/1980 ganha maior visibilidade a luta de vários movimentos sociais, entre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob a bandeira da reforma agrária e da justiça social no campo, trazendo ao debate nacional questões ligadas ao meio rural de uma maneira até então não observada (TANEZINI, 2004).

A autora ressalta que uma das bandeiras do MST é justamente o incentivo à organização social dos seus assentados tanto em termos de luta e defesa de direitos como na organização da produção propriamente dita, sendo essa também, uma exigência do governo para legalização dos assentamentos.

Tanezini (2004) destaca que no decurso da história, nos anos 1990, durante o governo FHC, as ações governamentais voltadas para o meio rural seguem as tendências impostas pela

política neoliberal, havendo maior apoio ao agronegócio de caráter exportador e uma diminuição do incentivo aos movimentos organizados rurais e às ações de economia solidária.

Uma das críticas que Tanezini (2004) apresenta ao cooperativismo rural fomentado nessa época, é a de que o governo privilegiou os grandes produtores rurais com maior capacidade de inserção e manutenção no concorrido agronegócio, com vantagens fiscais e incentivos na compra de equipamentos e insumos.

Sabourin (2001) realizou um estudo no qual sistematiza as dinâmicas da organização dos agricultores familiares do nordeste brasileiro a partir do exemplo de vários municípios do sertão nordestino. Esse estudo confirma que a criação de associações de agricultores familiares se dá com maior intensidade a partir dos anos 1980 e destaca que muitas das criações dessas associações foram influenciadas por agentes externos como o governo e a Igreja Católica, fenômeno semelhante ao apontado pelos autores que estudaram o fenômeno do associativismo em outras regiões do Brasil (AVRITZER, 2004; SCHERER-WARREN, 1996; CHAVES E SCHERER-WARREN, 2004).

Sabourin (2001) trata da diversidade das formas de organização dos pequenos produtores do sertão nordestino e, ainda, analisa as principais estratégias coletivas de coordenação dessas organizações. O autor apresenta um retrospecto histórico das formas de organização rural e analisa o processo de organização das associações, revelando várias tensões e conflitos em sua constituição, seguindo muitas vezes na direção de ações históricas e culturais, nas quais a divisão da terra muitas vezes se deu de modo informal por herança, parentesco ou apadrinhamento, sendo as condições de vida e de trabalho determinadas por um grupo tradicionalmente imposto, cujas relações se baseavam na ajuda mútua e na solidariedade, e o uso das tecnologias era passado verbalmente, com base na tradição. No sertão do nordeste a família, o sítio, a comunidade rural, as redes de proximidade já existiam antes da criação das organizações formais e continuam sendo, em grande parte, regidos pela reciprocidade camponesa. O funcionamento das organizações informais vem do reconhecimento pelo grupo local de regras transmitidas de uma geração a outra e garantidas pela autoridade dos chefes de família.

O autor destaca, ainda, que as organizações formais dos produtores correspondem a novas estruturas sócio profissionais de caráter econômico (produtivo ou classista), e que o processo de legalização das associações pode ser encarado como uma forma de legitimar algumas práticas históricas de cooperação como o mutirão, o uso comunitário de pastagens e equipamentos agrícolas, adaptando essas práticas à nova realidade organizacional.

Sauborin (2001) acrescenta que ninguém se torna membro da associação por essência ou por nascimento, como no caso do sítio ou da comunidade, mas por escolha livre e voluntária e por meio de uma relação contratual de intercâmbio (pagamento da cota).

As formas de organização têm evoluído rapidamente, procurando aproveitar, quando aparecem, as novas possibilidades de apoio externo, ou tentando trazer soluções a problemas vividos coletivamente. Para o autor, a emergência rápida de uma nova forma de organização - a associação - e os sucessos reais que encontrou, não devem esconder, também, desvios possíveis, como o abuso da barganha por parte dos agricultores com os poderes públicos.

Aponta também como possível motivo para o crescimento do número de associações, a necessidade de inclusão dos produtores rurais num mercado cada vez mais diversificado, exigente e competitivo, além da tendência de modernização da produção. Para o autor, tudo isso tornaria difícil ao produtor desenvolver-se individualmente devido à dificuldade de acesso aos créditos, da elevação dos custos da produção e da fragilidade diante dos chamados *atravessadores*, tornando cada vez mais necessária a produção e a comercialização coletiva.

Gastal, Xavier e Zoby (2002) analisam a relação entre as organizações de produtores e o desenvolvimento rural, assim como os requisitos institucionais necessários para apoiá-los. O estudo aponta que, a partir dos anos 1980, o associativismo rural tomou grande impulso como uma alternativa frente aos problemas de descapitalização e acesso ao crédito dos agricultores, à baixa inserção no mercado cada vez mais concorrido, à precariedade de posse de terra, à superfície útil de exploração limitada, ao pouco ou nenhum acesso à assistência técnica e outros serviços de apoio.

Com isso, as organizações de produtores estariam possibilitando ao segmento da agricultura o acesso a infraestruturas coletivas de produção, tais como tratores e equipamentos, insumos, e crédito, que têm tido grande influência na viabilização desse extrato.

Gastal, Xavier e Zoby (2002), ressaltam que essa realidade instaurou uma nova dinâmica nos municípios, exigindo dos produtores, mais especificamente de seus líderes, a execução de atividades até então desconhecidas, a gestão das associações e de suas atividades coletivas, tornando-se o principal ponto de estrangulamento do processo de desenvolvimento.

Argumedo (1991, p.03) afirma que “a rigor, a empresa associativa nasce como uma exigência do desenvolvimento agrícola moderno, que se caracteriza pelo surgimento de novas formas de cooperação e de integração na agricultura.”

Sobre as vantagens do associativismo rural, o autor destaca alguns pontos: 1. deter excedentes para investir no melhoramento da capacidade produtiva; 2. gerar mais empregos

nas zonas rurais; 3. utilizar, de modo mais racional, a capacidade de trabalho disponível; 4. ter acesso a tecnologias mais avançadas; 5. comercializar produtos com melhores preços; 6. melhorar sua posição na relação com outros agentes da economia, com o Estado e com os setores urbanos.

Sobre a necessidade e as vantagens da organização rural coletiva:

Com o negócio agrícola em expansão, aumentou a necessidade de os agricultores manterem-se informados sobre as inovações e utilizarem novas tecnologias, conhecerem fontes externas para aquisição de insumos e comercialização da produção. Determinadas operações, como o preparo dos solos, a irrigação, a colheita mecanizada, o armazenamento e o transporte, aumentaram em importância e complexidade. Como essas necessidades não poderiam ser supridas dentro dos limites da propriedade (no caso dos pequenos agricultores) filiaram-se a sistemas complexos de organização foi a forma encontrada para alcançarem seus objetivos e para participarem dos atuais programas de desenvolvimento econômico. A organização coletiva permitiu que assumissem novas iniciativas e adquirissem capacidade profissional e administrativa para manejar negócios e escolher os serviços mais adequados para atender às suas necessidades (MERCOIRET e SPERRY 2003, p. 07).

Para Mercoiret e Sperry (2003), o associativismo rural é uma forma de combater os princípios paternalistas, marcados por doações a fundo perdido ou pelos usos dos equipamentos coletivos que não atendiam às necessidades do grupo. Hoje, a prestação desses serviços é de responsabilidade de agricultores organizados que assumem uma participação coletiva na produção, na aquisição de insumos, na manutenção de máquinas e equipamentos, na gestão e prestação de serviços e na colocação de produtos no mercado.

Além dos ganhos econômicos e de produção, os autores consideram o poder de reivindicação dos agricultores e sua organização em associações como estratégias utilizadas para melhorar as condições de vida e o bem-estar dos associados. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitariam melhor explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, proporcionar maior retorno financeiro ao trabalho.

Para os agricultores, provavelmente, o resultado mais importante das associações, seja o de contribuir para o processo de conscientização coletiva sobre a necessidade de se organizarem para buscar soluções para seus problemas e atrair para si a responsabilidade dessa busca (MERCOIRET e SPERRY, 2003, p. 65).

Além disso, Sperry (1999) destaca que as associações de pequenos agricultores costumam integrar os habitantes de uma mesma comunidade, reunindo indivíduos com laços de parentesco ou de vizinhança que assumem características comuns e distintivas e apresentam forte ligação com a terra e o meio ambiente onde vivem há diversas gerações. Pode-se afirmar, então, que o novo tipo de organização é um fenômeno cultural, porque está baseado em uma organização anterior e porque expressa a cultura do grupo que a compõe. Ao mesmo tempo, é um fenômeno político, porque passa a administrar formas diferentes de poder.

Scopinho (2007) considera o associativismo um aliado importante na luta contra a desigualdade e a subordinação tão presentes no mundo rural, sendo também uma forma de luta pela melhoria das condições de vida, ampliando e fortalecendo a luta por justiça social.

A autora enfatiza também que como organização específica, a associação de produtores possui dinâmica própria por meio de sua ação, podendo contribuir para aumentar o potencial da sociedade local (ecológico, econômico, social); ampliar sua margem de liberdade e de escolha; aumentar sua capacidade de construir objetivos próprios e de produzir os instrumentos que necessita para alcançá-los. Considera que esse tipo de organização pode facilitar a aprendizagem, isto é, a descoberta, a criação ou a aquisição, pelos próprios atores envolvidos no processo, de novos modelos de reflexão e de novas capacidades coletivas.

Nesse sentido, muitas organizações dos pequenos agricultores são construídas na interface da sociedade global, como um meio para regular as relações entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais (famílias, comunidades, cidade) que compõem a sociedade local, e os múltiplos atores de seu meio externo (administração municipal, serviços técnicos, ONGs, agências econômicas privadas, fontes de financiamento, partidos políticos, sindicatos).

Oliveira (2006) salienta que as associações econômicas produtivas constituem um campo de estudo recente, que vem colocar em evidência uma nova alternativa nas organizações populares, para melhoria da qualidade de vida e da sobrevivência das comunidades carentes e grupos de desempregados.

A autora assinala que, em relação às associações econômicas e produtivas, é necessário compreender que, em geral, é um movimento informal que pouco a pouco vai adquirindo algumas especificidades, se constituindo em associações para produção de bens e serviços. Essas associações podem ter início no âmbito familiar, ou por meio de pequenos grupos de amigos, de vizinhos, de lideranças locais ou ainda de grupos de pessoas que têm

objetivos comuns. Enfatiza que a prática associativista de interesse econômico, é ainda incipiente no Brasil, se comparado a outros países desenvolvidos, onde existe culturalmente uma prática associativista, sobretudo no domínio do cooperativismo.

Os vários autores estudados destacam que o associativismo voltado para o desenvolvimento ou facilitação de atividades produtivas vem ganhando destaque no Brasil nos últimos anos. Grande parte dos autores concorda com o fato de que o associativismo rural configura-se numa forma de combater dificuldades econômicas e políticas, além de desenvolver estratégias de fortalecimento e de proteção dos trabalhadores rurais diante de um mercado agrícola cada vez mais explorador e competitivo. Diversas fragilidades são identificadas como o pouco acesso à educação formal e a tradição clientelista de algumas associações rurais, tornando grande o risco da cooptação e o desafio da participação. Nesse contexto de potencialidades e desafios do mundo associativo, será analisado o objeto empírico desta pesquisa que é o associativismo na Vila Produtiva Rural Negreiros, do polêmico Projeto São Francisco.

### **CAPÍTULO 3 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REASSENTADOS E PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE REASSENTADOS DA VPR NEGREIROS**

#### **A Pesquisa**

A minha experiência como assistente social junto às associações das Vilas Produtivas Rurais do PISF iniciou-se no ano de 2008. Desde então, tive contato direto com as populações a ser reassentadas nas VPRs. Especificamente na VPR Negreiros, participei de várias atividades como reuniões informativas sobre o processo de reassentamento, sorteio das casas, inauguração da VPR, entre outras situações. Esse contato com os reassentados possibilitou que a minha aproximação ao objeto da pesquisa fosse realizada por meio da observação participante, sendo possível apreender a maneira como os atores estão construindo seu cotidiano, ao longo do processo de reassentamento. Alguns autores como Poupart (2008) discorrem sobre a dificuldade de alguns pesquisadores em se aproximar dos sujeitos envolvidos na pesquisa e conquistar sua confiança, uma vez que em geral, a relação de entrevista põe em contato pessoas que habitualmente não se conhecem e que nem sempre têm muitas coisas em comum, tendo ainda como limite o curto período de tempo que por vezes é dispensado ao processo de pesquisa. Para Minayo (2010) e Roesse (1998) é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, e que em lugar dessa atitude se constituir numa falha ou num risco comprometedor da objetividade, ela é condição de aprofundamento da investigação. “No entanto, o pesquisador nunca deve buscar seu reconhecimento como um igual. O próprio entrevistado espera dele uma diferenciação, uma delimitação do próprio espaço (...)” (MINAYO, 2010, p. 75).

Nesta pesquisa, o contato profissional já estabelecido com os participantes possibilitou a melhor colaboração dos mesmos, colocando-os mais à vontade na situação de entrevista. Foi observado que os entrevistados expressavam-se espontaneamente e encontravam-se envolvidos com o processo, demonstrando o acolhimento sempre associado ao povo nordestino. Além disso, percebeu-se a expectativa por parte dos entrevistados de que a pesquisa ao ser realizada por uma pessoa ligada ao órgão empreendedor do PISF pudesse oferecer algum resultado prático para a realidade da VPR.

Obviamente, a minha posição como técnica governamental não foi despercebida, sendo um grande desafio tanto para mim como pesquisadora, como para os entrevistados,

separar o papel profissional do acadêmico. Apesar de ser um desafio, não foi encarado como obstáculo. No primeiro contato feito com a presidente da associação durante entrevista aberta, a correlação entre os papéis ficou visível quando os assuntos referentes às intervenções do MI foram recorrentemente tratados. Durante a entrevista coletiva realizada com os dirigentes, essa relação também ficou explícita, mesmo sendo explicado aos participantes que se tratava de uma pesquisa acadêmica e que os assuntos burocráticos poderiam ser mais bem discutidos após a realização da mesma. Já na realização das entrevistas individuais, encontrava-me em licença para fins de capacitação, condição essa que foi explicada aos entrevistados, quando foram lembrados dos objetivos da pesquisa. Nessa ocasião, os dirigentes demonstraram uma maior distinção do meu papel como pesquisadora do de técnica, ficando evidenciada essa postura quando alguns deles se referiam ao MI e à sua equipe usando o termo “eles” e não “vocês”, claro que é preciso mais uma vez considerar os limites dessa aproximação.

O recurso à técnica da entrevista permitiu apreender os sentidos que os entrevistados dão às suas condutas, a maneira como eles entendem as ações da associação e como eles vivenciam essa nova realidade coletiva, considerando que os dirigentes são aqueles em melhor posição para falar sobre o cotidiano das ações desenvolvidas por eles próprios. A opção pelo início do processo de pesquisa com a entrevista aberta dirigida à presidente da associação da VPR Negreiros deveu-se à necessidade de estabelecer uma primeira aproximação com a principal liderança a fim de esclarecer os objetivos da pesquisa, pedir sua colaboração no contato com os outros participantes e colher algumas primeiras informações sobre o processo de formação da associação. Já a entrevista coletiva, aplicada por meio de roteiro semiestruturado a sete<sup>1</sup> membros dos conselhos administrativo e fiscal, foi realizada no sentido de socializar com o grupo os objetivos da pesquisa, colher deles as informações necessárias, e ainda propiciar um ambiente de discussão onde os mesmos pudessem se comunicar entre si, aproximando-os o máximo possível do cotidiano vivenciado na associação, colaborando assim para a observação e registro das dinâmicas sociais e das relações interpessoais estabelecidas entre os participantes. As entrevistas individuais foram aplicadas a nove<sup>2</sup> dirigentes da associação e objetivaram conhecer a questão da participação

---

<sup>1</sup> Três dirigentes estavam ausentes da vila no momento da entrevista coletiva.

<sup>2</sup> Uma conselheira fiscal suplente não participou da entrevista individual. Entre os entrevistados, um deles já há dois meses havia se desligado da diretoria da associação, porém considerou-se importante entrevistá-lo devido ao período em que ficou no cargo, cerca de oito meses.



na associação mais detalhadamente, procurando apreender como cada participante reconhece o processo em estudo, fazendo um confronto dos vários depoimentos colhidos com a teoria. Para complementar o processo de pesquisa, foram também entrevistados três técnicos governamentais que ofereceram um contraponto importante às minhas próprias experiências profissionais desenvolvidas nas VPRs. Os mesmos desenvolvem suas atividades no campo e mais diretamente junto às associações das VPRs, incluindo também a Associação de Reassentados da VPR Negreiros, sendo uma assistente social, servidora com vínculo temporário com o MI; um engenheiro agrônomo e um pedagogo, esses últimos prestando serviço ao MI pela empresa CMT Engenharia, contratada para acompanhar e executar os PBAs. Houve a preocupação em escolher profissionais com formações diferentes de modo a valorizar a atuação multidisciplinar da equipe, sendo considerado, além disso, o tempo de atuação no projeto, variando nesse caso, de oito meses a dois anos. Os profissionais entrevistados possuem ampla experiência profissional, atuando já há bastante tempo no acompanhamento de associações de caráter rural, sobretudo na região nordeste. Para manter o sigilo da pesquisa os entrevistados são identificados como dirigentes de 1 a 9 e técnicos de 1 a 3, sendo as referências feitas no sexo masculino.

Durante todo o processo procurei valorizar a fala e o entendimento dos entrevistados, considerando a importância do seu saber, confrontando com o conhecimento teórico que adquiri e com as minhas experiências sociais e profissionais anteriores. Foi perceptível que por fazerem parte da mesma realidade e vivenciarem realidades socioculturais semelhantes, os dirigentes apresentaram muitos pontos em comum, porém, recorrendo ao método da análise de conteúdo, foi feito o esforço de buscar as singularidades próprias da visão de cada interlocutor e os sentidos que esses davam às situações narradas. Já os técnicos contribuíram para oferecer uma visão geral do processo de formação da associação e da participação dos associados, visão essa muitas vezes relacionada à formação de cada profissional.

O tratamento do material foi feito seguindo as etapas básicas da proposta de análise de conteúdo (GOMES, 2010; GUERRA, 2010), na qual os dados foram descritos e reunidos em categorias, buscando os seus núcleos de sentido e dividindo-os em eixos temáticos, realizando um trabalho de inferência e interpretação dos dados e estabelecendo uma “construção interpretativa da realidade” (GUERRA, 2010, p. 85). Foi considerada a necessária correlação entre a teoria e a realidade estudada, a partir de onde se deu a análise e a interpretação dos dados e a redação da dissertação.

## **Caracterização**

### Dados regionais

A zona semiárida do nordeste brasileiro abrange uma área de cerca de 940 mil km<sup>2</sup> (COELHO, 1985). O clima é quente e seco e a cobertura vegetal é representada pela caatinga, já os solos são, de modo geral, rasos e pedregosos. O autor acrescenta que o sertão nordestino é também marcado pelos longos períodos de estiagem, o que acarreta, entre outros fatores, a queda da produtividade e o aumento do êxodo rural.

A VPR Negreiros fica a cerca de 9 km da cidade de Salgueiro fazendo parte desse município. Segundo o Plano de Reassentamento da População (MI, 2005a), Salgueiro tem sua origem no sítio Boa Vista, do fazendeiro Capitão Manuel De Sá, que segundo a tradição local, construiu uma capela em homenagem a Santo Antônio no lugar onde teria sido encontrado o filho que havia desaparecido. Logo se multiplicaram as casas em torno do lugar, surgindo o povoado que, em 1853, foi elevado a Distrito com o nome de *Santo Antônio do Salgueiro*. Em 1864 *Salgueiro* foi elevado a município. Distante 512 km da capital do estado, a principal via de acesso é através da BR-232 (via Serra Talhada e Caruaru). A área geográfica é de 1.726,40 km<sup>2</sup>. Segundo o estudo, a população registrada no ano 2000 era de 52.488 habitantes, dos quais 39.891 residiam na zona urbana e 11.680, na zona rural. As principais atividades econômicas são integradas pela agropecuária e pelo artesanato, seguidas pelo comércio varejista e pela agricultura. Os serviços de saneamento básico e de esgoto são considerados precários. Ainda, segundo o estudo, a organização comunitária de Salgueiro é representada principalmente pelos Conselhos de Saúde e da Criança e Adolescente e também por organizações religiosas, sobretudo ligadas à Igreja Católica. As principais festas populares do município são as tradicionais: padroeiro (Santo Antônio), carnaval, junina e natal.

### **Dados socioeconômicos dos reassentados**

Como forma de melhor contextualizar a pesquisa sobre a Associação de Moradores da Vila Produtiva Rural Negreiros, apresento resumo dos principais resultados da pesquisa socioeconômica realizada durante a elaboração do Plano de Sustentabilidade das Vilas

Produtivas Rurais (MI, 2008). Nesse estudo foram contabilizados vinte e seis famílias a ser reassentadas na VPR Negreiros, totalizando setenta pessoas, sendo os seus representantes assim distribuídos: 06 proprietários residentes no lote, 11 moradores com benfeitoria e 09 moradores sem benfeitoria, constatando-se que a maioria é composta por não proprietários. Essa informação será de grande importância no decorrer análise da pesquisa quando se verificará o significado que essas famílias dão ao fato de possuírem a titularidade do lote na VPR.

**Tabela 1 – Sexo dos reassentados da VPR Negreiros**

<b>Sexo</b>	<b>Quantidade</b>
Feminino	40
Masculino	30
<b>Total</b>	<b>70</b>

Fonte: MI, 2008

Quanto ao gênero dos reassentados, foram contabilizados 40 do sexo feminino e 30 do sexo masculino. A preponderância do sexo feminino na VPR é confirmada não só em termos numéricos, mas também, na sua maior atuação na Associação de Reassentados da VPR Negreiros, como será demonstrado no decorrer da pesquisa.

**Tabela 2 – Faixa etária dos reassentados da VPR Negreiros**

<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>
0-11	13
12-18	16
19-29	08
30-39	17
40-49	11
50-59	03
60 acima	02
<b>Total</b>	<b>70</b>

Fonte: MI, 2008

Sobre a faixa etária, foi registrada a quantidade de treze crianças de 0 a 11 anos; dezesseis adolescentes entre 12 e 18 anos; oito jovens entre 19 a 29 anos. Somando o número de crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos tem-se o número de trinta e sete pessoas, pouco mais de 50% dos entrevistados. A população adulta é composta por dezessete pessoas de 30 a 39 anos; onze de 40 a 49 anos; três de 50 a 59 anos; totalizando assim 31 adultos entre 30 a 59 anos. Na população idosa houve a incidência de apenas dois indivíduos.

**Tabela 3 - Escolaridade dos reassentados da VPR Negreiros**

<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>
Assina o nome	06
Em alfabetização	07
Educação infantil	01
Ensino fundamental	41
Ensino médio	13
Sem resposta	02
<b>Total</b>	<b>70</b>

Fonte: MI, 2008

Sobre a escolaridade dos reassentados, não houve registro de analfabetos na VPR Negreiros, porém 6 moradores declararam apenas assinar o nome e 7 estavam em processo de alfabetização; 1 estava cursando a educação infantil; 41 possuíam o ensino fundamental; 13 o ensino médio; nenhum reassentado possuía ou estava cursando o ensino superior e 2 não informaram a escolaridade.

Assim, constata-se que a maior parte dos reassentados da VPR Negreiros, no número de 55, possuía até o ensino fundamental. A baixa escolaridade é uma questão que influencia diretamente o desenvolvimento das atividades da associação. Essa questão será tratada de forma mais detalhada mais à frente, durante a análise do processo participativo da associação.

Ainda segundo o estudo, antes da transferência, a principal atividade desenvolvida pelos beneficiários ao reassentamento era a produção de culturas como o milho e o feijão. A renda familiar girava em torno de um salário mínimo, sendo que entre as atividades desenvolvidas anteriormente predominou a agricultura de sequeiro, declarada por 21 beneficiários, seguida da caprinocultura, declarada por 5 beneficiários. Das pretensões de atividades econômicas a ser desenvolvidas, 13 beneficiários afirmaram pretender o

desenvolvimento da agricultura irrigada e 8 a agricultura de sequeiro; 6 beneficiários não responderam essa questão.

Sobre a participação das famílias em associações, 17 entrevistados afirmaram já participar da Associação dos Moradores da Barra do Mulungu, que deu origem à Associação dos Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros. Apesar da pesquisa socioeconômica (MI, 2008) não ter mencionado a relação dos moradores com o sindicato, será explicitado durante a análise a marcante relação dessa entidade com a população rural local.

Os dados socioeconômicos (MI, 2008) demonstram que o meio rural guarda algumas particularidades que devem ser consideradas, como a maior dificuldade de acesso às políticas sociais básicas como educação, trabalho, entre outras que com certeza influenciam no modo de vida das famílias e na forma como essas se organizam coletivamente. Tendo em vista aprofundar de forma mais direta essa relação e aproximá-la do objeto de estudo da pesquisa, será apresentado um breve perfil dos dirigentes da Associação da VPR Negreiros.

#### Perfil dos dirigentes

A Associação de Reassentados da VPR Negreiros é formada pela diretoria: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário; e pelo conselho fiscal: três titulares e três suplentes. Sendo o total de dez cargos eletivos. Para traçar o perfil dos dirigentes da associação foram utilizados dados das entrevistas da presente pesquisa.

Na Tabela abaixo fica demonstrada a faixa etária dos dirigentes da associação.

**Tabela 4 – Idade dos dirigentes da associação**

<b>Faixa etária</b>	<b>Número</b>
30 a 40	06
40 a 50	02
50 a 60	01
Acima de 60	00
<b>Total</b>	<b>09</b>

Verificou-se que todos os entrevistados, estão em idade adulta, sendo que seis integrantes encontram-se na faixa etária de 30 a 40 anos; dois deles entre 40 e 50 anos; e

apenas um entre 50 e 60 anos. A ausência de idosos na direção da associação possivelmente se deve ao dado evidenciado na pesquisa socioeconômica (MI, 2008) que revelou poucos moradores da VPR estavam nessa faixa etária. A não incidência de jovens de até 29 anos na direção da associação desperta a atenção na medida em que essa faixa etária tem forte quantitativo na VPR, é preciso apreender quais os motivos que têm levado os jovens da VPR ao desinteresse e quais ações podem ser desempenhas pela associação no sentido de motivar a participação maior desse público, embora essa questão não tenha sido tratada na presente pesquisa de forma mais aprofundada. Outro fato que chama a atenção é que entre os jovens se encontram os melhores níveis de escolaridade, sendo essa questão tratada mais detalhadamente durante a análise das dificuldades no processo participativo, quando é feita a reflexão sobre a não relação direta entre escolaridade e consciência política.

**Tabela 5 - Sexo dos dirigentes da associação**

<b>Sexo</b>	<b>Número</b>
Feminino	06
Masculino	03
<b>Total</b>	<b>09</b>

A distribuição por gênero entre os dirigentes da associação fica evidenciada na Tabela 5: seis dirigentes são mulheres e três são homens, ou seja, a maioria dos cargos de direção é ocupada por pessoas do sexo feminino. A partir da ata de constituição da associação foi possível verificar que dos dez cargos de direção da associação, sete são ocupados por mulheres.

**Tabela 6 - Motivos para mulheres serem maioria na direção da associação**

<b>Avaliação</b>	<b>Número</b>
Falta de interesse dos homens	06
Ocupação dos homens com o trabalho	03
Mulheres mais empenhadas	03
<b>Total</b>	<b>12</b>

Observação: O número de respostas é superior ao número de entrevistados por se tratar de respostas múltiplas

Quando questionados sobre os possíveis motivos para a incidência da maioria das mulheres na direção da associação, seis dos entrevistados apontaram a falta de interesse e de compromisso dos homens com o processo participativo como o principal motivo; aliado a isso, três dirigentes responderam que as mulheres da VPR são mais empenhadas na participação junto à associação; outro motivo apontado por três informantes foi a ocupação dos homens com o trabalho, o que tomaria boa parte do seu tempo, dificultando sua dedicação às funções de direção na associação.

O fato de a maioria dos dirigentes da associação ser de mulheres chama a atenção, na medida em que boa parte da literatura aponta para a maioria masculina nas organizações populares, sobretudo nos cargos de direção (NEVES 2008; SCHERER-WARREN, 2004), embora seja registrado também o aumento no número e no nível da participação popular das mulheres nos últimos anos, principalmente nas organizações que seguem a temática de gênero (movimento feminista), acompanhando as mudanças no mercado de trabalho e os novos arranjos familiares (GOHN, 2008). No caso da associação da VPR Negreiros, a partir dos depoimentos foi possível vislumbrar a nítida divisão de funções por sexo na VPR, onde os homens em sua grande maioria trabalham fora de casa e nos finais de semana praticam atividades de lazer, como frequentar a feira da cidade ou o futebol na própria VPR. As mulheres, por sua vez, cuidam das crianças e dos afazeres domésticos e são quem, geralmente, se dedicam às atividades de direção da associação, além de participarem em maior número das celebrações religiosas. Uma das possíveis explicações para essa tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres seria o não envolvimento direto dessas no desempenho de atividades produtivas remuneradas, quadro ainda muito comum nas áreas rurais.

Ressalta-se que a atuação das mulheres como dirigentes da associação revela que mesmo essa sendo, possivelmente, fruto da divisão social entre os gêneros, potencializa a participação feminina e coloca a mulher em posição de destaque na discussão das decisões relacionadas à Vila, fortalecendo o papel participativo feminino.

É importante frisar, que embora a maior parte dos homens não atue na direção da associação, os mesmos participam das assembleias e das reuniões, sobretudo das que tratam das pendências na VPR, como a questão da água e do setor produtivo. Uma possível forma de motivar a participação masculina, apontada tanto por alguns dirigentes como pelos técnicos governamentais, seria a inclusão na pauta da associação de assuntos voltados para a produção rural, sendo uma expectativa dos dirigentes para o futuro da associação, fato que ainda não se concretizou até o momento, porque a área produtiva da VPR não foi entregue pelo MI aos

produtores. As várias consequências da não entrega da área produtiva será mais bem trabalhada no decorrer da análise, inclusive sua repercussão sobre a atuação da associação.

**Tabela 7 - Escolaridade dos dirigentes da associação**

<b>Escolaridade</b>	<b>Número</b>
Ensino fundamental incompleto	6
Ensino fundamental completo	1
Ensino médio completo	2
<b>Total</b>	<b>9</b>

A Tabela 7 demonstra que não há analfabetos na direção da associação; seis dirigentes, ou seja, a maioria, não completou o ensino fundamental, sendo que todos esses frequentaram a escola apenas até a 4<sup>a</sup> série do antigo primário; apenas um dirigente concluiu o ensino fundamental; e dois concluíram o ensino médio. Não há dirigentes com ensino superior. Esses dados confirmam as informações da pesquisa socioeconômica (MI, 2008b).

No caso da escola da VPR Negreiros, a mesma foi projetada seguindo modelo padrão proposto pelo MI, em concordância com as famílias a ser reassentadas, porém segundo os depoimentos, a Prefeitura Municipal de Salgueiro, responsável pela gestão da política de educação local, alegou não haver demanda suficiente na região onde se localiza a VPR para a compra dos equipamentos e a disponibilização de profissionais, encontrando-se a escola sem funcionamento. Atualmente as crianças estudam no município de Salgueiro, onde já estudavam antes da transferência. Ainda segundo os depoimentos, foi apresentada pelos moradores da VPR à Prefeitura a proposta de que a escola funcione como Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao que a Secretaria Municipal de Educação teria se posicionado favoravelmente, com início das atividades previsto para o ano letivo de 2012.

**Tabela 8 - Renda familiar dos dirigentes da associação**

<b>Renda</b>	<b>Número</b>
De 1 a 2 salários mínimos	7
Acima de 2 salários mínimos	2
<b>Total</b>	<b>09</b>



Como visto nos dados da pesquisa socioeconômica (MI, 2008) a renda média das famílias era de um salário mínimo, advinda principalmente da atividade agrícola. Na atualidade a renda média concentra-se entre um e dois salários mínimos. Diante da não entrega dos lotes produtivos do MI aos reassentados e sua conseqüente impossibilidade de produzir na VPR, foi implementada a *verba temporária de apoio à manutenção das famílias reassentadas nas vilas produtivas rurais*, que prevê o repasse de um salário mínimo e meio mensal, pelo período de doze meses após a transferência das famílias para a VPR, podendo ser prorrogada por igual período, caso se comprove por meio de estudos técnicos que as famílias continuam sem condições de produzir. O objetivo da verba seria garantir a sobrevivência das famílias reassentadas em condição, no mínimo, similar à anterior ao reassentamento, conforme prevê o objetivo geral do PBA-08.

Durante o processo de construção da vila, alguns chefes de família foram contratados para trabalhar nas obras do PISF. Atualmente, cerca de dez moradores da VPR Negreiros trabalham nas obras, recebendo um salário mínimo. Há também famílias que recebem benefício do INSS e do programa *Bolsa Família*. Além disso, há dois moradores que desenvolvem atividades assalariadas fora da VPR, não ligadas à agricultura.

Em termos religiosos, todos os dirigentes se declararam católicos, enfatizando durante a entrevista coletiva não haver na VPR Negreiros pessoas que sigam outra denominação religiosa. A participação nos rituais religiosos será mais bem tratada durante a análise do processo participativo e das formas de convívio social na VPR.

### **Trajetória social e política dos dirigentes**

De modo a compreender a trajetória social e política dos dirigentes da associação da VPR Negreiros, primeiramente foi questionado aos dirigentes sobre a origem familiar dos reassentados da VPR Negreiros. Existem, segundo os depoimentos, predominantemente três grupos familiares, sendo basicamente originados de: Pedro Antônio da Silva, conhecido como Pedro Campina, a família local mais antiga; Pedro Joaquim, popularmente conhecido como Pedro Bernardo; e Elizeu de Vasconcelos, popularmente conhecido como Francisquinho Elizeu. Todos eram agricultores que à época exerciam grande influência local.

Na direção da associação há quatro integrantes que são parentes em primeiro grau, sendo duas duplas de irmãos. Quando questionados sobre se consideram importante os laços de parentesco e vizinhança para o processo participativo da associação, sete dos dirigentes responderam afirmativamente, destacando considerar que os laços de parentesco contribuem para uma maior interação e colaboração entre os sócios, e para a construção de um clima de maior descontração e abertura, tornando as reuniões da associação um momento de convívio social entre as famílias.

Não tem nenhum contratempo não com os parentes, sempre tão presentes. Ajuda primeiro na união. Eles chegam brincando, aquela festa toda, sempre é um momento de tá todo mundo junto, um tira uma brincadeira, outro tira outra. Aí eu vejo que naquele momento eles tão se sentindo melhor (Dirigente 2).

Um dos entrevistados respondeu que não considera importante o laço de parentesco, justificando que o ideal seria que houvesse ao menos um representante de cada grupo familiar na direção da associação, o que segundo ele, não acontece. Outro respondeu considerar a questão indiferente, embora tenha reconhecido ter assumido a função na associação por influência de um parente, que também é dirigente.

De um modo geral, foi possível constatar pelos depoimentos o sentido subjetivo e central atribuído à família, com destaque para a sua função como protetora. “Considero importante sim, porque sem a família ninguém é nada. Porque sempre na hora mais difícil sempre os parente chega, né.” (Dirigente 4).

Autores como Sperry (1999) destacam que as associações de pequenos agricultores costumam integrar os habitantes de uma mesma comunidade, reunindo indivíduos com laços de parentesco ou de vizinhança que assumem características comuns e distintivas e que apresentam forte ligação com a terra e o meio ambiente onde vivem há diversas gerações. Tudo isso leva a refletir sobre a influência dos laços de parentesco que existem entre essas famílias e como esses influenciam seu modo de pensar e de viver.

Foi questionado também aos dirigentes sobre possível participação anterior em entidade, trabalho comunitário ou movimento social, ao que os entrevistados declararam participar apenas da antiga associação, na condição de sócios, com exceção de três dirigentes, que responderam já ocupar cargo de direção na associação anterior, sendo esses de presidente,

conselheiro fiscal e secretário. Isso demonstra que seis dirigentes, ou seja, a maioria, passou a assumir função de direção com a implantação da nova associação, inaugurando um novo perfil participativo na VPR. Não houve registro de participação dos dirigentes em entidades, trabalhos comunitários ou movimentos sociais não relacionados à associação.

Quanto à participação em partido político, apenas um dirigente declarou já ter participado na função de segundo secretário, mas afirma não ter mais ligação com partidos políticos. Ainda sobre essa questão, tanto durante a entrevista coletiva quanto em vários trechos das entrevistas individuais, os participantes foram enfáticos quanto à desconfiança em relação ao sistema político brasileiro, afirmando acreditar que os políticos, em sua maioria, se aproximam da população apenas em período eleitoral para pedir votos, mas que após as eleições não costumam cumprir com as promessas feitas, nem mesmo retornar aos locais visitados. A opinião deste entrevistado sintetiza muito bem o que foi afirmado por vários dos dirigentes: “Que hoje eu que vejo os movimentos políticos, a gente só é visto no período político. Ele vem na sua porta, pedir voto, passou o tempo aquela comunidade apagou. Ninguém vê mais, ninguém vê mais” (Dirigente 2).

Os técnicos governamentais confirmaram o descrédito por parte dos reassentados para com o sistema político, e acrescentaram ser tradicional no nordeste os políticos eleitos apenas apoiarem aquelas associações que possuem aliados em sua base, alijando dos benefícios as demais associações. Todos esses aspectos reforçam a desconfiança dos reassentados para com o sistema político eleitoral e pode ser um dos motivos reveladores para o declarado desinteresse dos dirigentes da associação em participar de partidos políticos.

Quando perguntados sobre a participação em sindicato, sete dirigentes afirmaram ser sindicalizados no *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro*, filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pernambuco (FETAPE), à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Entre os dois dirigentes que declararam não ser sindicalizados, um deles afirmou que seu cônjuge é sindicalizado e o outro afirmou ter sido sindicalizado anteriormente, demonstrando ser expressivo o grau de adesão dos reassentados da VPR Negreiros ao sindicato rural. Apesar de nenhum dirigente ter assumido cargo de direção no sindicato, um deles afirmou ter recebido convite para atuar como suplente ou secretário na próxima eleição, convite ao qual declarou pretender aceitar. Assim, percebe-se haver uma forte ligação do sindicato rural com os participantes da associação, confirmando o estudo de vários autores que destacam o sindicato como sendo uma das primeiras e mais fortes formas de organizações

sociais no meio rural (GASTAL, XAVIER E ZOBY, 2002; SABOURIN, 2001; TANEZINI, 2004), mantendo ainda hoje essa tradição.

Como visto, a trajetória social e política dos dirigentes da VPR Negreiros é marcada principalmente pela atuação na associação de moradores e pelo apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro. O nível dessa participação e a relação com os agentes externos à vila serão mais bem explicitados durante a análise do processo participativo da associação.

### **Constituição da associação**

Segundo declaração dos dirigentes, havia no local anterior de moradia a *Associação de Moradores do Mulungu*, composta pelos residentes nos sítios Barra e Mulungu. Ainda segundo os depoimentos, quem tomou a iniciativa para a criação da antiga associação foi um vereador, de nome *Severino Alves Cavalcanti*, que na época incentivou a comunidade a se organizar coletivamente para obter maior espaço e visibilidade junto às autoridades locais.

A principal atividade desenvolvida pela Associação de Moradores do Mulungu era a realização de reuniões mensais, porém os dirigentes declararam que à época a participação era reduzida, pois não havia muito que discutir, sendo basicamente prestação de contas e assuntos relacionados principalmente ao processo de reassentamento. Afirmam ainda, que a associação não se envolveu em projetos produtivos por estar localizada em área de desapropriação, onde não tinham a certeza de até quando poderiam continuar produzindo.

Segundo relatos dos dirigentes a mobilização para a constituição da associação da VPR Negreiros foi feita pelos próprios moradores, embora tenha havido o incentivo do MI, que nas reuniões com a comunidade colocava a importância da criação da associação para representar os reassentados da vila. Como se sabia da proximidade da transferência, a própria comunidade, sobretudo pela atuação da presidente da associação, mobilizou-se para convocar a assembleia e criar a nova associação. Do ponto de vista conceitual, os documentos técnicos do MI apresentam bastante ênfase na constituição e fortalecimento das associações nas VPRs, destacando-se o fato do projeto estrutural das vilas prever a instalação do prédio da associação. No entanto, cabe observar que o início das atividades em torno da mobilização das famílias para a constituição das associações deu-se em ritmo lento (BORGES, 2010), o

que pode justificar o fato da mobilização para a constituição da associação ter sido feita basicamente pela própria população.

Se durante a mobilização das famílias a atuação do MI não foi tão efetiva, os depoimentos demonstram que desde o momento da constituição da associação essa atuação se tornou notória, intensificando-se com a transferência para a VPR Negreiros. Os relatos dos dirigentes e os relatórios de atividades existentes demonstram que a assembleia de constituição da associação contou com a atuação direta de técnicos do MI, que apoiaram tanto o processo de eleição dos dirigentes, como o de elaboração do estatuto da associação, até o esclarecimento dos procedimentos necessários para o funcionamento da associação. A relação da associação com o MI será mais bem trabalhada ao longo da análise.

No ano de 2010, foi encerrada a antiga associação, sendo constituída em 13 de julho de 2010 a *Associação dos Reassentados da VPR Negreiros (ARVIPRON)*. A transferência das famílias para a VPR Negreiros deu-se em novembro do mesmo ano. A maioria dos membros da antiga associação foi reassentada na vila e os demais não se associaram à atual. Foram associados 26 membros, sendo um representante de cada família da VPR. A contribuição mensal é no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), sendo o índice de inadimplência praticamente inexistente.



Foto 2: Assembléia de Constituição da Associação de Reassentados da VPR Negreiros  
Fonte: MI/2010

A atual presidente da associação já havia sido presidente por duas vezes na antiga associação, sendo precedida por três dirigentes, do sexo masculino, cada um com um mandato de dois anos, esses últimos não foram transferidos para a VPR.

Os principais objetivos da ARVIPRON, expressos em seu estatuto social, são: a. fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores rurais; b. racionalizar as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização; c. fazer cumprir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente, no atendimento das necessidades de educação, saúde, habitação, transporte e lazer; d. contribuir para a organização de movimentos voltados para a preservação ambiental. Observa-se que nos objetivos fica expresso tanto o desenvolvimento de atividades de gestão da VPR como de produção rural, ambas as características serão mais bem tratadas ao longo da análise.

**Tabela 9 - Vantagens da criação da associação da VPR Negreiros**

<b>Vantagens</b>	<b>Número</b>
Facilidade de acesso a benefícios	05
Aprendizado	03
Oportunidade de trabalho	01
<b>Total</b>	<b>09</b>

Sobre as vantagens da criação da associação da VPR Negreiros, cinco dirigentes apontaram a maior facilidade de acesso da associação a benefícios. Outros três apontaram a associação como um espaço de aprendizagem. Um dos entrevistados apontou a vantagem de futuramente a associação se constituir numa possível oportunidade de trabalho.

Vários autores (SPERRY, 1999; OLIVEIRA, 2006; SABOURIN, 2001; TANEZINI, 2004) ressaltam algumas vantagens da organização da sociedade em associações, alguns deles coincidentes com os que foram apontados pelos dirigentes da associação da VPR Negreiros, como aspectos políticos no sentido de alcançar maior visibilidade perante a sociedade e os poderes públicos e, ainda, aspectos econômicos, como alcançar uma figura jurídica que permita acessar o crédito bancário e adquirir coletivamente máquinas e implementos agrícolas para potencializar a produção, além de aspectos sociais, como ter acesso a serviços de atendimento médico, educação, eletrificação, telefonia, atividades de lazer. É também enfatizado o processo de aprendizagem proporcionado pelo próprio exercício participativo.

Os autores estudados ressaltam que as organizações dos agricultores podem transformar-se em instrumento a ser utilizado pela sociedade local para atuar sobre seu meio interno e para aumentar sua capacidade de negociação com os atores externos. Sob esse aspecto, o associativismo pode ser visto como uma forma de combater dificuldades econômicas e políticas por meio da manutenção da unidade dos produtores em torno do controle das ações e também da produção e da comercialização coletiva dos produtos da associação (ARGUMEDO, 1994; GASTAL, XAVIER E ZOBY, 2002; SABOURIN, 2001; TANEZINI, 2004).

Boa parte da literatura estudada defende que a reunião das pessoas em torno de associações é uma oportunidade de compartilhar ideias, defender interesses comuns, discutir pontos de vista distintos, enriquecer o debate em torno de determinadas questões, buscar soluções coletivas, constituindo-se em espaço privilegiado de exercício da democracia.

O fato de a oportunidade de trabalho ser apontada apenas por um dos entrevistados chama a atenção na medida em que o próprio estatuto da Associação de Reassentados da VPR Negreiros destaca o fortalecimento das atividades econômicas e o desenvolvimento das formas de cooperação como um dos objetivos da associação, sendo ainda esse aspecto ressaltado durante a entrevista coletiva, quando ficou expressa a perspectiva dos dirigentes de que no futuro a associação venha a desenvolver atividades voltadas para a produção e a comercialização coletiva. A pouca incidência do apontamento de atividades voltadas para a produção rural, possivelmente venha a ser explicada pelo momento atual por que passa a associação, quando devido a não entrega dos lotes produtivos, essas atividades não foram iniciadas. Além disso, devido ao pouco tempo de implantação da VPR, é esperado que as atividades estivessem voltadas basicamente para a gestão da VPR.

**Tabela 10 - Motivos para assumir função como dirigente**

<b>Motivo</b>	<b>Número</b>
Por incentivo de terceiros	4
Para ajudar a associação	4
Disposição pessoal	1
Aprendizado	1
Sem resposta	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

Observação: O número de respostas é superior ao número de entrevistados por se tratar de respostas múltiplas

Segundo o estatuto da ARVIPRON em seu artigo 18, os cargos eletivos da Diretoria Executiva terão duração de dois anos, podendo haver reeleição para o mesmo cargo, não havendo indicação quanto ao número possível de reeleições. A Tabela 10 explicita os motivos dos dirigentes para assumir a função na associação e evidencia que quatro participantes, ou seja, quase a metade dos entrevistados apontou como principal motivo o incentivo de terceiros; três dirigentes apontaram o desejo de ajudar a associação; as demais respostas tiveram incidência de uma para cada, sendo questões que demonstram mais subjetividade como a disposição pessoal, o aprendizado e o amor à causa. Um dos entrevistados não respondeu à questão.

Sobre a decisão ter sido influenciada por terceiros, é possível inferir dos depoimentos que esse fato se relacionou diretamente com a forma como se deu o processo de eleição dos dirigentes. A esse respeito um dos entrevistados comenta: “Ah foi que me escolheram, né, e botaram. Eu não sei, a gente tava aí na reunião e as meninas mesmo foi que escolheram. Aí de repente tive que aceitar, né, todo mundo junto” (Dirigente 9). O estatuto da associação prevê em seu Capítulo VII- Da eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal, artigo 13:

As eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-ão por votação direta, secreta, em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim. A eleição da diretoria dar-se-á por votação direta e aberta quando na hipótese de Chapa Única.

Segundo os depoimentos dos entrevistados, o processo de escolha dos dirigentes foi um tanto tumultuado, tendo acontecido meses antes da transferência das famílias para a VPR Negreiros. A eleição ocorreu por meio de voto aberto, não havendo a formação anterior de uma chapa, levando a crer que a eleição ocorreu sem muito preparo, sendo os nomes indicados pelos próprios participantes no momento da votação, havendo inclusive, resistência inicial por parte de alguns em concorrer como candidato, fato evidenciado na fala desses dirigentes:

Aí num passou dias a gente combinando essas coisas não, foi no dia da reunião mesmo. A gente até sabia que ia ter a reunião e ia ter a votação e a eleição, como se diz, pra eleger presidente, vice-presidente, mas ninguém se combinou muito não. (Dirigente 1)



Essa reunião foi muito difícil, uma reunião quase por impulso, onde terá deles que entrou despreparado, é, por pressão de outras pessoas. (...) Aí às vezes mesmo ele sem querer teve que ficar por causa que o pessoal falaram mais alto, a comunidade era mais. Aí teve deles aí que eu acho que ficou mais pelo impulso da pressão. (Dirigente 3)

As respostas apresentadas pelos entrevistados sinalizam que à época das eleições para a diretoria da associação não havia grande preparo da população para o processo eletivo, demonstrando pouca clareza dos trâmites necessários para a constituição da associação. Isso pode ser justificado, possivelmente, pela pouca tradição participativa e associativa da população da VPR Negreiros e ainda pela baixa atuação do MI no apoio e esclarecimento do processo eletivo no período anterior à constituição da associação, embora alguns técnicos tenham acompanhado o momento da eleição.

Por outro lado, a baixa motivação em concorrer aos cargos de direção pode estar relacionada ao que alguns autores denominam de *cultura antidemocrática*, sendo muito mais cômodo para o indivíduo atuar apenas como sócio e não ter de se responsabilizar diretamente pelo desenvolvimento das atividades (DEMO, 1996; PINTO, 2004). Como bem expresso nesse depoimento: “A escolha, aí é que é briga, porque tem muitos que só quer ser membros. Quando parte pra responsabilidade maior, porque quando passa ata, tesouraria, conselho, fica aquela questão: e agora?” (Dirigente 2).

O desejo externalizado por alguns dirigentes de assumir a direção para ajudar a associação e contribuir para o desenvolvimento da própria vila remete para uma maior consciência política e para o maior esclarecimento da importância da participação para o sucesso dos resultados. Alguns autores destacam que o próprio processo participativo leva os integrantes do grupo a assumir responsabilidades e a fazer parte do processo de forma mais ativa (AVRITZER, 2004, 2009; GANANÇA, 2006; NEVES, 2008; SCHERER-WARREN, 2004).

As questões que demonstram maior peso da subjetividade como a disposição pessoal, o aprendizado e o amor à causa, remetem a um compromisso pessoal e social para com o desenvolvimento da VPR em termos associativos. Sobre os efeitos subjetivos da participação considera-se importante destacar que associar-se no meio rural muitas vezes significa mais do que uma forma de organização do trabalho, significa em muitos casos, uma forma de organização de vida em sociedade. Para Pateman (1992) com o próprio exercício participativo

os cidadãos se tornam cada vez mais estimulados e capacitados para exercer a sua participação de forma mais efetiva, sendo os principais resultados do processo o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo. Aos poucos essa realidade vem se desvendando para os dirigentes da Associação da VPR Negreiros, que, em maior ou menor escala, vêm se apoderando dos conhecimentos oriundos dessa experiência desafiadora.

Após compreender o processo de constituição da Associação de Reassentados da VPR Negreiros, é importante analisar como a associação se relaciona com os agentes externos e o contexto sociopolítico em que se encontra. Nessa direção, será apresentado um panorama geral com a opinião dos dirigentes sobre o PISF e sobre a vivência na VPR Negreiros.

## **CAPÍTULO 4 – A ASSOCIAÇÃO NO CONTEXTO DO PISF E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS**

### **Visão dos dirigentes sobre o Projeto São Francisco e a Vila Produtiva Rural Negreiros**

Foi pedido aos dirigentes que identificassem os pontos positivos e negativos do PISF, bem como os pontos positivos e negativos da VPR Negreiros. Em relação aos pontos positivos do projeto, os dirigentes falaram em termos de perspectiva futura, discorrendo sobre o sonho que alimentam de ver a água chegando à região e de ter a área de plantação irrigada instalada. “Pro futuro os pontos positivos é passar água nessa área sequeira que isso vai ajudar muito a nossa região, vai ter uma irrigação, a mata vai ficar mais verde” (Dirigente 3).

Ao tratar do Projeto São Francisco fica claro na fala dos dirigentes o caráter ideológico e até afetivo atribuído ao mesmo. Vários dirigentes reforçam a visão de que o projeto trará água, desenvolvimento e justiça social para a região, confirmando que a transposição do Rio São Francisco faz parte do imaginário do povo sertanejo.

Eu penso assim, que quando chegar a água vai ser bom porque todo mundo vai plantar, aí a gente não vai mais tá precisando de auxílio para sobreviver. A gente mesmo vai trabalhar e vai conseguir se Deus quiser. Porque quem tem água, tem tudo. Água é vida, né. Eu acho que vai mudar nossa vida quando chegar água (Dirigente 4).

Fica visível que o principal sonho dos dirigentes da VPR Negreiros com relação ao PISF é ter água disponível e em abundância, esse desejo possivelmente é fruto de uma realidade ainda presente nessa região, onde as condições de vida e de trabalho das pessoas são altamente impactadas pela falta desse recurso natural indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento humano. Sobre a centralidade da água para o desenvolvimento da região sertaneja, Coelho (1985, p. 63) afirma: “A água, portanto, para esses produtores rurais, só poderá ser prioridade quando puderem dispor desse bem indispensável à vida de homens, animais e plantas, em quantidade, qualidade e permanentemente.”. O autor defende que a superação do flagelo das secas depende muito mais da organização social e econômica do trabalhador rural, do que do fenômeno climático.

Sob esse aspecto, considera-se importante ressaltar que o Projeto de Integração do Rio São Francisco é uma obra de grande impacto não só físico e ambiental, mas, sobretudo social, uma vez que se propõe a minimizar contradições regionais históricas e a levar desenvolvimento a uma região muitas vezes marcada pela falta de acesso e oportunidade. Olhando por uma perspectiva mais ampla, o Projeto São Francisco mais que integrar bacias, integra pessoas, vidas, sonhos e expectativas.

Quanto aos aspectos negativos do PISF, os dirigentes falaram sobre a paralisação das obras, fato noticiado em vários veículos de comunicação no ano de 2011. A opinião deste dirigente demonstra o desânimo diante da paralisação das obras: “É porque essa obra tá inacabada. E eu não tenho fé de ver isto, pra mim que eu morro e não vejo.” (Dirigente 6). Este fato foi veementemente relatado por alguns dirigentes que demonstraram bastante apreensão para com o futuro.

Por enquanto não deu pra avaliar, ainda tô ainda parada no tempo, em ritmo de espera. Espero que acelera as coisas pra poder ter os pontos positivos, que por enquanto a gente tá correndo atrás, a gente tá começando do zero. Começando como é que diz, como uma criança começando a andar. Eu espero que seja tudo positivo para o futuro, mas eu acredito, eu creio que nós só vamos ter este ponto positivo depois que a água chegar. E eu tô achando tudo muito devagar. (Dirigente 4)

Alguns chegaram a citar o ex-presidente Lula como sendo o único capaz de refazer as obras andarem, o que confirma a grande popularidade desse líder político na região e, também, demonstra o pessimismo diante do quadro de descontinuidade do projeto.

Eu tenho pra mim que o Lula ainda vai voltar de novo. Eita rapaz, aí era Presidente bom, o homem botava pra frente. Tem muita gente aqui que diz que votou nela (Dilma) por causa do Lula, mas já tem gente dizendo que se ele voltar, ele ganha de novo. Ave Maria, Lula ajudou muito, ele ajudou demais. (Dirigente 8)

Se por um lado os pontos positivos apresentados ao PISF se referem basicamente a perspectivas futuras, por outro lado, os pontos positivos da VPR se referem à realidade já vivenciada pelos reassentados. Dois entrevistados apontaram a maior proximidade entre os

vizinhos após a transferência para a VPR como sendo o maior benefício e na mesma direção, outros dois apontaram o maior convívio intrafamiliar. Esses são dados subjetivos importantes, pois revelam as mudanças ocorridas no relacionamento entre vizinhos e familiares após o reassentamento, uma vez que famílias que antes viviam separadas por longas distâncias entre as residências, como é comum no meio rural, agora compartilham um espaço coletivo que, ainda que guardando certa distância entre as casas (0,5 hectare), promove uma maior convivência social entre as pessoas. O fato de esse aspecto ser apontado como positivo mostra-se interessante, uma vez que, como será visto adiante, após o processo de transferência a relação ainda nova entre as famílias revela também várias dificuldades. O estreitamento dos laços familiares é atribuído à permanência dos trabalhadores em seu local de moradia, numa região marcada pelo êxodo rural.

Aqui na vila tá bom. Pronto, depois que eu cheguei aqui ficou melhor que eu fiquei mais perto de Salgueiro. E eu achei melhor porque meu filho vai pro trabalho e vem pra casa todo dia. E quando eu morava no Mulungu era mais distante e não tinha como. (Dirigente 4)

A verba temporária oferecida pelo MI foi também apontada por dois dos entrevistados como um fator positivo da VPR, uma vez que ao garantir renda fixa aos reassentados garante a sua sobrevivência, sendo o valor até superior ao que os reassentados percebiam antes da transferência, conforme dados da pesquisa socioeconômica (MI, 2008).

Houve também o apontamento de outras questões, sendo uma incidência para cada, como: o fato de a casa ser própria, considerando que a maioria das famílias, conforme pesquisa socioeconômica (MI, 2008), não possuía a propriedade da casa; as celebrações religiosas, que não eram realizadas no anterior local de moradia das famílias; a quadra de esportes, apontada como espaço de lazer para os homens, jovens e crianças; a coleta de lixo, uma vez que no antigo endereço as famílias não dispunham desse serviço; a proximidade da cidade de Salgueiro, permitindo o acesso dos moradores da vila a vários serviços disponíveis no município. “Tem as nossas casas novas. Que eu não tinha uma casa e hoje eu tenho. O terreno é meu mesmo, no meu nome. E pra mim isso é um ponto positivo. E tem as quadras de esporte pros meus filhos.” (Dirigente 4). Dois dirigentes não identificaram nenhum benefício após a mudança para a VPR.

Ao analisar os depoimentos observa-se que as questões subjetivas superaram o apontamento das vantagens relacionadas à infraestrutura, esse fato se mostra muito interessante em um contexto em que boa parte dos moradores apresentou mudança substancial na estrutura de suas casas, além do que a maioria, como visto, não possuía a titularidade de seu lote. A prevalência dos pontos subjetivos leva a crer que os fatores emocionais e de relacionamento social têm sido o fato mais importante na vida dos reassentados nesse novo cenário de convivência coletiva, inaugurado com o reassentamento na VPR Negreiros.

Os pontos negativos apontados na VPR coincidem com as carências já identificadas em relação ao projeto, reiterando o que já havia sido demonstrado anteriormente e possuindo o peso de se referir diretamente à realidade vivida pelos reassentados no seu dia-a-dia. Alguns dirigentes se queixaram de algumas promessas que foram feitas e, segundo depoimentos, não foram cumpridas, como a instalação da adutora para levar água às residências e a entrega da área produtiva. A questão da água tornou-se emblemática uma vez que a VPR foi entregue sem a instalação da adutora, sendo o abastecimento feito atualmente por carro pipa que deposita a água diretamente na caixa d'água que faz a distribuição via encanamento para as casas. Os dirigentes declaram que essa situação gera insegurança no acesso à água, além do que, alegam que a quantidade fornecida é insuficiente para, além do abastecimento humano, permitir a produção de culturas e a criação de animais, práticas já tradicionalmente desempenhadas pelas famílias antes da transferência.

(...) Era pra gente ter água diretamente da adutora, água encanada pra que a gente se sinta seguro, porque aqui ainda tá inseguro, tá na balança. É na esperança que possa ser bom, mas a gente também tá na esperança de que possa ser muito ruim. A gente não tá bem acomodado e podendo dizer com isso eu posso dormir tranquilo, nós não tamo ainda nesta certeza, não tamo seguros com isto (Dirigente 3).

A questão da falta de água além de revelar um paradoxo, na medida em que o PISF tem como promessa justamente o abastecimento hídrico da região, compromete a garantia das condições de vida da população reassentada, no mínimo similar ao período anterior à transferência, como disposto no objetivo geral do programa de reassentamento de populações, uma vez, que segundo os depoimentos, a maior parte da população reassentada na VPR Negreiros tinha água encanada no antigo local de moradia.

A questão produtiva também foi muito enfatizada pelos dirigentes, que se queixam da impossibilidade de desenvolver suas atividades econômicas na vila, uma vez que a área produtiva não foi entregue. Ainda que o MI tenha garantido a sobrevivência destas famílias por meio do apoio financeiro, as mesmas não se sentem seguras posto que faz parte da sua vida e da sua cultura o trabalho no campo. Além disso, a atividade produtiva seria uma forma de garantir a sua sobrevivência com autonomia. Acredita-se que o auxílio financeiro é necessário e poderia atuar como um complemento à renda dos agricultores no período de instalação das VPRs quando o trabalho de assistência técnica estivesse se iniciando, porém nem mesmo essa ação teve condições de ser iniciada por falta da implantação da área produtiva. Os reassentados consideram que essa situação dificulta ainda mais o seu processo de adaptação ao reassentamento, visto que, além de terem sua condição de moradia alterada, também tiveram suprimido, mesmo que temporariamente, a sua principal fonte de trabalho e renda.

Foi também enfatizado por alguns dirigentes o temor de ter saído de sua terra natal e ficar desassistido em um lugar novo. Além disto, foi externalizado o receio de que o MI venha a suspender a *verba temporária de apoio à manutenção das famílias reassentadas nas vilas produtivas rurais* e, assim, as famílias fiquem sem condições de sobrevivência, tendo que ir a busca de emprego em outros estados do Brasil, realidade comum em épocas anteriores ao reassentamento.

Foram também apontadas algumas questões pontuais relacionadas às falhas na infraestrutura de algumas casas e a não iluminação da quadra de esportes, além do não funcionamento da escola e do posto médico (segundo os depoimentos, houve a promessa da Prefeitura Municipal de Salgueiro para o início do funcionamento no posto médico no ano de 2012) e a temporariedade da verba do MI, bem como promessas não cumpridas (de forma bem genérica). Foram também apontadas algumas questões mais subjetivas, ligadas, sobretudo, à convivência entre os moradores, como a questão da poluição sonora, o uso excessivo de bebidas alcoólicas, a direção em alta velocidade e a dificuldade de adaptação à nova realidade. Um dos entrevistados não apresentou aspectos negativos, afirmando considerar que tudo está indo bem.

Sobre o relacionamento entre os moradores, é interessante observar que esse é um fator muito subjetivo, sendo apontado tanto como fator positivo como negativo na fala dos entrevistados. Ao que tudo indica, os conflitos de relacionamento apontados são naturais e até já esperados em um espaço recém-inaugurado de convivência coletiva, onde o comportamento individual e intrafamiliar se depara a todo instante com o espaço de

convivência coletiva, e onde ainda estão se estabelecendo as regras coletivas e as formas de fazer cumpri-las. Espera-se que, com o tempo, os próprios moradores desenvolvam estratégias para solucionar os conflitos, sendo a convivência também parte do processo de aprendizagem estabelecido no cotidiano das relações sociais.

Os depoimentos demonstram que, na opinião dos dirigentes, o Estado que se propôs trabalhar na diminuição da desigualdade e na melhoria das condições de vida dos setores atingidos pelo PISF, tem atuado na infraestrutura das VPRs de forma fragmentada, pontual, com algumas ações provisórias e limitadas, adiando o sonho da prosperidade alimentado pela população reassentada.

As pendências verificadas na VPR Negreiros revelam um ponto de tensão na relação entre os moradores e o MI, de modo que os associados passam a reconhecer a associação como espaço privilegiado para a reivindicação das demandas relacionadas à vila. Isso foi evidenciado na pesquisa dos documentos oficiais da associação da Vila Negreiros enviados ao órgão governamental, além da observação das reuniões realizadas para discussão dessas pendências.

Como as famílias se encontram em um processo novo de reassentamento, é natural que surjam algumas inseguranças e até mesmo temor diante de um futuro desconhecido, no entanto, considera-se que as pendências de infraestrutura verificadas no interior da VPR só agravam esse cenário, no qual as famílias sentem receio de que assim como algumas ações ainda não foram concluídas, outras sejam paralisadas e outras nem iniciadas, gerando um clima de incerteza generalizado na população reassentada.

Quando questionados sobre o que mudou em suas vidas após a transferência para a VPR Negreiros, as respostas se mostraram muito subjetivas, possivelmente levando os entrevistados a realizar uma breve reflexão sobre tudo o que vivenciaram no transcorrer de quase um ano do processo de reassentamento. Verificou-se que o termo *saudade* foi recorrentemente utilizado. É possível imaginar o grau de mudança gerado na vida dessas pessoas, que tiveram de adaptar-se à nova realidade, em que cada reassentado guarda uma história de vida que se relaciona diretamente ao seu local de moradia, principalmente, nesse caso em que praticamente todos os dirigentes moraram a vida inteira no local anterior ao reassentamento: “Quando a gente passa ali perto de onde a gente morava e vê tudo abandonado, aquelas aroeiras, parecendo tudo um cemitério, ai chega dá um arrepio, credo. É muito triste, eu não gosto nem de passar lá” (Dirigente 6). “Lá era meu habitat natural, eu ainda não esqueci lá não. Às vezes eu fico sentada assim e pensando meu Deus lá era bem melhor. Então, eu não esqueci ainda, mas se Deus quiser” (Dirigente 4).



Quando questionado aos técnicos governamentais como percebem a postura dos moradores da VPR Negreiros em relação ao projeto São Francisco, eles enfatizaram os impactos emocionais e sociais exercidos sobre os reassentados, sendo um deles o sonho da água como solução para os problemas de baixa produtividade na região e também a questão dos desafios da convivência comunitária, confirmando os dados apontados pelos dirigentes.

Alguns técnicos deixaram clara sua própria visão sobre o projeto e mais especificamente sobre o que esperam para o futuro do reassentamento no PISF:

Eu espero assim, poder olhar pra trás e ver que essa foi uma proposta de reassentamento diferente de todas as outras em que as referências antigas é que: “Não, reassentamentos não dão certo. Tão fadados ao fracasso.” Mas eu acredito que esse vai ser diferente! Essa é a minha maior motivação.  
(Técnico 2)

Para compreender os impactos do processo de reassentamento sobre as famílias reassentadas, é imprescindível considerar as influências históricas, políticas, econômicas e sociais de um projeto de tão amplo escopo que envolve questões de interesse nacional e regional. É importante frisar que o fenômeno do reassentamento tem operado a reocupação do espaço rural, passando pela intensa mudança das áreas, o que coloca para seus habitantes e suas organizações, importantes impactos sociais e ambientais. Porém, por sua relevância e abrangência essas questões precisariam de um exame mais detalhado, extrapolando os objetivos do presente estudo.

De qualquer forma, considera-se importante lembrar que as obras do PISF, bem como a implantação das VPRs ainda se encontram em andamento, sendo natural e até certo ponto esperado que a adaptação dos reassentados leve um determinado tempo e dependa de uma série de acontecimentos. Tempo e acontecimentos, que, ao que tudo indica, ainda se mostram insuficientes para análises conclusivas, mesmo oferecendo pistas importantes quanto ao futuro do processo participativo na VPR Negreiros, objeto central desse estudo que será mais detalhadamente analisado no decorrer da dissertação.

### **Relação entre a associação, a sociedade e o Estado**

A associação da VPR Negreiros tem, desde a sua inauguração, estabelecido contato com vários agentes externos. Um evento que ficou marcado na história da Vila Negreiros foi a reunião convocada pela associação, em agosto de 2011, quando foram reunidos representantes de vários órgãos e entidades como a prefeitura Municipal de Salgueiro, o MI, o Exército, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Câmara de Vereadores de Salgueiro, durante a qual foram discutidos diversos assuntos de interesse dos moradores como o funcionamento dos equipamentos sociais, a segurança pública, as pendências na infraestrutura da VPR, entre outros.



Foto 3: Reunião entre a associação e representantes de vários órgãos e entidades.  
Fonte: MI/2011

A relação da associação com os principais parceiros – MI, Prefeitura Municipal de Salgueiro, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro - será mais bem explicitada a seguir.

## Relação entre a associação e os reassentados

Antes de tecer um panorama geral da relação da associação com os parceiros, é importante analisar a relação entre a associação e as próprias famílias da VPR.

**Tabela 11 - Relação entre a associação e as famílias da VPR**

<b>Importante</b>	<b>Número</b>
Boa	05
Razoável	04
<b>Total</b>	<b>09</b>

Ao avaliar a relação entre a associação e as famílias da VPR, cinco dirigentes a consideraram boa e quatro a consideraram razoável, não houve incidência de avaliação negativa, o que nos leva a concluir que a relação entre a associação e as famílias da VPR é harmoniosa. Reforçando essa argumentação, foi destacado também pelos dirigentes, durante a entrevista coletiva, que a relação com os moradores é proveitosa, tendo sido a criação da associação bem recebida pela maioria dos reassentados, como demonstrado na Tabela seguinte.

**Tabela 12 - Receptividade das famílias**

<b>Avaliação</b>	<b>Número</b>
Boa	05
Parcialmente boa	03
Ruim	01
<b>Total</b>	<b>09</b>

Durante a entrevista cinco dirigentes afirmaram que os moradores receberam bem a criação da associação; três responderam que parte da comunidade recebeu bem, com algumas ressalvas; e um afirmou que o recebimento da ideia por parte dos moradores foi ruim. Somando os que responderam haver boa receptividade por parte da comunidade com os que consideraram que a receptividade foi parcialmente boa, o fator positivo torna-se maioria.

Entre os fatores que apontam para a boa receptividade foi destacado que grande parte

da população a ser reassentada na VPR já tinha clareza de que a constituição da associação era importante para representar os seus interesses junto aos agentes externos e para conquistar maior visibilidade na sociedade.

Aí eu vejo que através da associação aquela comunidade é mais vista e a gente vai ter reunião com os políticos, as entidades, a gente leva os problemas da comunidade. Fica mais fácil chegar aos programas sociais. Fica mais fácil fazer um convite às autoridades, porque uma associação pode não ser muita coisa, mas quando chega um ofício da associação é mais visto do que as coisas individuais (Dirigente 2).

A literatura que trata do associativismo destaca como função da associação, além de agregar as pessoas, tornar o movimento visível perante os vários órgãos governamentais (ARGUMEDO, 1991; GASTAL, XAVIER E ZOBY, 2002; MERCOIRET E SPERRY, 2003; SCOPINHO, 2007). Essa realidade aparece como forte expectativa dos reassentados com relação à constituição da associação da VPR Negreiros.

Entre os que apontaram a receptividade das famílias como sendo parcialmente boa ou ruim, destacou-se o pouco entendimento por parte de alguns moradores das funções da associação e a falta de envolvimento nas atividades. Alguns dirigentes afirmaram que certos moradores chegam a se referir às atividades da associação como “besteira” ou um tipo de “brincadeira”, e até mesmo como “perda de tempo”. Esse fato aponta para a necessidade de um maior esclarecimento dos moradores da VPR sobre a importância do processo participativo e do comprometimento de todos para o alcance dos resultados.

Quando questionados se consideram que a associação representa os interesses dos associados, os dirigentes foram unânimes em responder que sim. Esse dado é interessante uma vez que os diversos autores estudiosos da democracia (AVRITZER E SANTOS, 2002; DAGNINO, 2004; NEVES, 2008) defendem a necessidade de uma articulação virtuosa entre democracia participativa e democracia representativa para que haja verdadeiro exercício democrático na sociedade.

No caso específico da associação da VPR Negreiros, constata-se que há a combinação de momentos de democracia participativa e de democracia representativa. No momento de tomada de decisões, quando a discussão dos temas e a votação são abertas à plenária, percebe-se um claro momento de exercício da democracia participativa. Quando os membros eleitos

buscam os agentes externos para representar os interesses dos associados, ganha destaque a democracia representativa.

Do ponto de vista quantitativo, a diretoria da associação sendo composta por 10 membros, equivale a quase 40% dos associados, que totaliza 26 membros, sendo 01 representante por cada família da VPR, sob esse aspecto a representação se mostra expressiva.

Quanto à força dessa representatividade, é interessante observar na questão da representatividade como os dirigentes associam a questão da organização em associação como forma de impor maior visibilidade da VPR frente à sociedade.

Representa sim. Porque eu acho assim, sem a associação como vai ficar este pessoal todo alheio sem saber de nada, sem saber pra onde vai, nem pra onde chega. Tem que ter a base tem que ter a associação que é a base de tudo, eu acho que sim (Dirigente 4).

Com certeza. Porque é como eu disse se não tiver a associação aqui a gente nunca vai ter nada, a gente nunca vamos existir, a gente vai viver aqui que nem um pé de planta que se não irrigar não cresce, não sai do lugar. Nós vai viver plantado ali, parado, porque ninguém vai ver que a gente existe. (Dirigente 6).

Aliado a isso, a resposta dos técnicos governamentais entrevistados confirmou a força dessa representatividade. Os técnicos ressaltaram que desconhecem por parte de algum dirigente a defesa de interesses que não estejam diretamente relacionados ao bom funcionamento da associação. “Sim. Representa porque a gente percebe que todos os assuntos tratados estão voltados para a melhoria da qualidade de vida. Não há interesses outros que não estejam voltados pra melhoria das condições de vida da população” (Técnico 3).

Reunir na associação, pessoas que antes viviam distantes entre si e agora dividem um mesmo espaço, certamente causa impactos sociais de amplitude que ainda não é possível mensurar, mas por outro lado, pode ser um rico aprendizado de troca de informações e de divisão de responsabilidades, que contribuam para a construção de um espaço democrático de participação dentro da VPR Negreiros. A participação dos moradores na associação será mais bem analisada posteriormente, de qualquer forma, acredita-se que a associação cumpre um

papel importante de definição do espaço coletivo no interior da VPR onde as situações cotidianas passam a ser comuns e demandam soluções pensadas conjuntamente.

### Relação entre a associação e o MI

A atuação do MI junto às famílias a ser reassentadas nas VPRs, por conta do próprio processo de reassentamento e da construção das obras, sempre foi muito próxima. Essa atuação se deu desde a época do cadastramento das famílias, passando pelas primeiras reuniões de esclarecimento dos critérios do reassentamento e da sensibilização sobre a importância da criação das associações no interior das VPRs, continuando atualmente por meio das capacitações, apoio socioeconômico e acompanhamento das ações.

A atuação do Estado como um dos principais incentivadores da formalização das associações é amplamente registrado na literatura que trata do tema, apontando para o aumento na institucionalização diretamente relacionado ao processo de redemocratização do Brasil e, conseqüente, institucionalização da participação (AVRITZER, 2004, 2009; GANANÇA, 2006; NEVES, 2008; SCHERER-WARREN, 2004). No caso de associações inseridas em projetos governamentais, esse fator é ainda mais comum, como é o caso das associações das vilas produtivas rurais do PISF. No centro da discussão, Ganança (2006), embora reconhecendo que haja exceções, defende que uma política de Estado de incentivo à parceria com associações civis, para a execução de políticas públicas, minimize o papel protagonista que pode ter a ação coletiva no tocante à ampliação democrática, à participação política e ao controle social e cogestão das políticas públicas. Além disso, o autor acrescenta que se pode dessa maneira, estimular uma perspectiva de atuação institucional não combativa, de parceria com governos, gerando uma dependência institucional com relação aos recursos públicos repassados, ameaçando, afinal, a autonomia da associação. Por outro lado, Avritzer (2004) ressalta que o incentivo do Estado à organização da sociedade civil melhora a sua participação na condução das políticas públicas e, conseqüentemente, os seus resultados. Além disso, considera que em áreas com menos acesso à renda e à educação, a sociedade civil ainda é pouco organizada, havendo necessidade de maior intervenção estatal na sua organização social, cujos efeitos garantiriam um melhor controle social das políticas públicas e uma equalização de formas de participação gerando feitos distributivos.

Demo (1996) destaca que a participação só será de fato efetiva quando os interessados forem sujeitos principais, aparecendo o Estado como instrumento de promoção, de motivação, de colaboração, e não como condutor ou mesmo dono do processo.

No contexto da Associação de Reassentados da VPR Negreiros por ser a desapropriação das terras e a consequente ação de reassentamento uma iniciativa governamental, considera-se importante o comprometimento do governo com os processos e resultados das organizações sociais formadas, por meio do desenvolvimento de ações que proporcionem recursos, incentivos e motivação aos agricultores para que suas organizações sejam fortalecidas, sendo grande, contudo, o desafio do Estado, no caso o MI, como órgão empreendedor, de não interferir na sua capacidade de autonomia.

**Tabela 13 - Relação entre a associação e o MI**

<b>Importante</b>	<b>Número</b>
Boa	05
Ótima	02
Razoável	02
<b>Total</b>	<b>09</b>

Sobre a opinião dos dirigentes quanto à relação do MI com a associação de Negreiros, dois avaliaram como sendo ótima; cinco como sendo boa; e dois como razoável; não houve incidência de avaliação negativa. Os dirigentes afirmam que de um modo geral o MI está sempre presente e disponível para tratar os assuntos de interesse da VPR. Merece destaque nos depoimentos os termos *aprendizagem e parceria*. “Eles são um setor de aprendizagem para a gente” (ENTREVISTA COLETIVA).

Eu acho uma parceria muito boa, porque esclarece tira muitas dúvidas da gente. O que a gente não sabe, eles tão prontos pra ensinar a gente. A gente tem muita dificuldade no trabalho, eles tão ao dispor da gente pra dar melhores esclarecimentos. Acho muito bom (Dirigente 7).

Olha eu avalio uma média boa, uma média boa. Por causa que a gente já teve muito aperreio, porque antes da gente conhecer o Ministério a gente fazia a coisa do jeito que dava pra fazer. Não tinha o conhecimento que a gente tem hoje, né. Muitos documentos, muitos processos como funciona na associação, então isso foi de bom proveito do Ministério com a associação (Dirigente 3).

Entre os que avaliaram a relação da associação com o MI como razoável, as queixas apontadas são a burocracia e a demora do órgão público na solução das demandas apresentadas pelos reassentados como as pendências já apontadas com relação à infraestrutura da VPR. E ainda, o receio de que o MI paralise as obras do PISF e deixe desassistidas as famílias das VPRs.

Ainda sobre a relação entre a associação e o MI, os técnicos governamentais também avaliaram como sendo positiva, classificando-a como “sadia e interessante” (Técnico 3). E destacam que, nos últimos meses, essa relação tem se tornado cada vez mais intensa, tendo a associação demandado com mais frequência o MI para tratar de vários assuntos de seu interesse, havendo um aquecimento das discussões entre as partes.

Os técnicos consideram que o fato de a população identificar pendências na VPR e cobrar soluções do órgão governamental é visto como positivo, na medida em que esse comportamento é esperado dentro da própria proposta socioeducativa desenvolvida.

(...) A proposta pedagógica é uma proposta que vai gerar nas pessoas um sentimento de cidadão, um sentimento de sujeito político dentro do processo, porque trabalham com informação, com conhecimento, e é natural que as pessoas percebam qual é o papel do MI, qual é o papel do prefeito, o papel do Estado, o papel do município, o papel do governo federal, e comece a cobrar porque ele vai se identificar como sujeito do processo e começa a cobrar o acesso à água, o acesso à educação, o acesso à cultura, o acesso ao lazer, o acesso à saúde (...) (Técnico 1).

Para Ganança (2006) e Demo (1996) a interação dos indivíduos no espaço participativo produz solidariedade e identidades comuns, agregando grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos, reivindicando reconhecimento e direitos perante a sociedade e o Estado.

Os técnicos deixaram claro que um dos principais objetivos do trabalho desempenhado pela equipe é no sentido de que a relação entre o MI e a associação de reassentados venha a ser de responsabilidade compartilhada, superando posturas assistencialistas e paternalistas. Nessa direção, o trabalho junto às associações é de estímulo para que os associados busquem, dentro da própria comunidade, soluções para os problemas comuns, além da identificação de outros parceiros, que não o MI, para apoiar os trabalhos da associação.



Na visão dos técnicos governamentais entrevistados, uma das ações mais importantes do MI junto às associações é a de sensibilizar os associados quanto à importância da participação e da organização social das famílias.

O que se precisou trabalhar muito mais do que a mobilização, foi a sensibilização. A sensibilização pra mostrar pra comunidade a importância de se organizar em associação. Mostrar que individualmente, ela não consegue muito, mas se ela estiver em grupo, ela tem tudo pra crescer, porque a reivindicação deixa de ser minha e passa a ser nossa (Técnico 2).

Ainda segundo os técnicos, uma das principais atuações do MI no processo de acompanhamento das associações é o de esclarecer os associados sobre a importância do associativismo, além de promover o estímulo e as orientações necessárias para a constituição e funcionamento das associações. Os técnicos enfatizam que esse acompanhamento é importante e necessário, até que a associação conquiste a autonomia necessária para atuar de forma independente.

Pelo depoimento dos dirigentes e dos técnicos governamentais, observa-se que muito do trabalho de acompanhamento é voltado para o esclarecimento dos procedimentos para o gerenciamento da associação, respondendo às exigências burocráticas impostas pela legislação que rege o associativismo no Brasil. No âmbito dessas exigências os técnicos reconhecem haver grande dificuldade dos membros da associação em assimilar toda a rotina burocrática, muitas vezes demonstrando insegurança diante de procedimentos administrativos complexos que inclui etapas difíceis, como elaborar projetos, realizar negociação, desenvolver planilhas de controle de entrada e saída de recursos, de materiais, de patrimônio, relatórios periódicos de prestação de contas, até a elaboração de atas. Na avaliação dos técnicos entrevistados, os problemas relacionados a esses procedimentos, muitas vezes complexos até para pessoas de mais estudo, são agravados pela dificuldade de leitura de boa parte dos dirigentes. Vários autores destacam que o excesso de burocracia imposta pela atual legislação, muitas vezes inibe a participação em associações, principalmente daquelas comunidades com menos acesso à informação e a recursos materiais, como é o caso de várias associações rurais. Gastal, Xavier e Zoby (2002) afirmam que a gestão das associações exigiu dos produtores, mais especificamente de seus líderes, a execução de atividades complexas até então desconhecidas. E acrescentam que, embora algumas associações estejam sendo administradas com relativa eficiência e alcançando resultados satisfatórios, outras mostraram muita

dificuldade para gerenciar o mesmo tipo de atividade, e outras, ainda, desestimuladas pelos insucessos abandonam determinadas práticas coletivas.

Scherer-Warren (1996) ressalta que a simples existência de uma estrutura associativa não significa necessariamente um avanço democrático. Para a autora, as associações civis são apenas estruturas formais que podem tomar certas configurações de acordo com a dinâmica social que as sustenta, podendo se mostrar mais democrática ou mais conservadora. Ou seja, a simples formalização das associações não garantiria o resultado democrático esperado do processo participativo.

Nesse mesmo sentido, Ganança (2006) ressalta que as inovações democráticas trazidas pela Constituição Federal de 1988, ainda não provocaram mudanças no marco legal do associativismo no Brasil e na relação das associações civis com o Estado Brasileiro, em termos democratizantes. Para o autor, a existência de uma verdadeira barreira legal e burocrática, aliada a uma legislação complexa que foi construída, impede que diversos grupos sociais encontrem formas de representação e expressão em espaços públicos institucionais de participação. O autor afirma que o excesso de burocracia exigido na formalização das associações dificulta a possibilidade de institucionalização de grupos populares, impedindo-os de ampliar a sua participação política no sistema democrático brasileiro.

A legislação civil deveria adaptar-se à nossa realidade social (e não o inverso), marcada por profundas desigualdades, e incentivar a organização política associativa de cidadãos e cidadãs, sem formatar a ação social em uma caixa fechada e eivada de sentidos, permitindo a livre expressão institucionalizada da criatividade organizacional e política dos/as brasileiros/as (GANANÇA, 2006, p. 113).

Para Sabourin (2001) a emergência das associações exigindo uma modernização das antigas relações de reciprocidade, exigiu dos agricultores o desenvolvimento de novas aprendizagens, que não se realizam sem tensões e conflitos. Por outro lado, o autor afirma que essas mesmas dificuldades podem, também, motivar os agricultores a encontrar soluções mediante a construção de novas regras, implementação de novas formas de organização e definição de novas ações.

Dentro da concepção do reassentamento, a proposta dos documentos técnicos do MI é de que a ênfase do trabalho junto aos reassentados deve ser voltada para a importância do processo participativo das famílias, sobretudo por meio do estímulo à formação e

funcionamento das associações (BORGES, 2010). A percepção apresentada pelos dirigentes da Associação da VPR Negreiros quanto à importância do apoio do MI nos trâmites burocráticos, talvez possa ser explicada pelo fato dessa ação apresentar resultados mais imediatamente identificáveis, respondendo a uma necessidade imediata das associações.

No caso da VPR Negreiros, considera-se que a atuação do MI por meio do apoio à associação no esclarecimento dos trâmites burocráticos é um componente importante e necessário, uma vez que responde às exigências impostas pela legislação e que possivelmente sem esse apoio a associação teria maiores dificuldades em exercer plenamente suas funções. No entanto, defende-se que o trabalho deve ser também direcionado para o fortalecimento do processo participativo da associação, para que essa venha a trabalhar de forma mais autônoma, buscando soluções coletivas para seus objetivos.

Assim, considera-se que o trabalho desenvolvido junto à associação no esclarecimento de questões administrativas para responder às exigências burocráticas é de fato necessário tendo em vista a dificuldade apresentada pelos dirigentes no desempenho dessas tarefas. Porém, é importante questionar se tamanho esforço no esclarecimento dessas questões não estaria de certa maneira, relegando a reflexão sobre a importância da participação no processo de tomada de decisões, onde a responsabilização conjunta pelas consequências, entre outros itens, despertem não só nos dirigentes, mas nos demais membros da associação o interesse em fazer parte do processo participativo, transformando a associação em um espaço de fato democrático.



Foto 4: Atividade em grupo desenvolvida durante capacitação realizada pelo MI  
Fonte: MI/2010

A partir da avaliação apresentada pelos dirigentes e dos depoimentos dos técnicos entrevistados, foi possível identificar uma postura profissional democrática dos técnicos governamentais que desenvolvem suas atividades junto às associações rurais do PISF como facilitadores do processo de aprendizagem. Em muitos momentos os técnicos utilizaram os termos “autonomia”, “aprendizagem”, “motivação” e “autoconfiança”, demonstrando entendimento do contexto participativo democrático, no qual estão inseridos, como colaboradores, e também uma preocupação direta com os resultados do processo participativo, mostrando-se comprometidos com as causas e com os interesses da população reassentada. É importante também observar que os técnicos demonstram um alto grau de motivação e um envolvimento positivo com o processo participativo, principalmente considerando que trabalhar na facilitação da aprendizagem junto a comunidades rurais não é uma tarefa fácil, exigindo dos profissionais grande dedicação, inclusive diante das dificuldades como acesso, clima e uso de metodologias alternativas de ensino.

Coelho (1984) ressalta que, em épocas anteriores, era comum os técnicos do governo apresentarem uma postura altamente impositiva, sendo os projetos impostos aos agricultores de cima pra baixo, e os mesmos vistos como incapazes de tomar suas próprias decisões e dirigir autonomamente suas organizações.

Autores como Demo (1996) defendem que os técnicos governamentais ao trabalhar com grupos sociais devem assumir posição de agente motivador, mobilizador, assessor. Nesse mesmo caminho, Silva (2009) defende ser necessário que o profissional ao trabalhar com grupos sociais busque se aproximar da realidade vivida pela população, valorizando o seu conhecimento e usando-o como ferramenta de trabalho, buscando o maior envolvimento da população no planejamento e execução das ações. Esse autor acrescenta ser necessário o conhecimento e a valorização da visão de mundo dos participantes, de sua própria existência e dos processos econômicos, políticos e sociais que os rodeiam, bem como o incentivo ao reconhecimento da sua inteligência e da sua capacidade de buscar solução para os seus problemas.

É óbvio que não se pode desconsiderar que os técnicos governamentais estão inseridos em um contexto sócio-político específico no qual são assalariados e estão a serviço do órgão empreendedor do PISF, não tendo, portanto a ingenuidade de pensar que apenas a vontade individual dos técnicos pode definir os rumos dos trabalhos, mas acredita-se que o fato dos profissionais entrevistados e que trabalham diretamente no acompanhamento das associações terem uma visão de participação democrática, que se aproxima do incentivo à sociedade em tomar parte na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, já se apresenta como um

avanço nos trabalhos desenvolvidos. Acrescido a isso, a todo o momento, os técnicos enfatizaram que esse é um trabalho de colaboração conjunta com a população e que nenhum resultado será percebido sem o envolvimento da mesma.

Eu acredito que estas atividades só vão gerar resultados se houver realmente a participação. A gente tá sempre colocando para as pessoas que enquanto técnicos ou enquanto instituição, a gente só está aqui por um período e que depois a gente vai sair, outras pessoas virão para os projetos e programas, e que a comunidade precisa se apropriar do que está sendo realizado, porque ela é a principal gestora destas ações, ela é que vai dar o encaminhamento, vai seguir em frente. Eu acho que a gente está sempre colocando a parceria e que nós enquanto técnicos de um órgão, somos facilitadores do processo e que os principais atores são os reassentados, a comunidade em si. Nós somos apenas colaboradores que estamos prestando serviços e a gente tem que primar para que ele seja executado da melhor forma possível (Técnico 2).

Faz-se relevante, também, observar que durante a entrevista os técnicos afirmaram acreditar nos resultados do processo participativo e na importância da organização social dessas famílias: “Bom primeiro dizer que eu acredito no associativismo, acredito que não tem outro caminho não, não tem, não tem (...)” (Técnico 3).

Relação entre a associação e a Prefeitura Municipal de Salgueiro

**Tabela 14 - Relação entre a associação e a prefeitura**

<b>Importante</b>	<b>Número</b>
Boa	03
Razoável	03
Ruim	03
<b>Total</b>	<b>09</b>

Quando questionados sobre a relação da associação com a Prefeitura Municipal de Salgueiro, as respostas foram bastante esparsas, havendo a incidência de três respostas para cada item referente a essa relação: boa, razoável e ruim. O que se pode apreender dos depoimentos dos dirigentes é que o prefeito municipal de Salgueiro apresenta uma postura política receptiva e aberta às manifestações da comunidade, Foi citado por alguns participantes como uma conquista na relação da associação com a Prefeitura o atendimento da reivindicação da coleta de lixo na VPR que foi efetivada logo após a transferência das famílias.

As principais queixas são relacionadas à prestação de alguns serviços pela prefeitura, como o transporte escolar, sobre o qual os reassentados se queixam dos atrasos e da má qualidade, sendo utilizado um transporte precário, muito comum na região. E ainda, o não funcionamento da escola e do posto médico da VPR, como citado anteriormente. Segundo ainda os depoimentos dos dirigentes, a prefeitura alega não poder oferecer maiores benefícios à comunidade devido a não instalação dos lotes produtivos na VPR, mediante os quais seriam disponibilizados serviços voltados para o incentivo da produção rural.

#### Relação entre a associação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro

Na relação da associação com a sociedade, fica enfatizada a parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, que atua no esclarecimento da população sobre seus direitos e apoia, quando necessário, a articulação com outros atores, como o MI. Os dirigentes foram unânimes em apontar o sindicato como sendo o principal parceiro da associação desde a época da antiga residência na região do Mulungu. O apoio prestado pelo sindicato, segundo depoimentos dos dirigentes, seria o encaminhamento dos agricultores e de suas famílias para benefícios sociais como licença-maternidade, aposentadoria e *Seguro Safra*, auxílio governamental que os produtores rurais recebiam no antigo lugar de moradia para cobertura de prejuízos, em caso de perda de safra por seca ou por excesso de chuva.

Além disso, o sindicato apoiaria a associação de reassentados na realização de reuniões, esclarecimento de dúvidas, atuando também como interlocutor entre a associação e o MI, assessorando, inclusive, a elaboração de documentos como ofícios e requerimentos. “Assim, eles tiram muitas dúvidas da gente. Quando tem reunião com o ministério mesmo,

eles respondem muitas perguntas que a gente não sabe responder, eles ajuda, dá a resposta à gente. E sempre tão disposto a nos ajudar” (Dirigente 7).

Não foi identificado na fala dos dirigentes, parceria com nenhuma outra entidade da sociedade, nem mesmo ficou visível haver articulação entre a associação da VPR Negreiros e as associações das demais VPRs, havendo apenas o relato de alguns poucos contatos ocasionais, sem maiores repercussões. Talvez falte ainda clareza do possível fortalecimento que essas associações possam vir a adquirir caso se unam na luta pelo atendimento de suas demandas que, ao que tudo indica, são comuns a todas, podendo contudo, se tornar uma realidade futura.

É preciso considerar que até pelo pouco tempo de constituição, a associação da VPR Negreiros ainda está em processo de identificação e estabelecimento de parcerias, sendo natural que os contatos mais diretos estejam mais voltados para os órgãos responsáveis por fazer funcionar boa parte da estrutura da vila, como o MI e a Prefeitura Municipal de Salgueiro e, ainda, entidades de apoio já tradicionais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro. No entanto, considera-se importante que a associação amplie seus horizontes e busque novas parcerias que possam potencializar as suas ações e o alcance dos resultados. Possivelmente, essa realidade poderá concretizar-se mais plenamente quando do início das atividades produtivas, ampliando o leque de instituições que oferecem apoio na execução dessa atividade.

É possível constatar que a realidade vivenciada pela associação da VPR Negreiros encontra-se muito distante da discussão atual sobre a organização dos movimentos e associações em redes (SCHERER-WARREN, 1999, 2009; GOHN, 2008). Ainda mais por ser a internet, segundo os autores estudiosos do tema, uma das formas de contato mais utilizadas pelas redes de movimentos sociais, sendo o seu acesso uma realidade alheia à boa parte da população rural nordestina, o que inclui a associação da VPR Negreiros. Entretanto, essa pode vir a ser uma tendência futura, uma vez que vários dirigentes externalizaram o desejo de adquirir um microcomputador para a associação e, aos poucos, o acesso à rede mundial passa a ser uma realidade também presente na zona rural brasileira.

## **CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DEMOCRÁTICO NA ASSOCIAÇÃO DOS REASSENTADOS DA VPR NEGREIROS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS**

### **Principais lideranças**

Sobre a questão da liderança foi unanimidade tanto entre os dirigentes da associação, quanto entre os técnicos entrevistados, que a principal líder desde a época da associação do Mulungu é a atual presidente da Associação dos Reassentados da VPR Negreiros. Como já exposto no histórico da associação, a mesma já havia sido presidente da associação do Mulungu por duas vezes, estando em seu primeiro mandato na recém-constituída associação da VPR Negreiros, somando sete anos ao todo. Foi também enfatizada na fala dos entrevistados, a atuação da presidente como sendo a principal responsável pelo contato junto às instituições parceiras e pelo encaminhamento das demandas.

Esse cenário foi observado nos vários momentos em que participei de atividades junto aos reassentados da VPR Negreiros, desde antes da transferência, ficando notória a atuação da presidente da associação sempre questionadora e interessada pelos assuntos relacionados à vila. Até mesmo entre as lideranças das várias VPRs, a presença da presidente da associação de Negreiros sempre teve destaque.

A representatividade dessa liderança ficou visível quando ela foi convidada pelo MI para discursar em nome dos reassentados das VPRs Negreiros, Captação, Uri e Pilões, em um grande evento, realizado em dezembro de 2010, para inauguração das VPRs, que reuniu a comunidade local e várias autoridades públicas, com destaque para Lula, Presidente da República à época, que fez a entrega das chaves das casas aos reassentados.

Durante a entrevista coletiva alguns dirigentes relataram a satisfação que sentiram em ser representados pela presidente da associação no evento de inauguração das vilas produtivas, sendo ressaltado no depoimento de um deles: “O Lula representava todos os brasileiros e a presidente da nossa associação representava todos os reassentados” (ENTREVISTA COLETIVA).





Foto 5: Inauguração das VPRs Negreiros, Uri, Pilões e Captação com a presença do presidente Lula  
Fonte: MI/2011

Alguns dos termos usados pelos dirigentes para definir a atuação da presidente foram “esforçada”, “desenrolada”, “ajuda”, “toma a frente”. Por outro lado, foram apontadas também algumas críticas, principalmente quanto à postura considerada ainda centralizadora da presidente, com alguns entrevistados declarando sentir necessidade de maior divisão das responsabilidades entre os membros da direção, além de maior espaço nas decisões e maior discussão dos assuntos.

Os autores estudiosos dos processos de organização social consideram que o questionamento do papel das lideranças é natural. Neves (2008), em sua pesquisa sobre o orçamento participativo, observa que as relações de poder e conflitos de representação são pressionadas pela possibilidade do aparecimento de novas lideranças que disputam espaço político, tornando difícil por vezes, para as lideranças tradicionais, aceitar novos atores que ganham força política, na medida em que se envolvem no processo de tomada de decisões.

Os técnicos governamentais ressaltaram a importância da atuação da atual presidente para a constituição e andamento da associação, porém, confirmaram haver por parte da mesma uma postura por vezes centralizadora. Os técnicos associam esse comportamento à herança deixada por algumas associações antigas, onde o líder assumia toda a responsabilidade pelas decisões. Por outro lado, essa mesma cultura fez com que muitos

associados se acomodassem diante dessa situação, reforçando a cultura associativa tradicional. Os técnicos consideram que essa postura de pouco compartilhamento das responsabilidades dificulta o processo de participação, ocasionando uma sobrecarga da presidente e gerando insatisfação e dificuldades dos demais dirigentes em exercer suas funções.

Como eu falei centralizadora, e acredito que tem dificuldade de delegar. Como eu falei, ela já incorporou esta situação de gestora sozinha, quando dividindo as tarefas seria bem mais fácil e mais representativo. Você chegar com uma comissão de Negreiros é diferente de você chegar uma pessoa só, mesmo que seja o presidente, então eu acho que ainda existe este problema sério que tem que ser resolvido (Técnico 3).

Por outro lado, alguns entrevistados identificaram mudanças importantes no processo participativo, com os próprios dirigentes compreendendo melhor seu papel e reivindicando mais espaço, no sentido de contribuir para a continuidade das ações e para o fortalecimento da associação. Além do que, a própria presidente tem-se mostrado mais aberta ao compartilhamento das responsabilidades. O depoimento abaixo reforça esse aspecto:

Assim, porque ela (a presidente) é muito resolvida, assim ela corre atrás e ajuda bem mesmo. Só que agora a gente já tendo o conhecimento também, botando a mente mais pra pensar e nós já tamo ajudando a ela, não é muito, mas pouca coisa nós já tamo ajudando também, nós já tamo correndo atrás (Dirigente 7).

A questão clássica na literatura sobre o surgimento de novas lideranças e o questionamento de lideranças antigas na medida em que o processo participativo avança, fica evidenciada na pesquisa. Sob esse ponto de vista, o questionamento das lideranças tradicionais na associação da VPR Negreiros pode demonstrar que a associação encontra-se em processo de amadurecimento. Nesse cenário, é esperado que os novos líderes cobrem maior divisão das tarefas, o que pode levar a resultados futuros favoráveis que contribuam para a maior responsabilização dos dirigentes e o maior compartilhamento dos resultados. A emergência de novas lideranças na vila Negreiros é confirmada na Tabela seguinte.

**Tabela 15 - lideranças emergentes na associação**

<b>Lideranças emergentes</b>	<b>Número</b>
Vice-Presidente	4
Não identificou	3
Vice-tesoureira	2
Tesoureira	1
Dirigentes da associação	1
	<b>11</b>

Observação: O número de respostas é superior ao número de entrevistados por se tratar de respostas múltiplas

Sobre as lideranças emergentes do processo participativo inaugurado com a constituição da associação da VPR Negreiros alguns dirigentes destacaram-se por sua atuação e compromisso com a associação. Nesse sentido, quatro dos entrevistados apontaram o nome do vice-presidente da associação; dois apontaram a vice-tesoureira; um apontou a tesoureira; outro apontou a diretoria como um todo, sem citar nomes; três dirigentes não identificaram outras lideranças além da presidente da associação.

Na mesma direção, os técnicos governamentais apontaram como lideranças emergentes o vice-presidente, a tesoureira e a sua vice. A frequência de repetição dos mesmos nomes ao longo das entrevistas não deixa dúvidas de que é possível identificar na associação da VPR Negreiros o surgimento de novas lideranças que, aos poucos, estão se destacando no cenário e se mostrando empenhadas em aprender e em dividir as responsabilidades entre os diretores da associação. Durante a entrevista coletiva, e nas reuniões que participei após a institucionalização da associação, foi notório o destaque na atuação de alguns dirigentes, diferente das primeiras reuniões, onde embora houvesse algumas intervenções dos participantes, a fala recaía principalmente na pessoa da presidente, o que reforça a constatação da emergência de novas lideranças oriundas do processo participativo da associação.

Os técnicos consideram que as atividades de sensibilização e de capacitação realizadas pelo MI e o desenvolvimento das próprias atividades pela associação, contribuíram para que os dirigentes desenvolvessem um maior entendimento da importância de sua atuação e, aos poucos, assumissem seu papel de liderança no compartilhamento das responsabilidades.

Quando questionados se haveriam lideranças na VPR que não estivessem inseridas na diretoria da associação, os entrevistados foram unânimes em responder que não.

Essa realidade, porém, leva a refletir sobre o alcance dos esforços que estão sendo investidos no envolvimento dos demais associados no processo participativo da associação, pois, da mesma forma que entre os dirigentes foi possível despertar o surgimento de novas lideranças, acredita-se que os mesmos resultados poderiam ser percebidos, caso as ações de apoio aos dirigentes no exercício das funções associativas fossem socializadas entre os demais membros da associação. Talvez houvesse a necessidade de se fazer esse trabalho mais direcionado aos dirigentes no primeiro momento de constituição da associação, mas considera-se importante que, no decorrer do trabalho, sejam desenvolvidas atividades que estimulem a participação dos demais reassentados e que contribuam para o possível surgimento de novas lideranças.

Considera-se que, ainda é muito cedo para prever se haverá alternância ou rotatividade entre os dirigentes no cargo da associação, porém é possível, neste momento, valorizar as primeiras conquistas expressas no maior comprometimento dos dirigentes e na assimilação do seu papel de liderança na VPR. Defende-se que é imperioso estimular a atuação dessas lideranças e o surgimento de novas, para que mais reassentados se sintam chamados a se envolver ativamente no processo, tornando a associação um espaço de exercício democrático e de participação efetiva.

### **Processo participativo**

No intuito de analisar se é possível a constituição de um espaço democrático participativo na associação da VPR Negreiros, foi elaborada uma questão para conhecer as atividades desenvolvidas pela associação até o momento. Os entrevistados foram unânimes em apontar a realização de reuniões como sendo a principal ação. As atas da associação demonstram que, durante as reuniões, os principais assuntos desenvolvidos foram a prestação de contas da associação, a infraestrutura da vila, o funcionamento dos equipamentos coletivos, além de assuntos relacionados ao convívio social. Os depoimentos demonstram que as discussões são intensas, havendo forte debate e apresentação de questionamentos, principalmente quando os associados discutem formas de garantir o atendimento de suas demandas junto aos órgãos governamentais e buscam soluções conjuntas para as questões de convivência entre os moradores.

A partir da análise dos depoimentos, constatou-se a predominância na reunião dos assuntos relacionados ao funcionamento e à gestão da área urbana da VPR, apontando para a caracterização da VPR Negreiros mais voltada para o que alguns autores denominam de associativismo de bairro (AVRITZER, 2004; SCHERER-WARREN 1996, 2004; GANANÇA, 2006).

As associações de bairro orientam-se basicamente por princípios de defesa de suas comunidades, preocupam-se em resolver problemas relativos às carências urbano-sócio-espaciais. No ponto de vista organizativo, esforçam-se para ampliar as bases da participação cidadã e para abrir espaços mais eficientes de negociações e parcerias com o poder público municipal (SCHERER-WARREN, 1996, p.38).

A autora acrescenta que o associativismo de bairro é formado por entidades locais, espacialmente referenciadas a um bairro ou comunidade residencial, possuindo certo grau de institucionalização (estatuto, regimento, cargos de direção). Tem a finalidade de produzir melhorias de infraestrutura urbana, de bens e serviços públicos urbanos e/ou qualidade de vida de uma determinada localidade, contando com a participação de seus moradores. Apesar dessa definição se referir basicamente a associações urbanas de bairros, é possível identificar várias das características atuais da associação da VPR Negreiros. Entretanto, é importante salientar, que tanto no estatuto da associação, como nos vários pontos das entrevistas, foi expressa a perspectiva de no futuro a associação trabalhar para a produção e comercialização coletiva, assumindo assim, também, características de associação produtiva rural.

Nesse sentido, é importante considerar que o meio rural, muitas vezes marcado pelo distanciamento físico entre as propriedades, tem no reassentamento uma forma de aproximação social das famílias que se veem diante da responsabilidade de gerenciar equipamentos coletivos, além de estabelecer regras para o convívio social, isso naturalmente justifica que a associação, sobretudo neste momento de instalação da VPR, assuma majoritariamente a função de associação de bairro nos moldes definidos pelos autores estudados. Por outro lado, por se tratar de produtores rurais, é também natural que se alimente a perspectiva de no futuro a associação se consolidar como um meio de promover a produção coletiva, garantindo o acesso dos produtores aos programas de incentivo governamental e fortalecendo sua comercialização diante de um mercado cada vez mais exigente e competitivo. É importante destacar que no mundo rural os aspectos sociais e de trabalho

encontram-se nitidamente relacionados, sendo muito comum nas associações do nordeste o acúmulo dessas duas características. (OLIVEIRA, 2006; SABOURIN, 2001; SPERRY, 1999; TANEZINI, 2004).

Foi perguntado também aos dirigentes se além das reuniões da associação haveria outras formas de agrupamento social na VPR. As atividades religiosas foram apontadas tanto pelos dirigentes como pelos técnicos entrevistados, como sendo a principal atividade para reunião dos reassentados, além da associação. Entre as atividades desenvolvidas, os entrevistados destacaram a celebração da missa, realizada no último domingo de cada mês, na sede da escola ou na casa de algum reassentado, tendo sido mais comumente celebrada nas residências. Há também o *terço da família*, que acontece todos os sábados, quando algumas famílias se reúnem para a oração do terço em uma das residências da VPR. E ainda, a devoção à *Mãe Rainha*, ritual onde uma imagem de Nossa Senhora fica 24hs em cada uma das casas das famílias que seguem a devoção, sendo o dia 18 de cada mês chamado de *dia da aliança*, quando as famílias participantes se reúnem para rezar o terço na casa onde estiver a imagem. No projeto básico das VPRs foi reservada área para a construção de templos religiosos. No caso da VPR Negreiros, a comunidade optou por destinar o espaço para a construção de uma capela católica que pretendem construir em regime de mutirão, prática muito comum na zona rural.

Quando perguntados como se dá a participação dos reassentados nesses eventos religiosos, os entrevistados afirmaram que a presença na missa é expressiva, destacando-se as mulheres. No caso do terço semanal, a frequência já é menor, comparecendo cerca de dez pessoas. E do ritual da Mãe Rainha somente algumas famílias participam. A presença e o envolvimento da comunidade nas celebrações católicas confirmam a influência que a religião exerce no meio rural. É importante observar que, segundo os depoimentos, as práticas religiosas apenas tiveram seu início com a transferência das famílias para a VPR, possivelmente não sendo realizadas no antigo local de moradia, devido à distância entre as casas. Isso leva a identificar essas manifestações religiosas como inauguradoras de uma nova forma de sociabilidade entre as famílias, provocada pelo processo de transferência.

É frequente na literatura que trata dos movimentos organizados da sociedade, a presença marcante da religião, sobretudo católica, na criação e no incentivo dos movimentos sociais, sendo em algumas regiões do Brasil um dos principais modos de associativismo (AVRITZER, 2004; GANANÇA, 2006; SCHERER-WARREN, 2004). No caso da VPR Negreiros, a forte presença da religião católica fica evidenciada, embora não haja indícios de uma intervenção direta da igreja nas atividades da associação, aparentando ser a intervenção

na vila apenas religiosa, embora não haja elementos suficientes que possibilite uma análise mais profunda dessa questão.

Alguns dirigentes citaram como atividade de lazer a prática do futebol no campo e na quadra da VPR, porém, a mesma foi citada como uma atividade secundária, como um passatempo praticado somente pelos homens (crianças, jovens e adultos), aos finais de semana.

Não foi apontada a realização de outras atividades como profissionais, culturais ou de lazer, ficando a expectativa de que, no futuro, a associação possa descobrir outras vocações e oportunidades. O que se pode apreender é que os principais laços que unem as famílias da VPR Negreiros são os de parentesco e religioso, e que essas esferas, estando intimamente relacionadas entre si, com certeza influenciam a forma de vida e de convivência dos reassentados.

**Tabela 16 - Principais decisões tomadas pela associação**

<b>Decisões</b>	<b>Número</b>
Não identificou	4
Segurança	2
Computador	2
Compra das cadeiras	1
Coleta do lixo	1
Demanda por transporte escolar	1
Demanda pelo funcionamento da escola	1
Demanda pelo funcionamento do posto de saúde	1
Demanda por água	1
Sem resposta	1
<b>Total</b>	<b>15</b>

Observação: O número de respostas é superior ao número de entrevistados por se tratar de respostas múltiplas

Em relação às principais decisões tomadas até o momento pela associação, quatro entrevistados, ou seja, quase a metade dos dirigentes, não identificou nenhuma; dois dirigentes destacaram como uma das principais decisões, as soluções encontradas para os problemas de segurança identificados na VPR Negreiros; dois identificaram a compra do

computador, apesar de essa ser ainda uma ação que vem sendo discutida em assembleia. As outras decisões apresentaram a incidência de um apontamento para cada, são elas: a aquisição de cadeiras para a associação; a coleta de lixo; a demanda junto à Prefeitura Municipal de Salgueiro para o funcionamento da escola, do posto de saúde e a melhoria do transporte escolar; a reivindicação junto ao MI para o aumento no volume da água fornecida pelo carro pipa que abastece a vila; não soube responder.

O fato de boa parte dos entrevistados não ter identificado decisões tomadas e outra parte ter identificado predominantemente decisões que se referem a demandas com perspectivas futuras de atendimento, chama a atenção para a dificuldade de alguns dirigentes em reconhecer a associação como um espaço decisório participativo, talvez pelo pouco tempo de constituição da mesma, quando naturalmente os resultados de algumas ações demoram a ser percebidos. É importante acompanhar o processo de modo a perceber se os resultados aparecerão com o tempo e com o desenvolvimento das ações, do contrário, possivelmente a associação terá de repensar suas estratégias sob pena de que a falta de resultados práticos desestime a participação.

Tabela 17 - participação dos associados

<b>Importante</b>	<b>Número</b>
Boa	06
Ruim	02
Regular	01
<b>Total</b>	<b>09</b>

A Tabela acima mostra um panorama geral da avaliação dos dirigentes sobre a participação dos associados. Seis entrevistados afirmaram considerar a participação dos reassentados como sendo boa; dois como ruim e um como regular, demonstrando haver uma avaliação positiva por parte da maioria dos dirigentes. Do ponto de vista da frequência nas assembleias, reuniões e capacitações, tanto nos relatos dos dirigentes quanto nos registros técnicos, foi constatado um número expressivo de participantes presentes nesses eventos, ou seja, cerca de 80% dos representantes, segundo registrado nas listas de presença. Sobre isso, é interessante observar que, no momento anterior à transferência, já era verificada uma boa frequência por parte dos reassentados, no entanto, havia certo receio de que a frequência fosse motivada somente pelo interesse das pessoas em obter informações sobre o processo de reassentamento e que, após a mudança das famílias para a VPR, houvesse diminuição na participação. Contudo, foi verificado que a frequência dos reassentados manteve-se estável.



Essa constatação foi reforçada pela fala de um dos dirigentes: “Sempre participam. Quando não vem o homem da casa, vem a mulher. É uma coisa que a gente até admira deles vir assim mesmo. Mesmo com aquela falta de vontade, mas tão vindo, tão sempre participando” (Dirigente 3).

Quanto ao nível dessa participação, o que se pode apreender dos depoimentos e das observações em campo é que nas reuniões alguns membros participam mais ativamente e outros ficam mais passivos. Esses últimos, os moradores apelidaram de “*participante lagartixa*”, que segundo definição deles próprios, seria aquele associado que diante de tudo o que se coloca apenas “balança a cabeça”, aparentemente concordando, mas deixando em dúvida os demais participantes.

Sobre a participação na associação da VPR Negreiros, os técnicos entrevistados foram unânimes em reconhecer que, mesmo fazendo parte de um cenário novo, a participação já apresenta alguns avanços significativos, como a demonstração de um maior entendimento, sobretudo por parte dos dirigentes, da importância de participar coletivamente e de compartilhar responsabilidades. Os técnicos observam que o grau de engajamento dos associados nas reuniões e capacitações vem crescendo, tendo os reassentados se posicionado mais, discutindo melhor os assuntos e propondo soluções, novamente com destaque para a atuação dos dirigentes da associação.

(...) A gente vai vendo mudanças de uma reunião pra outra. E eles começam a participar mais ativamente, a questionar porque isto, porque aquilo. Dá opinião, porque antes nas primeiras reuniões a gente ficava buscando a opinião deles e quase não saía nada. Então agora a participação é muito mais ativa. Você vê quando a gente forma grupo de trabalhos, que a gente fica assim, de fora, meio que supervisionando e a gente vê que a participação não fica só numa pessoa à frente que saiba escrever, quer dizer as outras pessoas começam a interagir. Eu acho que houve uma evolução (Técnico 3).

Entre os dirigentes que avaliaram a participação dos associados como ruim ou regular uma das queixas apresentadas diz respeito ao problema de parte dos associados não entender a importância da realização das assembleias, demonstrando desinteresse pelos assuntos tratados e tentando restringir a sua presença apenas à assinatura da ata e ao pagamento da mensalidade. “Muito agitado, não querem escutar as coisas que a presidente está conversando, é só chegar, pagar e assinar. Não, não é só assim” (Dirigente 6). Outra queixa apresentada foi quanto às críticas que os dirigentes recebem de alguns associados, sobretudo daqueles que

menos participam da tomada de decisões. Esse cenário tem gerado insatisfação por parte de alguns dirigentes que se queixam do excesso de responsabilidades, além de perceber o não comprometimento com as decisões por parte de alguns associados.

As conquistas aqui dos moradores eu já acho um pouco meia devagar, por causa que enquanto só nós os membros da associação corre atrás, tem os moradores que tão muito desatualizado nas atividades, porque muitas vezes ao invés de ajudar, eles criticam, aí já vai tirando a força de vontade até de quem tá lutando (Dirigente 3).

Se por um lado, a participação mais efetiva dos dirigentes constituiu-se em um avanço e um fator positivo no processo participativo da associação, por outro, chama a atenção o fato desse avanço não ter se disseminado na mesma proporção entre os demais associados. Esse quadro coloca algumas questões para o processo democrático participativo iniciado na associação da VPR Negreiros, uma vez que se entende que todos os membros da associação deveriam estar diretamente envolvidos no processo. Os autores estudiosos da democracia participativa ressaltam que para ela ser efetiva é necessário um compartilhamento efetivo do poder de decisão entre os participantes na formulação e direcionamento/execução das ações (AVRITZER E SANTOS, 2002; BRANDÃO, 1997; NEVES, 2008). Para Pateman (1992) alguns aspectos fundamentais da participação na concepção democrática participativa é que os indivíduos tomem parte do processo decisório coletivo, gerando um sentimento de pertencimento de cada cidadão à sua comunidade ou grupo organizado. No caso da VPR Negreiros, isso tem sido notado mais explicitamente no caso dos dirigentes da associação, mas o engajamento mais efetivo dos demais sócios ainda se mostra como um desafio. Considera-se urgente e necessário o incentivo e a sensibilização de todos os associados quanto à importância da participação, de forma a promover o maior envolvimento e o alcance dos resultados de forma mais efetiva.

Para os autores estudiosos da democracia participativa para que esse sistema realmente se efetive é necessário o compartilhamento do poder de decisão entre os vários sujeitos envolvidos e a sua participação ativa na formulação e no direcionamento/execução das ações. Assim, considera-se importante que o processo participativo evolua e envolva os demais dirigentes e associados, para que os resultados sejam compartilhados e as conquistas mais democraticamente distribuídas.

## Principais conquistas e dificuldades

**Tabela 18 - Principais conquistas dos moradores durante o processo participativo**

<b>Avaliação</b>	<b>Número</b>
Não identificou	05
Coleta do lixo	01
União	01
Participação	01
Aprendizado	01
<b>Total</b>	<b>09</b>

A não identificação de conquistas no processo participativo da associação teve como incidência cinco respostas, o que representa mais da metade dos dirigentes entrevistados. Esse dado coincide com os dados da Tabela 16, em que ficou demonstrado que quase a metade dos dirigentes não consegue identificar decisões tomadas na associação, o que mais uma vez coloca o alerta para os resultados das ações.

Entre os que indicaram conquistas, apenas um apontou uma conquista material que foi a questão da coleta de lixo. As demais conquistas se referiram a questões subjetivas, tendo dois dirigentes apontado conquistas como a maior união entre os membros da associação, e outro o aumento da participação, além de outro que apontou o próprio aprendizado. Esses dados revelam a assimilação de ganhos participativos que vão além das conquistas materiais. Alguns autores afirmam que os ganhos subjetivos são uma das principais conquistas do processo participativo (DEMO, 1996; GANANÇA, 2006; PATEMAN, 1992). Sobre o processo de aprendizagem, Demo (1996) ressalta que a participação possui um caráter pedagógico, assumindo um sentido sócio-educativo, e acrescenta que a participação em si já é

uma conquista, pois estimula os participantes a buscar soluções para os problemas do dia a dia de forma coletiva e autônoma.

Considera-se, assim, que além do convívio social na associação ser uma excelente forma de troca de conhecimento é uma oportunidade de aprendizado mútua entre os participantes. Reitera-se, porém, que os ganhos subjetivos devem estar atrelados às conquistas materiais sob pena de haver desestímulo à participação.

Os técnicos entrevistados, por sua vez, identificaram conquistas tanto objetivas quanto subjetivas no decorrer do processo participativo na associação da VPR Negreiros. Do ponto de vista subjetivo foi confirmada a maior participação dos associados, aliada à maior capacidade desses em articular-se e demandar junto a agentes externos (MI, Prefeitura) soluções para os problemas identificados.

(...) Uma delas é a comunidade se perceber como sujeito do processo, eu acho que isso é uma conquista. É uma conquista que ela não é palpável, né, mas acho que é importante. O segundo é que a comunidade, ela consegue demandar, consegue se mobilizar. Eu acho que essas são as principais conquistas do ponto de vista humano (...) (Técnico 1).

Eu acho que as maiores conquistas são aquelas que vêm do conhecimento, assim, da consciência de que eu posso mudar uma realidade a partir do momento em que eu me juntar com outras pessoas. Então, na área subjetiva a gente pode ver a questão mesmo do despertar. A consciência da importância da organização como uma grande conquista (...) (Técnico 2).

Do ponto de vista material foi apontada pelos técnicos a compra das cadeiras, o aluguel do prédio da associação<sup>3</sup> e a tomada de providências conjuntas para garantir a segurança na VPR.

Embora se reconheça que os ganhos subjetivos como a união, a cooperação e o aumento da participação sejam de fato importantes, acredita-se que eles precisam estar atrelados a conquistas materiais concretas, como forma de motivar a participação. No caso da VPR Negreiros, devido a seu pouco tempo de instalação, acredita-se que os resultados materiais virão no futuro e colaborarão para potencializar ainda mais os ganhos subjetivos da participação na associação em um círculo virtuoso que contribua para a consolidação de um espaço democrático na associação.

---

<sup>3</sup> O prédio da associação foi alugado para a empresa responsável pelo cercamento da VPR Negreiros, por meio de contrato feito entre a associação e a empresa.

**Tabela 19 - Principais dificuldades dos moradores durante o processo participativo**

<b>Avaliação</b>	<b>Número</b>
Baixa participação	05
Individualismo	03
Baixa escolaridade	01
Não identificou	01
<b>Total</b>	<b>10</b>

Observação: O número de respostas é superior ao número de entrevistados por se tratar de respostas múltiplas

As respostas sobre as principais dificuldades identificadas pelos moradores no processo participativo coincidem com a opinião de alguns dirigentes, demonstrada na Tabela 17, que consideraram a participação dos reassentados como sendo regular ou ruim, sendo as principais dificuldades a baixa participação dos associados, apontada por cinco participantes; o individualismo de alguns membros, apontado por três participantes; um dos entrevistados destacou a baixa escolaridade dos membros e outro não identificou dificuldades. Nota-se que a maioria das respostas concentra-se no pouco envolvimento dos sócios no processo participativo da associação, fato registrado em vários pontos da entrevista.

A baixa participação e o individualismo por parte de alguns moradores foram também apontados pelos técnicos governamentais como dificuldades ao processo participativo, referindo-se ao fato de alguns moradores preferirem ficar à margem do processo. Os técnicos associaram esse comportamento ao contexto histórico vivenciado por diversas associações na região nordeste, que não apresentavam em si um caráter participativo, pois muitas atuavam em defesa de interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos, marcadas com ações como desvio de verba ou uso do nome da associação para atos escusos. Tudo isto teria gerado um grau de desconfiança generalizado diante do associativismo, o que dificulta a participação. Percebe-se que as novas formas de organização social nos moldes democrático e participativo enfrentam tensões com culturas políticas antidemocráticas, associada ao clientelismo, ao personalismo e ao favor (DAGNINO, 2004; NEVES, 2008).

Nessa mesma direção, Sperry (1999) destaca que muitas das dificuldades apresentadas pelas organizações de produtores rurais se relacionam ao legado histórico deixado por antigas organizações sociais, muito comuns no sertão nordestino, em que as inovações participativas

esbarravam em práticas políticas antidemocráticas e autoritárias marcadamente enraizadas na sociedade. Para a autora, a organização social no meio rural é, na verdade, um fenômeno cultural antigo, apenas o formato de associação é que apresenta algumas novidades, administrando velhas e novas formas de poder.

(...) Como também algumas experiências não bem sucedidas no nordeste de associações implantadas pelos governos militares que suprimiram do associativismo em geral, cooperativas, associações, sindicatos, algumas partes interessantes destes movimentos, que tem a ver com princípios, com virtudes que ajudam na organização social deste povo. Então hoje, a gente sente por conta dessas experiências não bem sucedidas que as pessoas às vezes têm receio de participar de associações. Então, eu culpo muito o Estado de direito, não o atual, que se configura como um governo mais democrático, mas principalmente os governos do passado, que deixaram aí esta herança terrível, de assombração de como lhe dá com o associativismo como instrumento de mudança e de organização do povo (Técnico 1).

A questão da baixa escolaridade, apesar de ser apontada como uma dificuldade por apenas um entrevistado, foi um tema presente em diversas entrevistas apontado como fator limitante ao entendimento e desempenho das atividades administrativas inerentes ao funcionamento da associação, embora alguns dirigentes reconheçam que essa limitação não inviabiliza a participação dos reassentados.

Eu digo: Bom, eu não tenho a minha leitura boa, que eu só estudei até a terceira série. Então, eu não sei quase nada, mas se quiserem que eu entre, tô dentro. Eu não me arrependi não, mas eu acho que a pessoa pra participar disto ela tem que ter estudo, bem estudo, mas tamo caminhando aí, vamo ver no que vai dar (Dirigente 6).

É importante frisar que durante a entrevista coletiva, alguns dirigentes fizeram questão de destacar que na VPR Negreiros, os moradores mais participantes da associação são os menos escolarizados. Para eles, os sócios que têm mais estudo muitas vezes não se disponibilizam, alegando estar muito envolvidos em atividades de interesse pessoal e não ter tempo para os assuntos da associação, fato que talvez explique, em parte, a pouca atuação dos jovens na associação. Esse dado pode levar a refletir sobre uma não vinculação direta entre nível de escolaridade e participação social. Demo (1996) reforça a ideia de que no processo de

participativo é preciso investir no trabalho de fortalecimento da consciência política, para que os indivíduos sejam capazes de dirigir o próprio destino com autonomia.

Por parte dos técnicos entrevistados, também a baixa escolaridade foi apontada como uma dificuldade que os associados apresentam no decorrer do processo participativo, responsabilizando por esse quadro os governos anteriores que não investiram recursos na educação formal da população brasileira, sobretudo no meio rural. Os técnicos apontam que a falta da educação formal gera dificuldades no entendimento dos procedimentos administrativos que, como visto anteriormente, por força da atual legislação, muitas vezes se mostram complexos. Existe a expectativa, tanto por parte dos dirigentes como dos técnicos entrevistados, de que a possível implantação do EJA na escola da VPR auxilie a comunidade na superação no déficit educacional e facilite a atuação dos dirigentes da associação no desempenho das atividades burocráticas.

Uma política de maior incentivo à educação, reivindicada por vários movimentos sociais e empreendida pelos governos nos últimos anos, inclusive no meio rural, revela um dado importante na VPR Negreiros: se constata que todas as crianças e adolescentes da vila estão matriculados e frequentam o ensino formal. Esse dado leva a crer que nos próximos anos poderá haver uma forte mudança no perfil dos moradores da vila, esperando-se um aumento significativo do nível de escolaridade, embora, como visto, isso não necessariamente venha a levar a um aumento da participação. Acredita-se que o aumento da escolaridade não deveria se restringir à matrícula e à frequência na escola, mas seria preciso investir esforços em um ensino de qualidade que, além de preparar os alunos para o conhecimento das matérias ensinadas, estimulasse o desejo de participar ativamente da sociedade, contribuindo para a consolidação do regime democrático participativo no Brasil e para o aumento da consciência política (DEMO, 1996, 2000). É claro que nesse caso, se trata de uma reforma educacional mais ampla que envolve várias instâncias políticas e governamentais, extrapolando o âmbito de atuação do PISF.

Os técnicos governamentais apontaram, ainda, como uma das dificuldades, não exatamente da associação, mas especificamente do MI, a pouca articulação com outros órgãos governamentais. Há órgãos municipais e estaduais que oferecem serviços e oportunidades, tanto na área educacional, como de apoio à atividade produtiva, entre outros, que somados às ações do Ministério poderiam potencializar as atividades desenvolvidas nas VPRs.

No contexto das várias dificuldades apontadas pelos entrevistados, é preciso considerar os trabalhos dos vários autores estudados (AVRITZER E SANTOS, 2002; DEMO, 1996; PINTO, 2004) que destacam não ser a participação uma tarefa fácil, pois exige

dedicação, compromisso, envolvimento e abertura à negociação, sendo vários os percalços que podem levar os participantes ao desânimo como a demora no alcance de alguns resultados, o comodismo de alguns, as críticas recebidas, entre outros fatores que foram ressaltados durante as entrevistas. Tudo isso leva a crer, que existe no Brasil por conta de seu passado histórico, marcado pelo clientelismo e patrimonialismo, somado às restrições impostas pelos governos autoritários, uma espécie de cultura antiparticipativa ou cultura da desconfiança, causando nas pessoas dificuldades em exercer as funções associativas, aceitar o papel de liderança, dividir responsabilidades, compartilhar objetivos e projetos, em suma, atuar de forma efetiva e aguardar que o processo político de tomada de decisões ofereça resultados.

### **Direitos e cidadania**

No contexto da democracia participativa, muitas vezes associada à ideia do *direito a ter direitos*, foi questionado aos dirigentes se eles consideram que o trabalho da associação permitirá aos sócios compreender melhor seus direitos. A motivação de incluir essa questão na pesquisa foi a tentativa de apreender como os dirigentes compreendem a questão e como identificam os possíveis efeitos práticos do processo participativo, muitas vezes materializados por meio de direitos. É importante esclarecer, no entanto, que não é parte dos objetivos dessa pesquisa o estudo do conceito de direito, mas sua aplicação no contexto da democracia, da participação e do associativismo.

Para Dagnino (2004), a noção de direito deve estar relacionada ao processo de aprendizagem social em um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis.

Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social. Esse projeto significa um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que implicam, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos (DAGNINO, 2004, p. 105).



Os dirigentes foram unânimes em demonstrar o seu entendimento de que o trabalho da associação permitirá aos sócios compreender melhor seus direitos. Foram frequentes os termos “aprendizado”, “conhecimento”, “participação”, remetendo à troca de experiências entre os participantes como forma de contribuir para a maior compreensão dos seus direitos. É claro que é preciso considerar que, até mesmo na literatura científica, o conceito de direito é muito amplo, perpassando várias áreas do conhecimento. Sendo assim, é natural que os reassentados tenham uma noção muito particular de direito no contexto sócio-político que vivenciam. O que se pode inferir pela predominância de respostas positivas é que os dirigentes da associação da VPR Negreiros enxergam na atuação dos sócios de forma organizada uma oportunidade de maior reconhecimento daquilo que reconhecem como direitos dos reassentados e de sua visibilidade perante a sociedade: “Com certeza. Por causa que sobre direito, esse negócio aí, se cada um se empenhar, eles vão ver que esse direito da gente se busca lá na associação, né, com todos juntos fica mais fácil de conter esses direitos” (Dirigente 3).

Também os técnicos foram unânimes em afirmar que consideram que o trabalho da associação vai permitir aos sócios compreender melhor seus direitos, enfatizando, sobretudo, a questão do aprendizado e do reconhecimento não só dos direitos, como também dos deveres no desenrolar do próprio processo participativo. Houve destaque na fala dos técnicos sobre a importância de que esses direitos se configurem em uma conquista coletiva da associação.

(...) Tem coisas que precisam ser reforçadas, a gente sabe disso, e a gente está colocando pra eles a importância deles se apoderarem dessa gestão e fazer valer seus direitos, desenvolverem sua cidadania, a partir do momento em que eles saibam que têm deveres, que têm direitos, mas que os direitos pra serem acionados, só têm mais resultados, se for coletivamente (Técnico 2).

**Tabela 20 - Incentivo para a participação dos sócios nos problemas da vila**

<b>Incentivo</b>	<b>Número</b>
Sim	05
Não	04
<b>Total</b>	<b>09</b>

Quanto à opinião dos dirigentes sobre o trabalho da associação servir de incentivo aos sócios para participar de todos os problemas da vila, cinco entrevistados, ou seja, a maioria respondeu positivamente e quatro, negativamente. A pergunta genérica da forma como foi feita, se referindo a todos os problemas da vila, tinha como intenção perceber se os dirigentes identificam por parte dos moradores da VPR Negreiros a disposição em participar dos assuntos voltados para os interesses coletivos ou apenas de alguns assuntos específicos ou particulares. Pelos depoimentos foi possível perceber que boa parte dos dirigentes mostra-se confiante de que o processo participativo motivará os sócios a se envolver na busca de soluções coletivas para os problemas da vila, destacando-se entre as palavras citadas: “crescimento”, “consciência”, “força”, “desenvolvimento” e “conquista”. Entre os que responderam negativamente, a ênfase recaiu, novamente, sobre o individualismo e o comodismo de alguns associados no processo participativo.

Já os técnicos foram unânimes em responder que acreditam no trabalho da associação como incentivo aos sócios para participar de todos os problemas da vila, reforçando a visão otimista demonstrada por alguns dirigentes para com o futuro dos resultados da associação. Os técnicos justificaram esse panorama positivo com base nas conquistas participativas já identificadas na associação da VPR Negreiros como o maior envolvimento dos dirigentes no processo, e a perspectiva de que esses continuem a exercer fortemente sua função de liderança e venham a compartilhar a solução dos problemas com os demais sócios.

A visão de futuro otimista demonstrada por parte dos dirigentes e pelos técnicos entrevistados convida a refletir sobre os avanços verificados no processo participativo da Associação de Reassentados da VPR Negreiros e sobre as possíveis soluções que a associação deve encontrar para a superação das dificuldades e o alcance dos resultados. De um modo geral, considera-se que, embora em processo inicial de constituição, a Associação de Reassentados da VPR Negreiros já apresenta alguns resultados significativos no nível da participação dos dirigentes, como o maior entendimento e envolvimento nas questões relacionadas à associação. Esses resultados demonstram o potencial democratizante da associação, pois se acredita que as novas potencialidades desenvolvidas devam evoluir no sentido de envolver o maior número de sócios no processo participativo e contribuir para o combate à tradição assistencialista, apostando para isso no caráter transformador da participação.

## CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o associativismo nas Vilas Produtivas Rurais do Projeto São Francisco teve como objetivo geral analisar o processo de constituição da Associação de Moradores da Vila Produtiva Rural Negreiros, tendo em vista sua contribuição para a construção de um espaço democrático de participação.

Para melhor compreensão do contexto sociopolítico que envolve o objeto de estudo foram demonstradas as principais polêmicas em torno do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O rio São Francisco é marcado por contrastes, disputas e desigualdades, e nesse contexto, o Projeto de Integração de há décadas vem alimentando o sonho do sertanejo em viver do uso da água, combatendo o êxodo rural, por meio da fixação do homem do campo em seu espaço, fortalecendo os laços de parentesco e culturais existentes. Do ponto de vista dos argumentos favoráveis, é defendido que o projeto garantirá água para o abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, estimulando o desenvolvimento social, o crescimento econômico e proporcionando melhorias na qualidade de vida de cerca de 12 milhões de pessoas. Os argumentos contrários por sua vez, voltam-se para o suposto favorecimento dos grandes latifundiários e empresários do agronegócio, além da ampliação dos estoques de água dos maiores reservatórios da região nordeste, não adequação da região beneficiada devido à má qualidade da terra para a produção e ao alto índice de evaporação da água, desconsideração dos impactos ambientais e, ainda, que o projeto não traria em sua concepção uma proposta de convivência com o semiárido, não atraindo, portanto, mudanças sociais profundas.

Como metodologia dessa investigação foi utilizada a pesquisa documental, a observação participante, e a entrevista semiestruturada, tendo sido utilizado o método da análise de conteúdo, que valoriza as falas, os símbolos e os significados dados pelos atores ao seu cotidiano, buscando compreender e interpretar as informações à luz da teoria estudada.

As principais categorias de análise selecionadas neste estudo foram as seguintes: a democracia, com especial ênfase na democracia participativa e no processo de redemocratização do Brasil; a participação, com seus limites e potencialidades; o associativismo civil no Brasil, com destaque para a região nordeste e o associativismo produtivo rural. Essas categorias foram fundamentais para a melhor compreensão da trajetória histórica e política percorrida pelos vários movimentos associativos no contexto da

redemocratização do país e para a compreensão da dinâmica participativa vivenciada pelos membros da Associação de Moradores da Vila Produtiva Rural Negreiros.

Os vários autores estudiosos da democracia destacam o lugar central ocupado pelo tema no século XX. No centro da discussão, duas correntes disputam espaço: de um lado o elitismo democrático, considerado pensamento hegemônico no pós-guerra, também conhecido como democracia representativa, que basicamente reduz o processo democrático ao processo eleitoral, defendendo a inevitabilidade da forma burocrática de organização do Estado em bases organizadas e eficientes. Do outro lado, a democracia participativa, que associa o exercício democrático à soberania popular, segundo a qual o poder de decisão pertence ao povo e a participação ganha função mais abrangente, sendo fundamental para o estabelecimento e a manutenção do Estado democrático. Para fins da presente pesquisa, foi priorizado o conceito de democracia participativa, considerando que ele extrapola a esfera do interesse individual e alcança os interesses coletivos, estando, portanto, mais de acordo com a atual proposta do associativismo.

Nesse cenário, a participação é entendida em seu aspecto educativo e como processo de conquista de direitos, por meio da qual os participantes são chamados a tomar parte no processo decisório, gerando um sentimento de pertencimento. Os limites impostos às experiências participativas fazem parte do histórico político brasileiro, marcado por traços conservadores de clientelismo e patrimonialismo, ocasionando nas pessoas resistência em participar, dividir responsabilidades e atuar de forma efetiva do processo participativo.

A redemocratização do Brasil e a legalização dos canais participativos, a partir da Constituição Federal de 1988, foi, sem dúvida, um grande avanço na consolidação da democracia brasileira, abrindo espaço para a ampliação dos grupos sociais organizados, entre eles, as associações. Os vários autores pesquisados, estudiosos do associativismo, apontam que no Brasil esse tipo de organização cresceu grandemente após o processo de redemocratização do país, revelando uma grande heterogeneidade como associações de bairro, religiosas, produtivas, entre outras. No caso da região nordeste, o associativismo é considerado oportunidade de inclusão e de desenvolvimento, sendo instrumento de mudança sociopolítica, econômica e educacional. As associações produtivas rurais são consideradas uma forma de fortalecimento dos pequenos produtores e de descoberta de novas capacidades coletivas, além de uma resposta às exigências do mercado agrícola cada vez mais exigente e de incentivos governamentais para a obtenção de benefícios e crédito rural. A crítica apresentada é de que a rigidez da legislação e a burocracia exigida na formalização das

associações civis no Brasil, se por um lado, incentivam a maior institucionalização dessas associações, por outro dificultam o funcionamento daquelas dotadas de menos recursos financeiros, além de ser insuficiente para garantir que o seu desenvolvimento se estabeleça de forma democrática.

Para o estudo da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros foi preciso considerar o perfil dos associados, e mais precisamente dos dirigentes, marcado pela baixa escolaridade, predominância de mulheres nos cargos de direção e de faixa etária de adultos, além de outros aspectos que influenciam a forma como se dá o processo participativo na associação.

Sobre a realidade vivida pelas famílias após o reassentamento na Vila Produtiva Rural Negreiros, foram apontadas pendências na infraestrutura da VPR Negreiros como a não entrega dos lotes produtivos aos agricultores e a insegurança no sistema de abastecimento da água. Essas questões foram consideradas pelos dirigentes como as principais dificuldades do processo de reassentamento, gerando incerteza nos moradores quanto ao futuro do projeto. Como as famílias se encontram em um processo novo de reassentamento, uma vez que a maioria viveu praticamente toda a vida no antigo local de moradia, é natural que surjam algumas inseguranças, pois o maior convívio social, se por um lado proporciona uma maior colaboração entre as famílias, também revela algumas tensões próprias desse momento de mudanças oriundas da necessária divisão do espaço coletivo, tornando a convivência social um aprendizado diário. No entanto, considera-se que as pendências apontadas na infraestrutura da VPR aumentam a dificuldade das famílias em se adaptar à nova realidade. É importante ressaltar que o Projeto São Francisco é uma obra de grande amplitude e que ainda encontra-se em andamento, não sendo possível analisar seus impactos pelo momento presente. Espera-se que, no futuro, os problemas sejam solucionados e o sonho das famílias em ter água em quantidade suficiente e espaço adequado para desenvolver suas atividades produtivas se concretize, tornando as VPRs um espaço que garanta qualidade de vida às famílias reassentadas em bases sustentáveis.

Para melhor compreensão do processo participativo na associação é preciso levar em conta a trajetória social e política dos dirigentes da VPR Negreiros que já atuavam, em sua maioria, na associação de moradores existente antes do reassentamento, embora tenha sido evidenciado que essa atuação não era tão efetiva. Além da participação na associação, a maior parte dos dirigentes é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, confirmando o dado apontado por vários autores quanto à forte tradição dos sindicatos rurais

junto às associações de produtores rurais na região nordeste. Com a transferência para a vila, são inauguradas novas formas de convivência social como a criação da nova associação, que revela uma forma mais ativa e organizada de participação, além dos momentos de celebração religiosa, que funcionam como oportunidade de reunião entre as famílias, e ainda, a prática do futebol, embora essa ainda se restrinja ao sexo masculino, evidenciando a divisão de tarefas entre os sexos.

É preciso considerar também a atuação dos principais parceiros como o Ministério da Integração Nacional, órgão empreendedor do projeto; a Prefeitura Municipal de Salgueiro, responsável pela gestão de alguns serviços como a coleta do lixo e o funcionamento da escola e do posto médico da VPR; e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, por meio de assessoria em documentos e reuniões e encaminhamento a alguns benefícios sociais. O MI, principal parceiro, embora não tenha tido uma atuação tão intensa no período de mobilização das famílias, teve forte intervenção após a constituição da associação, atuando principalmente por meio de capacitações e acompanhamento das ações da associação, sobretudo em seus trâmites burocráticos, respondendo às exigências impostas pela legislação e atendendo às dificuldades da população em desempenhar tais tarefas, no entanto, questiona-se se tamanho esforço no esclarecimento das questões burocráticas não estaria de certo modo relegando a segundo plano a reflexão sobre o fortalecimento do processo participativo da associação, por meio do envolvimento ativo dos sócios na busca de soluções coletivas para seus problemas. Embora haja na literatura críticas à atuação do governo junto às associações, considera-se necessário o comprometimento do governo, no caso MI e Prefeitura, com os processos e resultados das pequenas associações, proporcionando recursos, incentivos e motivação aos associados, ainda mais no contexto de um projeto público que proporciona às famílias a vivência de uma nova realidade coletiva.

Por meio da análise das principais atividades desempenhadas pela associação constata-se que a mesma tem atuado predominantemente como associação de bairro, fato natural em um contexto em que as famílias estão estabelecendo regras de convivência e tendo de cuidar da gestão dos espaços coletivos. Por outro lado, fica clara a expectativa de que no futuro a associação também atue como meio de produção e comercialização coletiva, mantendo a cultura local de trabalho rural. A tendência é que após a instalação do setor produtivo a associação se volte para o compartilhamento das ações de gestão da VPR e de produção rural.

Sobre as lideranças da associação, foi possível constatar que a principal líder é a atual presidente, porém novas lideranças vêm emergindo do processo participativo, uma vez que

alguns dirigentes têm demonstrado compreensão da importância do seu papel, adotando postura mais ativa e buscando o maior compartilhamento de responsabilidades.

Uma das maiores dificuldades identificadas no processo participativo foi a pouca participação e o comodismo de alguns sócios, ficando a maior parte da responsabilidade a cargo dos dirigentes. Se por um lado, a participação mais efetiva dos dirigentes mostra-se como um avanço e um fator positivo no processo participativo da associação, por outro, o pouco envolvimento dos demais membros mostra-se como um fator preocupante e como um desafio a ser superado. Segundo os autores estudiosos da democracia participativa, para que esse modelo realmente se efetive é necessário o compartilhamento do poder de decisão entre os vários sujeitos envolvidos e a sua participação ativa na formulação e no direcionamento/execução das ações, assim, considera-se importante que o processo participativo evolua e envolva os demais associados. Para que os resultados sejam compartilhados e as conquistas mais democraticamente distribuídas, possivelmente será necessário o desenvolvimento de atividades que estimulem a participação dos demais reassentados, inclusive dos homens e dos jovens, para que haja inclusive, a possibilidade de rotatividade de lideranças.

Outro fato preocupante foi que os dirigentes demonstraram dificuldades em reconhecer conquistas e resultados no processo participativo. Talvez isto possa ser explicado pelo pouco tempo de atuação da associação, cerca de um ano, o que faz com que naturalmente, os resultados de algumas ações possam demorar a ser percebidos. Em um processo que envolve a aprendizagem contínua e o compartilhamento de responsabilidades, é importante que a associação acompanhe os resultados e avalie a necessidade de repensar suas estratégias, sob pena de que a falta de resultados práticos desestime a participação dos sócios.

Outra questão verificada foi a baixa escolaridade dos dirigentes gerando dificuldade no desempenho de algumas tarefas burocráticas ligadas à associação, no entanto, enfatiza-se que esse aspecto não inviabiliza a participação, sendo constatado que os participantes mais ativos da associação são os que possuem menor escolaridade. Esse fato demonstra não haver correlação direta entre escolaridade e consciência política, sendo necessário investir em um ensino de qualidade, que além de preparar os estudantes para a vida acadêmica e profissional, estimule a participação social ativa.

Acredita-se que as dificuldades verificadas devem ser vistas como um aprendizado significativo para os sujeitos envolvidos, na medida em que exigem deles o desenvolvimento

de soluções coletivas, apostando no processo participativo como uma das estratégias de enfrentamento às práticas clientelistas desenvolvidas por algumas associações no passado.

Na análise do processo de formação da Associação de Moradores da VPR Negreiros foi possível vislumbrar algumas peculiaridades, limites e potencialidades. Considera-se que o processo participativo da Associação de Moradores da VPR Negreiros ainda que novo, é revelador de conquistas importantes como a descoberta do exercício democrático pelos dirigentes e da superação de alguns desafios cotidianos, por meio das discussões e da tomada de decisões coletivas, demonstrando as potencialidades da vida associativa.

Considerando os avanços participativos verificados no desenvolvimento das ações da Associação de Moradores da VPR Negreiros reafirma-se a hipótese de que a organização das famílias nessa associação é importante para incentivar a participação dos moradores no processo de tomada de decisões, tornando-a um espaço potencial para o exercício democrático.

No caso da VPR Negreiros isso tem sido notado mais explicitamente no caso dos dirigentes da associação, tendo o engajamento mais efetivo dos demais sócios se mostrado um desafio interessante, na medida em que é necessário promover o maior envolvimento para o alcance dos resultados coletivos de forma mais democrática.

Esta pesquisa deve ser vista como uma primeira aproximação ao tema, ao revelar algumas projeções importantes sobre o futuro da associação, mas não se pretende conclusiva, intencionando despertar o interesse por reflexões e pesquisas futuras, sobretudo a respeito de questões interessantes que foram suscitadas, as quais por fugir aos objetivos da investigação, não puderam ser melhor analisadas, tais como a baixa participação dos jovens na associação e a possibilidade de comparação entre as realidades das associações já constituídas nas VPRs do PISF.

De qualquer forma, é importante registrar a evolução da participação social no processo de formação da associação da VPR Negreiros, como possibilidade de construção democrática, à medida que vem sendo exercitada a participação, a negociação e a partilha do poder de decisão entre os sócios, demonstrando ser um momento importante e favorável ao processo de gerenciamento da associação em bases democráticas. Negar o alcance dessas conquistas seria negligenciar o aprendizado coletivo de seus participantes e ainda o potencial democratizante da participação, no qual o exercício democrático é considerado um aprendizado e um desafio diário.



Ademais, a visão de futuro otimista demonstrada por parte dos dirigentes e pelos técnicos entrevistados convida a refletir sobre os avanços verificados no processo participativo da Associação de Reassentados da VPR Negreiros, levando a acreditar que as novas potencialidades desenvolvidas devam evoluir e contribuir para a consolidação de um espaço democrático na associação.

## BIBLIOGRAFIA

ARGUMEDO, Manuel Alberto. **Conceitos básicos para a capacitação de pequenos produtores rurais com metodologias participativas**: sua aplicação em processos de capacitação para a gestão de empresas associativas. Instituto Interamericano de Cooperation para la Agricultura – IICA. Buenos Aires: 1991. Tradução de Inês Gonzaga Zatz. Brasília: [s.n.], 1994.

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Atlas Nordeste: abastecimento urbano de águas: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da Região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais. Brasília: ANA, SPR, 2006.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PERNAMBUCO. **Semiárido - criada comissão especial para debater desertificação**. site da ALEPE. Pernambuco, 06 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3620&dep=41&paginapai=3596&doc=1CD47B06E5437F2E0325745F006694D1>. Acesso em 01 de abril de 2011.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Perspectiva, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**. Campinas: vol. 14, nº 1, Junho, p.43-64, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teoria democrática e deliberação pública**. São Paulo: Lua Nova, num. 49, p. 26 a 46, 2000.

AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. O associativismo na cidade de São Paulo. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 11-57.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Ampliar o Cânone Democrático. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p. 39 a 82.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (Orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 152-174.

BORGES, Fabiane Macedo. **O associativismo no Projeto São Francisco: análise preliminar**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Programa de Conselheiros Nacionais. UFMG. Minas Gerais: 2010.

BRANDÃO, Assis. Sobre a democracia participativa: Poulantzas, Macpherson e Carole Pateman. **Serviço Social e Sociedade: Descentralização, cidadania e participação**. São Paulo: Cortez, n. 54, p. 113-131, julho 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

CARMINATTI Fábio; VASCONCELOS Ginga; CORRÊA, Viviane Ribeiro. O associativismo civil em Florianópolis: identidades e tendências. In CHAVES, Iara Maria e SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 45 a 56.

CELLARD, André. A análise documental. In POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295 a 334.

CHAVES, Iara Maria e SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004.

COELHO, Jorge. **As secas do nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In MATO, Daniel (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política social do conhecimento:** sobre futuros do combate à pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

FARIA, Cláudia Feres. Sobre os determinantes das políticas participativas: a estrutura normativa e o desenho institucional dos Conselhos Municipais da Saúde e de Direitos da Criança e do Adolescente no Nordeste. In AVRITZER, Leonardo. **A participação social no Nordeste.** Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FRENTE CEARENSE POR UMA NOVA CULTURA DA ÁGUA E CONTRA A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO. **A vida por um rio.** Fortaleza: [s.n.], junho de 2008.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil:** características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB. Brasília: 2006.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 64 a 89.

GASTAL, Marcelo Leite; XAVIER, José Humberto Valadares e ZOBY, José Luiz Fernandes. **Organização de produtores e desenvolvimento rural.** Brasília: Embrapa Cerrados, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso:** fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 79 a 108.

GUERRA, Isabel Carvalho. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2002**. Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

JUNIOR, João Abner Guimarães. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do rio São Francisco. In **Cadernos do CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: num. 227, p. 107 a 117, julho/setembro 2007.

KHOURY, Luciana Espinheira da Costa. Aspectos jurídicos do projeto de transposição do rio São Francisco e a atuação do Ministério Público Brasileiro. In **Cadernos do CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: num. 227, p. 85 a 92, julho/setembro 2007.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In POUPART, et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 410 a 435.

MASCARENHAS, Ana Cristina Monteiro. **Conflitos e gestão de águas: o caso da bacia hidrográfica do rio São Francisco**. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2008

MENEZES, Marcela Nunes de. **As águas da disputa: um estudo da experiência do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2009.

MERCOIRET, Jacques; SPERRY, Suzana. **Associação de pequenos produtores rurais**. Planaltina – DF: Embrapa Cerrados, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª edição revisada e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Estudos de Impacto Ambiental (EIA)**. Projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2004 a.

\_\_\_\_\_. **Plano de Reassentamento de Populações**. Relatório Geral. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 a.

\_\_\_\_\_. **Plano de Sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais. Etapa 1**. FUNCATE - Fundação de Ciências Aplicações e Estudos Espaciais. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano de Sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais. Etapa 2**. FUNCATE - Fundação de Ciências Aplicações e Estudos Espaciais. Geosolos – Consultoria Projetos e Serviços LTDA. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2008.

\_\_\_\_\_. **Prefeitos do semiárido organizam frente em defesa da integração de bacias**. Site do MI. Brasília, 27 jan 2005. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/noticias/noticia.asp?id=741>. Acesso em 01 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto Básico Ambiental – PBA – Parte C**. Concremat Engenharia, Logus Engenharia. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 b.

\_\_\_\_\_. **Programa de Reassentamento de Populações – item 8**. PBA – Parte C. Concremat Engenharia, Logus Engenharia. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 c.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2004 b.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil – 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

NEVES, Angela Vieira. **Cultura política e democracia participativa**: um estudo sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Associativismo e Cooperativismo no Desenvolvimento Local. In Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Vanessa Daniela Silva. O exercício do direito de participar para democratizar a gestão pública municipal. **Ser Social: Democracia e Participação Sociopolítica**. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, vol. 15, p. 57 a 84, julho a dezembro de 2004.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In POUPART, et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 43 a 94.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e ideias**. Tradução de Wagner Pralon Mancuso e Pablo Ortellado. São Paulo: Lua Nova, num. 67, p. 15 a 47, 2006.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In POUPART, Jean, et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 215 a 253.

ROESE, Mauro. A Metodologia do Estudo de Caso. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: vol.9, p. 189 a 200. 1998.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semiárido. **Antropolítica**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense, n° 9, 2001

SAID, Magnólia. **Transposição do rio São Francisco: a outra margem da história**. Fortaleza: Editora, 2009.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: vol. 19, edição especial: p. 84-94, 2007

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo Civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização. In CHAVES, Iara Maria e SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 21 a 44.

\_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** Hucitec. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_ et al. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais.** In Controle Público e Democracia. Belo Horizonte. UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil.** Florianópolis: Insular, 1996.

\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

SILVA, Ramom Campos Bastos da. **O uso de metodologias participativas como ferramenta estratégica na implantação da educação ambiental.** Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas. LAVRAS. Minas Gerais: 2009.

SPERRY, Suzana (Org.) **Organização dos produtores.** Brasília: Embrapa, 1999.

SUASSUNA, João. As Águas do Nordeste e o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. **Cadernos do CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: num. 227, p. 35 a 48, julho/setembro 2007.

SUVALE. **Reconhecimento dos recursos hidráulicos e de solos da bacia do rio São Francisco.** Rio de Janeiro: 1970

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. MST: 20 anos de luta pela Reforma Agrária dentro de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil e de construção da globalização contra hegemônica. **Ser Social: Democracia e Participação Sociopolítica.** Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, vol. 15, p. 11 a 56, julho a dezembro de 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Daniel Grassi. São Paulo: Artmed, 2005.



## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COLETIVA – DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO DA VPR NEGREIROS

1. HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO (ANTIGA ASSOCIAÇÃO)
2. SURGIMENTOS DA ASSOCIAÇÃO ATUAL (PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES/ ELABORAÇÃO DO ESTATUTO/ REGIMENTO)
3. LIDERANÇAS (ANTIGAS, NOVAS, INFORMAIS)
4. PRINCIPAIS OBJETIVOS / ATIVIDADES REALIZADAS/ DECISÕES TOMADAS
5. PRINCIPAIS DIFICULDADES / CONFLITOS
6. APOIO INSTITUCIONAL / PARCERIAS
7. OUTRAS FORMAS DE AGRUPAMENTO / EXPRESSÕES CULTURAIS
8. OBJETIVOS FUTUROS

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL – DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO DA VPR  
NEGREIROS

I- DADOS PESSOAIS

- 1- NOME
- 2- CARGO NA ASSOCIAÇÃO
- 3- IDADE
- 4- SEXO
- 5- ESCOLARIDADE
- 6- RENDA FAMILIAR
- 7- RELIGIÃO
- 8- TEMPO DE MORADIA NA ÁREA DE TRANSFERÊNCIA
- 9- TEMPO DE MORADIA NA VPR
- 10- NÚMERO DA CASA

II- TRAJETÓRIA POLÍTICA E SOCIAL

11- O SR(A). PARTICIPOU DE ALGUMA ENTIDADE, TRABALHO COMUNITÁRIO OU MOVIMENTO SOCIAL ANTES DE PARTICIPAR DA ASSOCIAÇÃO?

( ) SIM ( ) NÃO.

12- SE SIM, QUAIS?

13- O SR(A). TEVE ALGUMA FUNÇÃO DE DIRIGENTE NESTA ENTIDADE OU MOVIMENTO SOCIAL?

14- O SR(A). JÁ PARTICIPOU DE ALGUM SINDICATO OU PARTIDO POLÍTICO?

( ) SIM ( ) NÃO.

15- SE SIM, QUAIS?

16- O SR. TEVE ALGUMA FUNÇÃO DE DIRIGENTE NESSE SINDICATO OU PARTIDO POLÍTICO?

17- QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVARAM O SR(A). À DECISÃO DE ASSUMIR A FUNÇÃO DE DIRIGENTE NA ASSOCIAÇÃO? EXPLIQUE.

### III- PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

18- O QUE O SR(A). ACHOU DA DECISÃO DO MI DE PROPOR A CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NAS VPRS?

19- COMO FOI O PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES?

20- QUAIS AS PRINCIPAIS DECISÕES TOMADAS ATÉ O MOMENTO?

21- QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS ATÉ O MOMENTO?

22- COMO O SR(A). AVALIA AS ATIVIDADES QUE TEM DESEMPENHADO NO CARGO PARA O QUAL FOI ELEITO(A) NA ASSOCIAÇÃO?

23- QUAIS PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS MORADORES O SR(A) IDENTIFICA DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO ATÉ O MOMENTO?

24- QUAIS PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS MORADORES O SR(A) IDENTIFICA DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO ATÉ O MOMENTO?

25- ESSAS DIFICULDADES JÁ FORAM SUPERADAS?

26- EXISTEM LIDERANÇAS ANTERIORES AO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA PARA A VPR?

27- QUE LIDERANÇAS SURGIRAM NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA VPR NEGREIROS?

28- QUAL FOI A IMPORTÂNCIA DESSAS LIDERANÇAS PARA GARANTIR A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA VPR NEGREIROS?

29- EXISTEM LIDERANÇAS NA VPR QUE NÃO FAZEM PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO?

30- SE SIM, QUEM SÃO E COMO ATUAM?

31- POR QUE AS MULHERES SÃO MAIORIA NA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA VPR? EXPLIQUE.

32- COMO FOI O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA A CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO?

33- QUAL O PAPEL DO MI NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO?

34- QUAL FOI A RECEPTIVIDADE DAS FAMÍLIAS?

35- O SR(A). CONSIDERA IMPORTANTES OS LAÇOS DE PARENTESCO E VIZINHANÇA PARA O PROCESSO PARTICIPATIVO DA ASSOCIAÇÃO? EXPLIQUE.

36- O SR(A). ACHA QUE O TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO VAI PERMITIR AOS SÓCIOS COMPREENDER MELHOR SEUS DIREITOS?

37- O SR(A). ACHA QUE O TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO VAI INCENTIVAR OS SÓCIOS A PARTICIPAR DE TODOS OS PROBLEMAS DA VILA?

38- O QUE O SR(A). ESPERA PARA O FUTURO DOS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS PELA ASSOCIAÇÃO JUNTO AOS MORADORES?

#### IV- RELAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E OS REASSENTADOS

39- COMO É A RELAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E AS FAMÍLIAS DA VPR?

40- COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DA VPR NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DA ASSOCIAÇÃO? CITE EXEMPLOS.

41- O SR(A) PENSA QUE A ASSOCIAÇÃO REPRESENTA OS INTERESSES DOS REASSENTADOS? POR QUÊ?

#### V- RELAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO, A SOCIEDADE E O ESTADO

42- COMO É A RELAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL? CITE EXEMPLOS.

43- COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS DO MINISTÉRIO JUNTO À ASSOCIAÇÃO?

44- COMO É A RELAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO? CITE EXEMPLOS.

45- EXISTE RELAÇÃO COM ALGUM OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE?

46- SE SIM, CITAR EXEMPLOS.

47- EXISTEM ATIVIDADES RELIGIOSAS, CULTURAIS OU DE LAZER NA VPR? CITE EXEMPLOS.

48- SE SIM, COMO É A PARTICIPAÇÃO DOS REASSENTADOS NESSAS ATIVIDADES?

**VI- VISÃO SOBRE O PROJETO SÃO FRANCISCO E A VILA PRODUTIVA RURAL**

49- QUAIS OS PONTOS POSITIVOS DO PROJETO?

50- QUAIS OS PONTOS NEGATIVOS DO PROJETO?

51- QUAIS OS PONTOS POSITIVOS DA VILA PRODUTIVA RURAL NEGREIROS?

52- QUAIS OS PONTOS NEGATIVOS DA VILA PRODUTIVA RURAL NEGREIROS?

53- O QUE MUDOU EM SUA VIDA APÓS A TRANSFERÊNCIA? CITAR EXEMPLOS.

54- O SR(A) GOSTARIA DE FALAR ALGO MAIS SOBRE A NOSSA CONVERSA?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL – TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS

## I - DADOS PESSOAIS

- 1- NOME COMPLETO?
- 2- FORMAÇÃO
- 3- CARGO
- 4- VÍNCULO INSTITUCIONAL
- 5- TEMPO DE TRABALHO NO PROJETO
- 6- PRINCIPAIS FUNÇÕES DESENVOLVIDAS

## II- RELAÇÃO DO MINISTÉRIO COM A ASSOCIAÇÃO

- 7- QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A ASSOCIAÇÃO DA VPR NEGREIROS?
- 8- QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SR(A) JUNTO À ASSOCIAÇÃO DE REASSENTADOS DA VPR NEGREIROS?
- 9- QUAIS DIFICULDADES ENCONTRA NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS JUNTO À ASSOCIAÇÃO?
- 10-ESSAS DIFICULDADES JÁ FORAM SUPERADAS? COMO?
- 11-COMO FOI A ATUAÇÃO DO MI NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS?
- 12-COMO FOI A ATUAÇÃO DO MI NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO?
- 13-HOUVE POR PARTE DO MI ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO APÓS SUA CONSTITUIÇÃO? EXPLIQUE.
- 14-QUAIS ATIVIDADES ESTÃO PREVISTAS PELO MI PARA SER DESEMPENHADAS JUNTO À ASSOCIAÇÃO?
- 15-COMO O SR(A) CONSIDERA O PAPEL DESSAS ATIVIDADES EM RELAÇÃO AO PROCESSO PARTICIPATIVO DOS MORADORES?
- 16-COMO AVALIA A RELAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL COM A ASSOCIAÇÃO?

17-EXISTE A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO JUNTO A OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES LIGADAS À ASSOCIAÇÃO? SE SIM, COMO SE DÁ?

18-COMO O SR (SRA) PERCEBE A POSTURA DOS MORADORES DA VPR NEGREIROS EM RELAÇÃO AO PROJETO SÃO FRANCISCO?

### III- PROCESSO PARTICIPATIVO DA ASSOCIAÇÃO

19-COMO AVALIA A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES NA ASSOCIAÇÃO?

20-CONSIDERA QUE A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REPRESENTA OS INTERESSES DOS REASSENTADOS NA VPR?

21-QUAIS PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS MORADORES O SR(A) IDENTIFICA DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO ATÉ O MOMENTO?

22-QUAIS PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS MORADORES O SR(A) IDENTIFICA DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO ATÉ O MOMENTO?

23-QUEM SÃO AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS?

24-COMO AVALIA SUA ATUAÇÃO?

25-COMO PERCEBE O ENVOLVIMENTO DOS MORADORES DA VPR NO PROCESSO PARTICIPATIVO DA ASSOCIAÇÃO?

26-COMO AVALIA O GRAU DE AUTONOMIA DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES?

27-O SR(A) PERCEBE MUDANÇAS NO PROCESSO PARTICIPATIVO DESDE A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO?

28-SE SIM, CITE QUAIS.

29-O SR(A). ACREDITA QUE O TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO VAI PERMITIR AOS SÓCIOS COMPREENDER MELHOR SEUS DIREITOS?

30-O SR(A). ACREDITA QUE O TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO VAI INCENTIVAR OS SÓCIOS A PARTICIPAR DE TODOS OS PROBLEMAS DA VILA?

31-O QUE O SR(A). ESPERA PARA O FUTURO DOS RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS PELA ASSOCIAÇÃO JUNTO AOS MORADORES?

32-EXISTEM OUTRAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS, RELIGIOSAS OU CULTURAIS NA VPR?

33-O SR (A) GOSTARIA DE FALAR ALGO MAIS SOBRE A NOSSA CONVERSA?